

STELLA MARIS SCATENA FRANCO

**LUZES E SOMBRAS
NA CONSTRUÇÃO
DA NAÇÃO
ARGENTINA:**

**OS MANUAIS
DE HISTÓRIA NACIONAL
(1868-1912)**

ESTUDOS CDAPH

SÉRIE HISTORIOGRAFIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA
EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – CDAPH

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Reitor: Gilberto Gonçalves Garcia, OFM

Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação

Coordenação: Alexandrina Monteiro

Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação - CDAPH

Coordenação: Marcos Cezar de Freitas

Conselho Editorial:

Ana Waleska Mendonça

Carlos Roberto Jamil Cury

Clarice Nunes

Eliane Marta Teixeira Lopes

Helena M. B. Bomeny

José Gonçalves Gondra

Lúcia Lippi Oliveira

Luciano Mendes de Faria Filho

Luis Felipe Serpa

Marta Maria Chagas de Carvalho

Rogério Fernandes

Zaia Brandão

37(82)(091)
F897L

Franco, Stella Maris Scatena.

Luzes e sombras na construção da nação Argentina :
os manuais de história nacional / Stella Maris Scatena
Franco. -- Bragança Paulista : EDUSF, 2003.

170 p. (Estudos CDAPH. Série historiografia)

1. Ensino de história. 2. Argentina. 3. Didática.
4. Ensino secundário. 5. Educação. I. Título. II. Série.

Ficha Catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias do Setor de Processamento
Técnico da Universidade São Francisco

Correspondências para:

Núcleo de Distribuição e Divulgação - EDUSF

Av. São Francisco de Assis, 218

CEP 12916-900 Bragança Paulista - SP

E-mail: distribuicao-divulgacao@saofrancisco.edu.br

<http://www.saofrancisco.edu.br/publicacoes>

Tel.: (11) 4034-8092 Fax: (11) 4034-8044

Todos os direitos autorais são reservados à Editora da Universidade São Francisco - EDUSF

AGRADECIMENTOS

Foi de fundamental importância para a execução deste trabalho a presença da professora Maria Ligia Coelho Prado. Tive, durante os anos do mestrado, do qual este livro é resultado, um acompanhamento sério e dedicado por parte da professora, obtendo seu apoio nos momentos mais decisivos, desde o recorte das fontes e a escolha dos temas a serem desenvolvidos, até a redação final da dissertação. Tal apoio, entretanto, não se limitou às questões profissionais, constituindo o seu empenho não apenas um trabalho de orientação acadêmica, mas de orientação para a vida.

Devo destacar também a oportunidade que tive de participar das reuniões do grupo de América Latina, coordenado pela professora Maria Ligia, podendo extrair dessa experiência maiores aprendizados sobre questões relacionadas à área de estudos da América Latina. Não compartilhei aí somente das discussões, reflexões e trabalhos, todos desenvolvidos com grande competência, mas estabeleci também fortes laços de amizade com pessoas extremamente companheiras: Camilo, Felipe, Gabriela, Gilberto, Marc, Mary, Rafael, Sílvia, Tânia e, especialmente, Marisa Montrucchio. Todas essas relações foram extremamente fecundas, propiciando a mim ganhos inestimáveis.

Agradeço à professora Circe Maria Fernandes Bittencourt, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, e ao professor José Luís Bendicho Beired, do Departamento de História da Universidade Estadual de São Paulo, Câmpus de Assis, pelas sugestões e críticas feitas durante meu Exame de Qualificação.

A Marcela Quinteros, agradeço pela hospedagem e pela companhia durante minha estadia em Buenos Aires, quando realizei a pesquisa de campo.

Àqueles que me ajudaram de diferentes formas em vários momentos do trabalho, dedicando a mim uma atenção especial: Liamara, Andrea, Maria Paula, Wilma, João Paulo e Hernán Reig.

A Mariana Joffily, pela amizade sincera e pela ajuda, sobretudo na finalização do trabalho.

Minha família foi de grande companheirismo durante o processo de desenvolvimento deste trabalho. Ao Marcelo e à Silvana sou muito

APRESENTAÇÃO

grata pela força e estímulo recebidos; à Elena agradeço como amiga e, posso dizer, também como filha, por todo o carinho e dedicação com que sempre me tratou; devo um agradecimento especial a Antonio Franco, meu pai, pela presença constante e por ter me transmitido, ao longo de todos os anos de minha vida, valores extremamente nobres que formaram e formam o meu caráter.

A José Carlos, por dividir comigo a mesma estrada, procurando superar os espinhos e buscando encontrar os melhores caminhos. A Anita, por aturar minhas ausências, por preencher minha vida com sua alegria e por me mostrar as coisas lindas que os adultos já esqueceram.

Por fim, meus agradecimentos se dirigem à FAPESP, que me concedeu uma bolsa de estudos sem a qual esta pesquisa não se concretizaria.

A escrita da História acompanha a vida das sociedades humanas desde tempos longínquos. Tem sido pensada para atingir finalidades diversas – para exaltar as façanhas de heróis e reis, para estimular sentimentos patrióticos, para destruir a memória dos inimigos do poder ou, ainda, para mobilizar os indivíduos propondo transformações do *status quo*. Conservadoras ou revolucionárias, as perspectivas podem variar, mas há concordância no poder dessa escrita para produzir sentimentos, construir imaginários e criar certas maneiras de olhar seu tempo, espaço ou cultura.

No século XIX, tanto na Europa quanto na América Latina, ainda ecoavam os exemplos dos historiadores clássicos gregos ou romanos. Não estava abandonada a idéia da “História como mestra da vida”, na famosa aceção de Cícero. Não se descartava o “pragmatismo” de Políbio ou Plutarco que escreveram com a finalidade de ensinar, com o desejo de oferecer soluções às necessidades práticas das gerações posteriores.¹

Na América Latina, na segunda metade do século XIX, constituía-se a disciplina de História, em particular a História Nacional, que passava a ser ensinada na escola pública como elemento fundamental da consolidação das nacionalidades. Ali era ela tomada como a “fiel e segura acompanhante do civismo”, utilizada como prédica moral para promover o espírito patriótico.² Assim, nada mais importante para o historiador desse período do que se voltar para o momento do nascimento das nações independentes e escrever sobre sua gênese, seus heróis e feitos gloriosos. A importância desse passado na vida presente das sociedades era repetidamente proclamada.

O primoroso estudo de Stella Maris Scatena Franco vem ajudar a pensar, na Argentina, essas questões tão importantes. Seu objetivo é analisar as representações da nação construídas, entre 1868 e 1912, por

¹ Ver Carlos PEREYRA. “Historia, para qué?” In: Vários Autores. *Historia, para qué?* México: Siglo XXI, 1984. p. 19.

² Ver Luiz GONZÁLEZ. “De la múltiple utilización de la Historia” In: *op. cit.*, p. 65.

quatro autores de manuais de História Nacional dirigidos ao ensino secundário. Stella Maris mostra que para tais autores “a função da História era servir de exemplo e inspiração na conduta dos indivíduos do presente, banindo com isso, os ‘erros’ e repetindo os ‘acertos’ do passado”. Acreditavam eles que os homens de outras épocas (em especial os da independência) haviam deixado extraordinários exemplos a imitar e que a lembrança de sua boa conduta seria o meio mais poderoso para a reforma dos costumes. Anacronicamente teriam concordado com Jorge Luis Borges que, certa vez, afirmou ser “o passado indestrutível”, a despeito de tantas tentativas – sempre vãs – de sua abolição.

Stella Maris realizou um amplo levantamento dos manuais de História produzidos durante essas décadas, tendo escolhido, com base em critérios definidos, quatro deles para estudar: o primeiro, de autoria de José Manuel Estrada, foi publicado em 1868; o segundo, de Clemente Leôncio Fregeiro, em 1886; o de Vicente Fidel López, em 1898 e, finalmente, o de Ricardo Levene, em 1912. Na Argentina, a necessidade de olhar para o passado recente trazia lembranças, muitas vezes dolorosas. As dificuldades de construção de um Estado centralizado que correspondesse aos anseios das diversas partes do país – Buenos Aires, o litoral e o interior – se traduziram em guerras civis intensas que longamente abalaram o país, dividido entre unitários e federalistas. Apenas em 1862, o primeiro presidente, Bartolomeu Mitre, era empossado, propondo-se a inaugurar “novos tempos” de prosperidade e paz. Para o grupo político vitorioso, os unitários liberais, era preciso escrever a história de seu êxito, apontando os momentos heróicos e indicando as possibilidades de um promissor futuro que se abria. Mas também, cumpria realizar a tarefa de acusar o inimigo causador de tanto “atraso” e de tanta “barbárie”, o federalismo de Juan Manuel de Rosas. Esses primeiros historiadores argentinos – alguns autores dos manuais aqui analisados – fundaram uma certa maneira de pensar as origens da nação, seu passado e seu porvir.

Neste livro, Stella Maris analisa essas construções fundadoras, mostrando a permanência de certas visões sobre a história da nação argentina. Os capítulos do texto estão muito bem estruturados, oferecendo ao leitor um claro percurso dos temas abordados. Inicia apresentando o contexto da formação do Estado argentino relacionando-o à organização do sistema de educação pública. Na perspectiva dos contemporâneos, a

escola secundária – como de resto, em geral, em toda a América Latina – era entendida como o lugar privilegiado, ao lado da universidade, para preparar as classes dirigentes do país. Para alcançar tal finalidade, o conhecimento da História era imprescindível. Em seguida, faz a apresentação dos quatro manuais e de seus autores e analisa, em linhas gerais, suas perspectivas historiográficas. No terceiro capítulo, a autora reflete sobre a visão negativa da Colônia formulada por esses historiadores que debatem, ainda, uma possível preexistência da nação – que chamam de “prenúncios” da nacionalidade – já durante o período colonial. Estudam essa época, mostrando as particularidades argentinas em comparação com as do México e do Peru e, numa leitura teleológica, vêem esse período como uma preparação para a inevitável Revolução de Maio de 1810 que levaria à independência. A autora continua seu texto, trabalhando a construção de personagens, símbolos e lugares da Revolução de Maio de 1810, evidenciando o destaque da cidade de Buenos Aires como protagonista da emancipação. No último capítulo, analisa os modelos de nação e discute as interpretações dos historiadores sobre os conflitos entre unitários e federalistas.

Interessante é lembrar que no Brasil, em época semelhante, também se editavam os primeiros manuais de História do Brasil inaugurando, da mesma forma, uma certa interpretação sobre a História do país. As preocupações centrais do historiador/romancista Joaquim Manuel de Macedo, que publicou suas *Lições de História do Brasil* em 1861, se assemelhavam às de seus colegas argentinos. No caso brasileiro, esses manuais oficiais estavam vinculados às visões emanadas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, centro produtor e difusor das interpretações vitoriosas sobre a História pátria.

Se no Brasil, Macedo e outros historiadores importantes como Francisco Adolfo de Varnhagen manifestavam sua confiança inabalável na justeza e na força da monarquia como garantidora da harmoniosa unidade territorial e da manutenção da ordem social, na Argentina os desafios eram de outra ordem. Marcada pela oposição entre os vitoriosos liberais e os derrotados federalistas, a historiografia portenha construiu uma imagem positiva dos vencedores e de seus feitos gloriosos, em contrapartida às trevas do período de Rosas. O discurso desses historiadores buscava “legitimar o processo de constituição do estado nacional, criando, para isso, representações da nação argentina”. Para

tanto, afirmavam a existência de “prenúncios” da nacionalidade na Colônia que passava a ser valorizada apenas como o período formador do “caráter” argentino.

Em suma, este livro mostra as relações entre as determinações políticas governamentais, a definição das funções da escola pública e o decisivo papel do ensino da História Nacional que tomou forma nos manuais didáticos. As matrizes interpretativas desses textos foram amplamente reproduzidas, atravessando décadas.

A autora é precisa em sua análise, demonstrando grande sensibilidade para trabalhar tanto os grandes temas como as pequenas sutilezas encontradas nos textos dos manuais. Teoricamente bem sustentado, este livro faz cruzar as perspectivas da história política renovada com os desafios próprios da história da educação. Outro dos pontos altos deste trabalho é o diálogo que se estabelece entre a autora – que conhece muito bem a historiografia brasileira – e a produção argentina. Esse cruzamento de fronteiras oferece um resultado original e estimulante, porque propicia o levantamento de novas perguntas e questões ao material pesquisado.

No Brasil, nos últimos quinze anos, temos assistido a um crescente interesse de jovens pesquisadores pela investigação de temas de História da América Latina. Entre eles, sem dúvida, sobressai-se Stella Maris que, com esta pesquisa, encontra um destacado lugar em sua geração. Este trabalho é mais uma importante contribuição para a historiografia que se produz no Brasil sobre a história da América Latina. O leitor se deparará com um texto que flui com clareza e que desperta grande interesse.

Maria Ligia Coelho Prado
Departamento de História
Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1	
Estado nacional e educação pública na Argentina no século XIX.....	19
CAPÍTULO 2	
Lições de História Nacional: os quatro manuais escolhidos.....	51
CAPÍTULO 3	
“Prenúncios” da nacionalidade no período colonial.....	65
CAPÍTULO 4	
A Independência: personagens, símbolos e lugares da Revolução de Maio de 1810.....	89
CAPÍTULO 5	
Modelos de nação.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
NOTAS.....	137
ANEXOS.....	161
FONTES.....	163
BIBLIOGRAFIA.....	165

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende fazer uma análise das representações de nação argentina construídas em manuais de História Nacional voltados para o ensino secundário e publicados entre 1868 e 1912.

Realizamos, no início desta pesquisa, um levantamento amplo de manuais de História Nacional e pudemos, a partir daí, fazer um recorte preciso das fontes.¹

Levando em consideração alguns critérios – como a delimitação dos manuais de História Nacional produzidos e destinados ao ensino secundário, cujas aulas eram ministradas nos Colégios Nacionais da República; a repercussão dessas obras, evidenciada por suas sucessivas reedições e, por fim, a expressividade dos autores dentro das correntes historiográficas do período –, selecionamos quatro manuais que se configuraram como os mais expressivos para os objetivos desta pesquisa. São eles: *Lecciones sobre la Historia de la República Argentina*, de José Manuel Estrada (1868); *Lecciones de Historia Argentina*, de Clemente Leôncio Fregeiro (1886); *Manual de Historia Argentina*, de Vicente Fidel López (1898) e *Lecciones de Historia Argentina*, de Ricardo Levene (1912).

As balizas cronológicas desta pesquisa são delimitadas pelas datas das primeiras edições dos manuais de José Manuel Estrada – 1868 – e de Ricardo Levene – 1912.

É preciso ressaltar que tais balizas se inscrevem dentro de dois marcos cronológicos extremamente importantes para a história política da Argentina. Referimo-nos, primeiramente, ao ano de 1862, quando o Congresso Nacional elegeu Bartolomeu Mitre como presidente da República, com a tarefa de organizar um governo unificado, integrando todas as províncias em torno de uma Constituição. O outro marco refere-se a 1916, quando o grupo político, em geral denominado pela historiografia de “oligarquia”, foi derrotado pelo partido de oposição, a União Cívica Radical.

Foi durante esse período que, buscando a consolidação do Estado Nacional, implementou-se no país um sistema educacional público e de âmbito nacional. Despontava como ponto primordial no estabelecimento desse sistema, a instituição da disciplina escolar História Argentina.

Buscava-se, com o ensino dessa matéria, formar os futuros cidadãos da nação, creditando-se à História Nacional a possibilidade de criação de um forte espírito patriótico. Além disso, procurava-se orientar e constituir os futuros dirigentes políticos da nação, tarefa na qual essa disciplina devia cumprir um papel primordial. A partir de então, o conhecimento da História Nacional passou a ser extremamente valorizado, sendo considerado um verdadeiro dever de cidadão.

Entretanto, essa tarefa não podia ser empreendida sem os livros escolares voltados para a disciplina, cujos conteúdos correspondessem aos propósitos da elite que comandava o processo político nesse momento de consolidação do Estado nacional. Era, portanto, necessário produzir essas obras. Tanto essas obras didáticas destinadas ao ensino da História Nacional como as primeiras obras historiográficas argentinas, elaboradas também nesse momento, tinham como objetivo legitimar o presente, definindo as origens da nação.

Devemos ressaltar que, nesse período, os autores, tanto das obras historiográficas como das obras didáticas, faziam parte de uma elite e ocupavam importantes cargos políticos. Um dos mais importantes historiadores do período foi Bartolomeu Mitre que, como já foi apontado, fora presidente da República.²

Os autores do período escreveram suas obras profundamente envolvidos com o panorama político do momento e com a preocupação de contribuir na tarefa de consolidar o Estado que ajudavam a construir. O estabelecimento do Estado nacional não se deu de forma pacífica, mas resultou de um processo de fortes lutas políticas movidas pelos diferentes interesses das facções que disputaram o poder ao longo do século XIX. Nessa disputa destacaram-se, de um lado, uma elite liberal que acreditava ser legítima a concentração de poder por parte de Buenos Aires, e do outro lado, as lideranças que formavam os poderes locais, isto é, os caudilhos das províncias, que reivindicavam autonomia política para as suas regiões. Os conflitos se estenderam ao longo de praticamente todo o século XIX e mesmo durante as últimas décadas do século ainda persistia um clima de fragilidade política.

Tendo em vista a necessidade de afirmar a idéia de que a

nação se encontrava definitivamente consolidada, e também buscando justificar os projetos nacionais que foram se implementando a partir da década de 1860 – como a própria Constituição, que implantava um sistema Republicano e Federal –, os primeiros trabalhos históricos escritos na Argentina durante a segunda metade do século XIX buscaram criar a idéia de que a nação era um dado cujas origens se encontravam assentadas num passado distante e cujas particularidades se delineavam desde o período colonial.

Por um lado, estabeleciam o pressuposto de que a nação argentina já estava configurada desde as etapas da vida colonial. Por outro, estabeleciam um marco fundamental como coroação desse processo. Esse marco era a Revolução de Maio de 1810.

Esses aspectos, que marcaram a historiografia argentina do século XIX e que penetraram de maneira profunda nos manuais escolares de História Nacional, persistiram por muito tempo como verdadeiros paradigmas, tanto na literatura escolar como na historiografia. Quanto ao primeiro caso, Rosa Maria Carbonari afirma que é possível se detectar, ainda na década de 1990, uma crise do ensino de História no país, uma vez que a manutenção de sua abordagem tradicional está em defasagem com os problemas e questões colocados pela sociedade atual.³ No caso da historiografia, a idéia da persistência de uma análise realizada a partir da configuração apriorística da nação argentina foi tão marcante que passou a ser revista de maneira mais cuidadosa somente em trabalhos muito recentes, como os de José Carlos Chiaramonte, que nega categoricamente a tese da nação prefigurada e a existência de um “sentimento nacional” desde os tempos vice-reinais ou ainda na primeira metade do século XIX.⁴

Para o estudo sobre o nacionalismo, tomamos como referência importante o trabalho de Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*, atentando para sua concepção de que a nação é um artefato cultural “criado” ou “imaginado”⁵ e sobretudo à idéia de que esta imaginação implica uma “mágica” da transformação da “fatalidade em continuidade”, do “acaso em destino”. O autor alerta, assim, para o fato de serem os Estados nacionais realidades históricas relativamente recentes, ao mesmo tempo que a imaginação da nação pode assomar “de um passado imemorial” e deslizar “para um futuro ilimitado”.⁶

Neste sentido da análise crítica sobre a nação como um dado preexistente ao Estado e ao nacionalismo, cabe destacar também o trabalho de Eric Hobsbawm, *Nações e Nacionalismo desde 1780*, em que o autor afirma que “as nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”.⁷

Além desse suporte teórico, destacamos que nosso estudo também se aproxima da história das representações, inspirada por Roger Chartier, buscando analisar as formas por meio das quais “os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles”, criando representações que em confronto e contradição engendram práticas e movem a estrutura da sociedade.⁸ Seguindo essa abordagem proposta por Chartier, procuramos estar atentos às diferentes clivagens culturais, não nos limitando às determinações dadas *a priori* pelo lugar social ocupado pelos autores, mas buscando indicar, sempre que possível, outras clivagens como “as pertencenças... geracionais, as adesões religiosas, as tradições educativas, as solidariedades territoriais, os hábitos de ofício”.⁹ Também buscamos não fazer associações mecânicas entre os projetos políticos e a elaboração dos discursos presentes nos manuais, mas pretendemos analisar essas questões de maneira mais dinâmica, relacionando-as entre si e acrescentando ainda à análise outras questões sociais e políticas importantes na Argentina do final do século XIX e início do século XX. Dessa maneira, tivemos em mente captar a dimensão de como se processaram entre os autores “as apropriações de um motivo intelectual ou de uma forma cultural”.¹⁰

O fio condutor de nossa análise das fontes tem por núcleo as questões políticas, e tendo em vista que a construção da idéia de nação esteve intrinsecamente relacionada com o projeto do Estado nacional, enfatizamos em nosso estudo as representações políticas construídas nos manuais. Nesse sentido, procuramos levar em consideração a idéia de que é possível pensar na construção de uma História Política com base em novas perspectivas, evitando uma “análise ‘objetivista’ que pressupõe da parte do historiador que ele paire e domine, do exterior, um objeto inerte”.¹¹ Do contrário, poderíamos cair na armadilha de reproduzirmos exatamente a perspectiva dos próprios manuais de História Nacional aqui analisados, nos quais os autores se colocavam muito mais como “juizes” da história do que como agentes

interessados em evidenciar as contradições presentes no próprio desenvolvimento do processo histórico.

Cabe ressaltar que a análise das representações de nação nos manuais de História Argentina concentrou-se muito mais na discussão sobre os significados das questões políticas presentes nas “lições” dos manuais, do que numa representação de nação baseada em outros componentes como a cultura, a raça ou a etnia. Esta ausência não foi uma determinação feita *a priori*, mas emergiu como resultado da própria análise empírica, uma vez que as fontes analisadas não destacam tais componentes como preocupações cruciais na construção da idéia de nação argentina, como se evidencia, ao contrário, com as questões políticas. Isto porque os autores colocavam como fato relativamente claro a idéia de que os argentinos eram herdeiros dos *criollos*, legítimos descendentes dos espanhóis e, por conseguinte, do “povo europeu” de “raça branca”. Ainda que em alguns casos destacassem a colonização no Rio da Prata como mais “amena” do que as verificadas em outras porções do continente, sugerindo com isso um ‘palco mais propício’ para a precoce formação da nacionalidade, esta análise não implicava uma visão de constituição do povo com base na idéia de miscigenação entre o homem branco europeu e os índios. De forma geral, a questão indígena foi abordada de forma sumária nos manuais, destacando-se que estes teriam, desde os primórdios da colonização, sido assimilados pelos brancos. Trata-se de uma tentativa de apagar das páginas da História Argentina um setor considerado como um empecilho à constituição do Estado nacional tal como este fora projetado pelas elites liberais a partir de 1860. O fato de os índios serem praticamente banidos dos manuais revela a indisposição das elites liberais com relação a esse setor, seja pelo preconceito racial, respaldado pela idéia de que a nacionalidade argentina era fortemente marcada pela origem européia, seja pelos obstáculos concretos que impunham à implementação da modernização no país iniciada na segunda metade do século XIX, e que legitimava, inclusive, as campanhas ocorridas na década de 1880, de extermínio e banimento dos indígenas de seus territórios.

Antes de apresentarmos a forma como a dissertação se encontra estruturada, cabe ainda ressaltar o tratamento aqui dispensado ao tipo de fonte abordado, os livros didáticos de História Nacional, tendo em

vista as suas peculiaridades e, ao mesmo tempo, as múltiplas possibilidades metodológicas que vêm abrindo passo nas novas investigações. Como aponta Circe Bittencourt, pela natureza complexa do livro didático, podem-se verificar diferentes e até divergentes perspectivas de trabalho com essas fontes. Segundo a autora, sua complexidade se mostra pelo acúmulo de características que o compõem:

*É uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes aos interesses do mercado, mas é também um depositário dos diversos conteúdos educacionais, suporte privilegiado para se recuperar os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais por uma sociedade em uma determinada época. Além disso, ele é um instrumento pedagógico "inscrito em uma longa tradição, inseparável tanto na sua elaboração como na sua utilização das estruturas, dos métodos e das condições do ensino de seu tempo". E, finalmente, o livro didático deve ser considerado como veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura.*¹²

Nossa pretensão com esta dissertação não foi abordar o livro didático a partir deste amplo espectro, mas buscar nos deter mais especificamente na caracterização do livro didático como um instrumento privilegiado para a elaboração e divulgação de representações políticas da nação.

No capítulo 1, *Estado nacional e educação pública na Argentina no século XIX*, analisamos o contexto da construção do Estado nacional, relacionando-o ao desenvolvimento do sistema educacional público na Argentina. Ressaltamos o papel do ensino secundário como formador das classes dirigentes e analisamos como a imigração se constituía numa fonte de preocupações dentro das políticas educacionais do período. Embora tenhamos abarcado o contexto do surgimento da instrução pública no país, deixamos claro que não foi nossa pretensão realizar um estudo sobre a História da Educação na Argentina, o que demandaria um trabalho com diferentes

fontes e um aprofundamento em questões que fogem à delimitação desta pesquisa.

No capítulo 2, *Lições de História Nacional: os quatro manuais escolhidos*, realizamos a apresentação dos manuais, mostrando o contexto de sua elaboração, bem como sua estruturação formal, além de pretendemos apresentar em linhas gerais as perspectivas historiográficas de cada um dos autores.

No terceiro capítulo, *"Prenúncios" da nacionalidade no período colonial*, buscamos mostrar como os autores trabalharam em seus manuais o período colonial, formulando uma visão negativa da Colônia. Por outro lado, pretendemos evidenciar como eles assinalaram algumas "particularidades argentinas" localizadas, dentro de uma leitura teleológica, neste período longínquo, definindo um rumo cujo destino era a independência política e o desenvolvimento material da nação. São estudadas as formas como os autores retrataram as diferenças entre a colonização do Rio da Prata, de um lado, e do Peru e do México, de outro. Destacamos também como nos manuais o período colonial foi pensado como uma preparação para a Revolução de Maio de 1810, vista pelos autores como um "acontecimento inevitável".

No capítulo 4, *A Independência: personagens, símbolos e lugares da Revolução de Maio de 1810*, pretendemos analisar como se deu a construção dos heróis nacionais nos manuais, além de evidenciar como os autores destacaram a cidade de Buenos Aires como "protagonista" nos episódios da emancipação.

Finalmente, no quinto e último capítulo, intitulado *Modelos de nação*, analisamos as interpretações dos autores sobre os conflitos entre os unitários e os federalistas, tendências políticas que se desenvolveram ao longo do século XIX e que constituíram um importante aspecto no processo de constituição do Estado nacional. Procuramos mostrar como esses autores, herdeiros de uma tradição intelectual unitária, acabaram valorizando o federalismo, uma vez que buscavam legitimar o sistema republicano e federal, consolidado com a Constituição de 1853.

CAPÍTULO 1**ESTADO NACIONAL E EDUCAÇÃO PÚBLICA NA ARGENTINA NO SÉCULO XIX**

A História Argentina começou a ser ensinada de forma mais sistemática nas escolas públicas do país, na segunda metade do século XIX. Para tanto, criou-se a necessidade da preparação de livros didáticos, os manuais de História Argentina. A disciplina se integra ao sistema mais amplo da educação pública nacional. Esse sistema educacional público se desenvolveu como parte fundamental do processo de constituição do Estado nacional durante a segunda metade do século XIX. Uma elite política orientada pela doutrina liberal dirigiu esse processo, concebendo a educação como forma de promover a nacionalidade argentina e consolidar o Estado nacional, após um longo período de guerras civis, desencadeadas posteriormente à Independência política da Espanha.

Cabe, portanto, neste capítulo, analisarmos o processo de constituição do Estado nacional na Argentina para compreendermos como foi se desenvolvendo o sistema de educação pública e qual o papel cumprido pela disciplina de História Nacional para o nível secundário de ensino.

Após deflagradas as lutas pela emancipação política do jugo colonial espanhol, a partir da Revolução de Maio de 1810, o projeto de constituição do Estado nacional na Argentina não se concretizou de imediato. Adverte Oscar Oszlack que um dos primeiros problemas colocados ao estudioso sobre o tema do Estado nacional na Argentina é a dificuldade em se precisar um momento a partir do qual se possa falar de sua existência concreta, mas que o Estado nacional “presume la condición independiente de la nación”,¹³ ainda que a ruptura com o poder imperial não constituísse a substituição imediata do sistema colonial pelo Estado nacional.¹⁴

As dificuldades na constituição do Estado nacional se deveram, em grande parte, às guerras civis que ocorreram após a Independência, também conhecidas como “guerras fratricidas”, que espelhavam profundos conflitos no país, marcados pelas rivalidades

entre duas tendências políticas inconciliáveis: os unitários, representados pela elite liberal que pretendia constituir um Estado centralizado a partir do domínio de Buenos Aires sobre o restante do território, e os federalistas, geralmente encabeçados por líderes das províncias do interior, que reivindicavam autonomia às províncias.

O acirramento das tensões entre essas duas tendências ocorreu de maneira definitiva na década de 1820, quando líderes federalistas das províncias do Litoral argentino¹⁵ rechaçaram a Constituição unitária promulgada em 1819 pelo unitário Martín de Pueyrredón, o que culminou, no início de 1820, na Batalha de Cepeda, resultando no fim da centralização do poder por Buenos Aires e na segregação do território, em que várias províncias decretaram estatutos independentes. Este período, que se estende de 1820 a 1829, normalmente designado por historiadores de tendência liberal como período da “anarquia”, foi interrompido quando Juan Manuel de Rosas chegou ao poder como governador da província de Buenos Aires, concentrando logo em suas mãos o poder de todas as demais províncias. Juan Manuel de Rosas, que governou Buenos Aires, de 1829 a 1852, com amplos poderes sobre toda a Argentina, representava os interesses da classe proprietária e impedia que os liberais consolidassem a unificação nacional com base em um Estado liberal centralizado.

Foi durante o governo de Rosas que se constituiu um núcleo de intelectuais liberais, inimigos de seu governo, em grande parte responsável pela elaboração de projetos que viriam a ser postos em prática na segunda metade do século XIX. Trata-se de um grupo designado de “Geração de 1837”, que reunia autores como Estebán Echeverría, Juan Bautista Alberdi e Vicente Fidel López, que tiveram que se exilar nos países vizinhos, Uruguai e Chile, por representarem uma frente de oposição em face do governo federalista de Rosas.¹⁶ No exílio, esses autores desenvolveram atividades intelectuais e políticas e escreveram suas principais obras, que freqüentemente retratam os caudilhos e o interior do país como fonte de barbárie, em oposição à construção de uma visão enaltecida da cidade como espaço difusor das idéias ilustradas. Ao mesmo tempo, refletiram sobre a educação, idealizando-a como meio para impulsionar a civilização para o país. Desta maneira, opunham-se a Rosas, em geral buscando resgatar as

iniciativas da primeira geração de liberais unitários que dominaram o cenário político na época da Revolução de 1810, como Mariano Moreno e Manuel Belgrano, bem como o unitário Bernardino Rivadavia, que governou o país durante parte da década de 1820 e que representava para essa geração o modelo do ideal ilustrado.

Juan Manuel de Rosas foi retratado por essa geração de intelectuais como líder político que desvirtuara o projeto liberal iniciado com a Revolução de Maio de 1810, mergulhando o país nas “trevas” e retrocedendo ao estágio de vida colonial, na medida em que mantinha fortes ligações com a Igreja Católica, impunha o acato à Federação e se utilizava de estratégias políticas arbitrárias para garantir o respaldo da população pobre. No plano educacional, Rosas também significava, para a oposição liberal, a antítese do modelo que esta tinha em mente implementar, pois suprimira escolas na capital e no interior da província de Buenos Aires, obrigara os mestres a jurar adesão ao federalismo, impusera a obrigatoriedade da utilização de catecismos e conferira poderes de direção do sistema escolar aos padres jesuítas. Durante o governo de Rosas, todos os alunos e professores foram obrigados a colocar na roupa um adereço vermelho, para simbolizar sua adesão ao regime.¹⁷ Pelo decreto nº 1.450, de 1844, Rosas determinava que:

*No podrán abrir colegios ni escuelas, no ser Directores, Preceptores, Maestros o Ayudantes de enseñanza pública, sea a cargo del Estado o particulares, los individuos que no obtuvieran previamente permiso del gobierno, con carta de ciudadanía, si son extranjeros, y acreditasen virtud, moralidad ejemplar, profesión de Católico Apostólico Romano, adhesión firme a la causa de la Confederación Argentina, capacidad e instrucción suficiente.*¹⁸

Contrariamente ao rumo dado por Rosas à educação, os liberais exilados mantinham o ideal da educação como propulsor da civilização e como ponto fundamental para a organização do Estado. Esse aspecto foi particularmente notável na trajetória intelectual e política do conhecido autor de *Facundo: civilización y barbárie*, Domingo Faustino Sarmiento,¹⁹ que, já durante a década de 1840,

quando esteve exilado no Chile, publicou um livro intitulado *Educación Popular* (1849) e redigido a cargo do governo do Chile, que versava sobre sistemas educacionais na Europa e nos Estados Unidos.²⁰ Mas foi durante a segunda metade do século XIX, quando chegou à Presidência da República, que Sarmiento veio a ter uma ação decisiva para os planos educacionais na Argentina, incentivando sobretudo a instrução primária e normal.

Findo o governo de Rosas, a Argentina passou por uma experiência política que representou um primeiro passo rumo à organização do Estado. Trata-se da experiência da Confederação entre as províncias (1853-1861) que, embora não tivesse conseguido pôr fim às divergências entre as tendências políticas historicamente opostas (unitários e federalistas) nem resolvido problemas econômicos que estavam em jogo,²¹ buscou estabelecer um regime de ordem política e institucional.

A derrocada de Rosas foi comandada pelo então governador da província de Entre Ríos, Justo José Urquiza, que tornou-se líder político por ter vencido o “tirano” na Batalha de Caseros, em 3 de fevereiro de 1852. Apesar de ter momentaneamente como aliados os liberais retornados do exílio, logo Urquiza passou a ser alvo de críticas desses políticos centralistas que advogavam o poder a Buenos Aires. As críticas se deveram ao fato de Urquiza ter mantido algumas insígnias do governo Rosas – como o uso de emblemas na cor vermelha – e também por ter assumido um compromisso com as províncias, sustentando a idéia de igualdade de direitos entre elas, tentando pôr fim às eternas rivalidades entre porto e províncias e expressando, assim, suas idéias federalistas.

A primeira oposição severa a Urquiza partiu de Domingo Faustino Sarmiento, que lançou sua campanha contra o “novo Rosas”. Atrás do lema “nem vencidos nem vencedores”, Urquiza, buscando implementar um sistema de alianças, reuniu em um comitê portenhos e provincianos, unitários e federalistas que debateriam sobre a criação de uma Convenção Constituinte.²² Desse comitê surgiu o Pacto de San Nicolás, de 31 de maio de 1852, estabelecendo que cada província deveria indicar dois representantes que, juntamente com os representantes das demais províncias, redigiriam uma Constituição a ser ratificada posteriormente pelas legislaturas provinciais. A

Constituição redigida instituiu a forma representativa, republicana e federal de governo, a divisão dos poderes entre legislativo, executivo e judiciário, a adoção da religião católica como credo oficial do Estado, a nacionalização da aduana de Buenos Aires e a federalização da cidade-porto. Todas as províncias ratificaram-na, à exceção de Buenos Aires, que rechaçou esses dois últimos pontos. Liderada por Bartolomé Mitre, Buenos Aires apartou-se da Confederação, promulgando uma constituição provincial em 1854 e passando, à diferença da Confederação, por um período de prosperidade econômica e cultural. Pelo lado da Confederação, Urquiza foi eleito presidente constitucional do país e a capital federal foi localizada provisoriamente em Paraná, capital de Entre Ríos.

Do ponto de vista educacional, as iniciativas da Confederação Argentina (1853-61) malograram sobretudo em razão da falta de recursos.²³ No entanto, é preciso ressaltar que a Constituição de 1853 já assentava alguns pontos importantes, que esbarravam, entretanto, além da falta de recursos financeiros, no problema da ausência de um Estado unificado. No Artigo 5º da Constituição se determinava a autonomia das províncias no que dizia respeito ao ensino de nível primário. Por este artigo as províncias tinham o direito resguardado de dirigir seu próprio sistema de educação e o Governo Federal podia eventualmente ajudar com subvenções.²⁴ O Artigo 67, inciso 16, no entanto, estabelecia que era atribuição do Congresso Nacional ditar planos de “instrução geral e universitária”.²⁵ Sobre esse último ponto, até hoje, os autores têm dúvidas quanto à ambigüidade do texto constitucional, discutindo-se se a “instrução geral” incluía também o nível primário ou apenas se referia ao nível secundário e universitário e escolas profissionalizantes. As interpretações que lêem nessa ambigüidade uma tentativa do Governo Central de intervir no ensino primário das províncias geralmente defendem a autonomia das mesmas e apontam para a incoerência com o Artigo 5º, que resguardava sua liberdade para ditar as normas de acordo com as prioridades elencadas em cada região.²⁶ Do outro lado estão aqueles que enfatizam a “abertura” do texto constitucional, defendendo, portanto, que o Governo Central tinha faculdades legais para intervir nas províncias.²⁷ Essa polêmica não é senão mais um dos desdobramentos dos pontos de vista divergentes sobre as

interpretações do passado nacional, em que duas visões opostas – uma em prol do centralismo do Estado e outra em defesa da autonomia das províncias –, se debatem numa longa tradição de disputa ideológica. Pode-se afirmar que, sobretudo depois da década de 1880, oficialmente o ensino primário ficou a cargo das províncias, enquanto os órgãos federais se incumbiram da educação secundária, normal e especial, e do ensino primário somente na Capital, territórios e, subsidiariamente, nas províncias. Mas isso só oficialmente, posto que, dessa época até o início do século XX, houve uma tendência crescente na direção da centralização do Estado na Argentina. No plano educacional essa centralização se verificou mais concretamente quando, em 1905, pela lei 4.878, o Conselho Nacional de Educação adquiriu a faculdade de introduzir escolas primárias nas províncias.²⁸

A separação entre Buenos Aires e a Confederação persistiu até a década de 1860. Nesse interregno, a relação entre as duas partes foi permeada por tratados que visavam incorporar Buenos Aires, mas que na prática não chegaram a se concretizar. Em 1861, Bartolomeu Mitre comandou uma batalha vitoriosa contra a Confederação, que ficou conhecida como Batalha de Pavón. Com a tarefa de organizar um governo unificado, Mitre foi eleito presidente pelo Congresso Nacional em 12 de outubro de 1862. A partir dessa data foi possível estabelecer um governo nacional, integrando todas as províncias em torno de uma constituição.²⁹

Foi a partir da presidência de Bartolomeu Mitre (1862-1868) que se realizou o desenvolvimento de vários projetos em âmbito nacional. Não entendemos seu governo, no entanto, como “marco” institucionalizador da definitiva constituição do Estado nacional. Preferimos acompanhar as discussões à luz das interpretações historiográficas que concordam com a existência, ainda nas décadas de 1860 e 1870, de um clima de dissensões políticas internas, abafado pela ação coercitiva do governo nacional, por meio dos freqüentes estados de sítio aplicados às províncias que ameaçavam realizar levantes autonomistas. Um dos autores que trabalham dentro dessa perspectiva é Natalio Botana,³⁰ que analisa o período de 1862 a 1880 como uma “primera fase de control nacional que debe ser vista como un sostenido proceso de reducción de las provincias a la unidad del Estado”. Também nos baseamos no trabalho de Oscar Oszlack,³¹ para

quem a experiência da Confederação Argentina, sem a participação de Buenos Aires (1853-1861), representou um ponto importante, desde a Independência, no estabelecimento de bases para a construção do Estado nacional; mas que somente com a derrota da Confederação Argentina pelo Exército de Buenos Aires, em 1861, o controle do poder poderia ser pensado em âmbito nacional, ainda que o processo tenha sido liderado, pelo menos até a década de 1880, mais pelos setores dominantes portenhos do que por um pacto de coligações entre as províncias.³²

Apesar disso, visualizamos a década de 1860 como um recorte temporal de suma importância para esta pesquisa, uma vez que foi a partir desse momento que se instaurou, de forma mais uniforme e como atribuição do Estado, um sistema de Instrução Pública que institucionalizou as escolas do ensino secundário. Além disso, foi nessa década que começaram a ser publicados os primeiros manuais de História Nacional voltados para esse nível de ensino.

No governo nacional, Bartolomé Mitre (1862-68) realizou importantes investimentos educacionais: no ensino primário destinou verbas para aquisição de materiais e manutenção física das escolas e no nível secundário criou as primeiras escolas oficiais, partindo da fundação do Colégio Nacional de Buenos Aires, criado pelo decreto nº 5.447 de 14/8/1863.³³ Há quem sustente que a origem desse Colégio remonta ao período do Vice-Reinado do Rio da Prata, quando Juan José de Vértiz y Salcedo (1778-1784) – considerado por historiadores liberais como o Vice-Rei que propiciou uma renovação intelectual no Rio da Prata – fundou, com os bens dos jesuítas recentemente expulsos do território platino, o Real Colégio de San Carlos, no qual se formaram líderes da Revolução de Maio como Manuel Belgrano e Bernardino Rivadavia.³⁴ No entanto, pelo decreto de fundação do Colégio Nacional fica claro que ele foi criado sobre as bases do Colégio e Seminário de Ciências Morais, surgido na década de 1820, durante o governo de Martín Rodríguez, em que atuou com forte influência o político unitário Bernardino Rivadavia.³⁵

A fundação do Colégio Nacional de Buenos Aires por Bartolomeu Mitre dava início à execução de um projeto elaborado pelo Estado e que visava atingir a homogeneização do ensino secundário na Argentina. Esse Colégio foi de extrema relevância por

ter funcionado como modelo para os outros que vieram a ser instituídos no país, já a partir do ano de 1864, como os de Catamarca, Tucumán, Mendoza, San Juan, Salta e Entre Ríos. A eleição do Colégio Nacional de Buenos Aires como modelo para as outras escolas secundárias do país foi uma determinação do próprio presidente da República, que em 5/5/1863, durante a inauguração das sessões do Congresso Legislativo, afirmava que:

*Bajo su inmediata y especial atención, este Colegio podrá servir de norma para regularizar la enseñanza de los establecimientos que costea la Nación, y en los demás que se propone crear con vuestro auxilio en otras localidades, ajustándola a un plan uniforme como es notoria conveniencia.*³⁶

A atuação do Estado no desenvolvimento do sistema educacional público não parou por aí, mas continuou sendo fomentada durante os governos subsequentes, o de Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874) e o de Nicolás Avellaneda (1874-1880).

A ação educativa de Sarmiento é salientada pela maioria dos trabalhos daqueles que se dedicam a estudar a sua obra e, atualmente, na Argentina, seu nome em geral ainda se encontra associado ao grande impulso da educação elementar, desencadeado na segunda metade do século XIX. Pode-se dizer que, de alguma maneira, o próprio Sarmiento já forneceu os elementos para que sua ação educativa viesse a despontar como um objeto de evidenciado valor para a sociedade. Afirmando ser a educação uma “mania”,³⁷ Sarmiento traçou sua trajetória intelectual e política atrelando-se a cargos diretivos escolares, fundando uma avalanche de escolas durante seu governo e publicando obras sobre educação. Na época em que foi escolhido para suceder Mitre na presidência da República, Sarmiento exercia a função de ministro plenipotenciário nos Estados Unidos, de onde reconheceu publicamente, em discurso, na Universidade de Michigan, seu envolvimento pessoal com a atividade docente:

Ante todo, he sido durante mi vida maestro de escuela, cualquiera que fuese el puesto que ocupase, hasta el

*más encumbrado; hoy, representante de la República Argentina, sigo siendo, principalmente, maestro de escuela, y mis conciudadanos me honran con su voto para regir los destinos del país, seré en la presidencia de la República, como siempre, maestro de escuela.*³⁸

Também devemos considerar que a preocupação de Sarmiento em desenvolver a educação pública se devia ao fato dele considerá-la como um suporte necessário para viabilizar o projeto de construção da nação argentina dentro dos moldes das luzes e da civilização e como um meio para a superação da “barbárie”:

*Donde la educación es incopleta, donde yace abandonada y al alcance de un corto número, hay un pueblo semibárbaro, sin luces, sin costumbres, sin progreso. (...) El maestro de escuela, al poner en las manos del niño el silabario, lo constituye miembro integrante de los pueblos civilizados del mundo, y lo liga a la tradición escrita de la humanidad, que forma el caudal de conocimientos con que ha llegado... a separarse irrevocablemente de la masa de la creación bruta.*³⁹

Essa concepção da educação como uma missão civilizadora não era exclusiva de Sarmiento, pois também participavam dela outros intelectuais liberais de sua geração. Tratava-se de uma concepção que visava “preparar as massas para o desempenho das atividades políticas pela educação que lhes será ministrada pelos que detêm as luzes”.⁴⁰ Juan Bautista Alberdi, entretanto, elegia a imigração européia como principal fator para o desenvolvimento do país. Segundo Tulio Halperin-Donghi, para Alberdi a instrução das massas poderia levar à reivindicação destas pela inclusão social, ao passo que Sarmiento não temia os perigos sociais com a elevação intelectual do povo, pois tratava-se, para ele, de estabelecer um sistema de ordem dentro do qual as camadas sociais desfavorecidas se encontrariam circunscritas e limitadas.⁴¹

Sarmiento tratou, portanto, de popularizar o ensino público, priorizando o nível primário e promovendo a alfabetização.⁴² Além

disso, incentivou a formação de professores, fundando pela primeira vez escolas normais no país e patrocinando a ida à Argentina de várias professoras norte-americanas para lecionar nessas escolas.⁴³ Ainda que estivesse mais preocupado com o ensino elementar, continuou a política iniciada por Mitre no tocante ao ensino secundário, fundando novos Colégios Nacionais no interior da Argentina, nas províncias de Jujuy, La Rioja, Santiago del Estero, Corrientes, Santa Fé e San Luís. Para se ter uma idéia do destaque dado por Sarmiento à educação pública e do respaldo político dessa atuação, cabe lembrar o fato de que seu sucessor na presidência da República, Nicolás Avellaneda (1874-80), havia sido, durante o seu governo, nada menos que o Ministro da Instrução Pública.

Durante o governo de Avellaneda foram fundadas nove escolas normais em províncias do interior. Implantaram-se cursos noturnos para a alfabetização de adultos e ditou-se, em 1875, a Lei de Educação Comum, especificamente para a província de Buenos Aires, já que uma lei nacional para a educação elementar haveria de esperar até a década de 1880 para ser ditada, pois só nessa data foi solucionado o problema da federalização da cidade de Buenos Aires.⁴⁴ Como já foi dito, a legislatura de Buenos Aires rechaçou a Constituição de 1853, que estipulava a transformação da capital dessa província em capital federal da República, nacionalizando suas rendas alfandegárias. Mediante esse obstáculo, a capital da Confederação instalou-se na cidade de Paraná, na província de Entre Ríos, enquanto a província de Buenos Aires se constituía como um Estado separado do resto do país, tendo a cidade de Buenos Aires como capital da província. Somente no ano de 1880, por meio de um movimento armado travado entre “nacionalistas” liderados por Mitre – que defendiam a federalização da cidade – e “localistas”, liderados pelo governador de Buenos Aires, Valentín Alsina – que propugnavam pela separação da província – e mediante a vitória dos primeiros, é que se deu por resolvida a designada “questão capital”, o que, por sua vez, significava um passo concreto na consolidação do Estado nacional.

A consolidação do Estado nacional se dá, portanto, somente a partir do momento em que se consegue estabelecer um consenso entre as elites dirigentes do país, pondo fim às discórdias entre unitários e federalistas e, principalmente, a partir da resolução desse dilema em

torno da federalização da cidade de Buenos Aires. Como analisa Quattrocchi-Woisson:

*...la unidad nacional no pudo imponerse sino tras la resolución del inextricable problema ligado a la designación de la ciudad capital. Es con la “federalización” de Buenos Aires, en 1880, que la Argentina entra en una era de orden y progreso bajo la dirección de una clase dirigente homogénea y limitada, llamada, en el idioma político local, la “oligarquía”.*⁴⁵

A partir da década de 1880 o cenário de luta que se estendia desde a época da Independência – entre setores que defendiam a autonomia das províncias, em geral liderados pelos representantes do interior do país, e setores que argumentavam a favor de um regime unitário com o poder centralizado em Buenos Aires, liderados pelos portenhos –, foi suplantado por uma hegemonia governamental unificada, que teve como centro de decisão do poder a cidade de Buenos Aires, transformada em Distrito Federal no ano de 1880. Dessa década até 1916, a manutenção dos liberais no poder apoiou-se no controle absoluto da sucessão presidencial, realizado através das fraudes eleitorais e dos chamados “governos eleitores”,⁴⁶ ou seja, processo pelo qual os políticos que estavam no poder elegiam seus sucessores, impedindo a entrada dos setores oposicionistas que, desde a última década do século XIX, já manifestavam seus descontentamentos. Essa oposição foi evidenciada de maneira mais concreta na Revolução de 1890, quando foi criada a União Cívica, mais tarde transformada em União Cívica Radical. De qualquer maneira, como analisa José Luís Romero, o movimento de 1890, mesmo reunindo os setores marginalizados e configurando uma afirmação revolucionária, pecou pela ausência de uma coerência doutrinária que acabou por assinalar os limites de sua atuação ante o setor oligárquico que tinha claramente definido seu posicionamento político e sua doutrina ideológica, pautados no liberalismo.⁴⁷

Esse período que transcorre da década de 1880 até 1916, ano em que finalmente esse grupo foi derrotado nas urnas por Hipólito Yrigoyen, eleito presidente da República e filiado à União Cívica

Radical⁴⁸ é, portanto, considerado pela historiografia como período de predomínio da “oligarquia”. As principais marcas desse período foram a definição das bases de uma nação moderna pelos grupos dirigentes liberais, pela efetivação de medidas para o crescimento material baseado num sistema que combinava vínculos de dependência financeira internacional e uma economia primário-exportadora; a consolidação do Estado nacional mediante a eliminação das dissidências internas que imperaram no país durante quase todo o século XIX e, por fim, a instituição de uma ordem constitucional, com um controle, entretanto, restrito da participação popular nos mecanismos legais de representação política, concentrando, desta maneira, o poder nas mãos de uma elite que controlava as sucessões nos altos cargos governamentais.⁴⁹

No tocante às origens da constituição socioeconômica dessa elite que governou a Argentina a partir da década de 1880, Nicolás Shumway encontra sua gênese no contexto dos anos 1820, em que Buenos Aires, governada pelo unitário Bernardino Rivadavia, viveu sua “época áurea”, denominada comumente pelos historiadores liberais de “feliz experiência” de Buenos Aires em face da “anarquia” das províncias. Nesse período, a Europa consumia e importava produtos argentinos como a carne salgada e couros, e com esse trâmite os comerciantes da cidade foram adquirindo terras da província, ao mesmo tempo em que os proprietários de terra foram se inserindo nos negócios urbanos. Foi da união desses setores que se compôs a oligarquia argentina.⁵⁰

Sobre o regime implantado pela oligarquia, Natalio Botana analisa os anos transcorridos entre 1880 e 1916 como período de instituição e manutenção de uma ordem política e social conservadora, que convivia paralelamente com as fortes transformações no campo econômico, favorecidas por uma defesa cega do liberalismo econômico. Assim, a conservação do poder sustentava-se fundamentalmente através do controle das sucessões nos cargos mais altos do poder político, garantida mediante a fraude eleitoral, ao mesmo tempo em que as elites seguiam fomentando os projetos liberais sem vislumbrar uma previsibilidade de mudanças na estrutura da sociedade e ignorando, portanto, as flagrantes tensões que iam se estabelecendo nesse contexto de rápidas transformações econômicas e

sociais. É por essa razão que algumas análises atribuem à oligarquia argentina um certo caráter de ingenuidade, metaforizando a atuação de seus representantes com a idéia de que eram “aprendizes de feiticeiro”, visto que a euforia da elite com o projetos “modernizantes”, entre os quais se incluíam o desenvolvimento econômico acelerado com bases na dependência financeira das grandes potências, particularmente a Inglaterra, e o intenso afluxo da mão-de-obra imigrante européia, acabariam por gerar efeitos contrários à sua arraigada certeza de um progresso cada vez mais acentuado e sem limites.⁵¹

A política de modernização do Estado argentino foi impulsionada com mais clareza a partir do governo de Julio Argentino Roca (1880-1886), mesmo momento em que o positivismo ganhava força doutrinária como orientadora das idéias e dos projetos políticos da elite liberal. Em geral, chama-se de Geração de 1880 ao grupo de intelectuais que se encontrava apoderado do sistema político nessa década e que era fortemente inspirado pelas idéias do positivismo.⁵² Costuma-se atrelar à Geração de 1880 a já mencionada Geração de 1837, uma vez que foi esta última quem elaborou primeiramente os projetos de construção de uma nação moderna, implementada somente após a queda de Rosas e continuada pelos intelectuais positivistas da geração posterior. Isto significa dizer que havia uma grande afinidade entre o pensamento político liberal da primeira e da segunda metade do século XIX, ao ponto de José Luís Romero se referir a um certo “conformismo” da Geração de 1880, visto que os frutos plantados pela geração precedente e as promessas de prosperidade acabavam por cegar essa nova elite que esbanjava seu poder e riqueza, impedindo-a de enxergar o cenário de uma nova realidade que unia “progresso” à exclusão social:

La nueva oligarquía se dejó mecer indolentemente por la vida porque dio por sentado que el proceso que sus padres habían desencadenado y guiado con tanto esfuerzo y tan madura reflexión correspondía a la naturaleza de las cosas y no necesitaba la constante corrección de rumbo. El proceso, empero, se desenvolvía como un torrente violento constreñido por terribles obstáculos, a los que al principio

*sorteó gracias a la habilidad de los timoneles y contra los que luego comenzó a chocar con creciente violencia; pero en las orillas del torrente quedaba abundante resaca, y la resaca pareció ganancia suficiente y estímulo bastante para quienes debían dirigir el proceso y se limitaban a seguirlo.*⁵³

A promoção da modernização, estimulada pela chamada Geração de 1880, implicou uma série de políticas que por fim acabaram favorecendo os próprios setores tradicionais, já detentores do poder econômico e político. Foi o que ocorreu com a política de distribuição de terras iniciada na gestão de Avellaneda, na década de 1870 e prosseguida durante o governo de Roca, na década seguinte. O projeto de colonização agrícola com emprego de mão-de-obra europeia – vislumbrado desde a Constituição de 1853, cujo texto baseou-se numa obra de Juan Bautista Alberdi, defensor convicto da imigração⁵⁴ – implicava a ocupação e povoamento de terras ainda desabitadas ou dominadas pelos índios. Neste sentido foi dada continuidade à chamada “campanha do deserto” – já iniciada por Rosas na década de 1930 –, em que os índios foram expulsos das terras e exterminados, sendo os 8,5 milhões de hectares de terra conquistada entregues a 381 famílias.⁵⁵

O processo migratório, intensificado a partir da década de 1870, não cumpriu à risca o projeto original de instalar os colonos em propriedades rurais para executarem trabalhos agrícolas. À exceção de colônias instaladas em Córdoba, Santa Fé e Rosário, onde houve um processo de colonização nos moldes almejados, uma grande parte do contingente migratório acabou não se mantendo no campo. Isto se deveu à concentração de terras nas mãos das elites *criollas* que alimentavam especulações com a questão agrária, convertendo-se em grandes latifundiários sobretudo na província de Buenos Aires, obtendo vantagens sobre os estrangeiros na aquisição das propriedades.⁵⁶

Ainda assim, a afluência migratória continuou crescendo, modificando o cenário urbano, sobretudo na cidade de Buenos Aires. Tanto em termos absolutos como da população economicamente ativa, o contingente migratório, em sua maior parte constituído por italianos e espanhóis, foi de grande impacto. Para o “período aluvial”,⁵⁷ entre

1870 e 1914, esse impacto pode ser apreciado com base no seguinte quadro indicativo da grande presença de imigrantes na porcentagem total de habitantes do país.⁵⁸

Data	Nº total de habitantes	Parcela de estrangeiros (%)
1869	1.737.000	12,1%
1895	3.959.000	25,5%
1914	7.885.000	30,3%

A economia teve também um giro surpreendente baseando-se nas exportações de lã, produtos derivados da exploração da pecuária, como peles, sebo e carne salgada e na produção e exportação de cereais, como o milho e o trigo. Além disso, deve-se lembrar que o processo de modernização, que incluía a incorporação das inovações tecnológicas, como telégrafo e as estradas de ferro, foi caracterizado pelas inversões de capital estrangeiro, sobretudo britânico, gerando a dependência da Argentina com relação aos centros que dominavam o mercado internacional e mantendo a economia nacional baseada no modelo primário-exportador.

As medidas educacionais também estiveram no centro das preocupações dessa geração e o debate fundamental girou em torno da oposição entre católicos, que afirmavam a necessidade da manutenção do ensino religioso, e positivistas, que defendiam a tutela da educação pelo Estado. Os membros da Geração de 1880, que defendiam o predomínio das idéias laicas e que instituíram nessa década o registro e o matrimônio civil, conseguiram também atribuir oficialmente ao Estado o papel tutelar sobre as questões educacionais.

Um marco referencial para a questão educacional nessa década foi a realização do Primeiro Congresso Pedagógico Argentino e Sul-Americano, realizado em Buenos Aires, entre abril e maio de 1882, para regulamentar a educação. Do Congresso Pedagógico, como era chamado, resultou a Lei 1.420 ou Lei de Educação Comum, sancionada em 1884, com vistas a homogeneizar a educação nacional. A Lei regulamentava o ensino primário das escolas públicas, particulares e lares de crianças, decidia pela obrigatoriedade do ensino para crianças até os quatorze anos e decretava, para as escolas oficiais,

a gratuidade em todos os níveis. Além dessas disposições, prescrevia ainda a obrigatoriedade, aos professores estrangeiros, da validação do diploma e a realização de exames no idioma nacional.⁵⁹ No ensino primário, um currículo mínimo contemplava, entre outras disciplinas, Geografia Particular da República, Noções de Geografia Universal, História Particular da República e Noções de História Geral. A indicação e escolha do material didático a ser adotado nas escolas ficava a cargo do Conselho Nacional de Educação, ligado ao Ministério de Justiça e Instrução Pública, e os livros didáticos adotados deveriam ser selecionados por concursos realizados a cada três anos. Estipulando que o ensino devia ter caráter laico, excluía do programa curricular o ensino religioso. No artigo 8º da Lei encontra-se assinalada a única exceção concedida ao ensino religioso:

*La enseñanza religiosa sólo podrá ser dada en las escuelas públicas por ministros autorizados dos diferentes cultos a los niños de su respectiva comunidad, y antes o después de las horas de clase.*⁶⁰

A exclusão do ensino religioso inaugurava uma disputa entre setores laicos e católicos, na qual pode-se dizer que os primeiros foram preponderantes. Durante o Congresso Pedagógico essa disputa se deu em meio a acirradas polêmicas travadas entre intelectuais de ambas as posições. Sarmiento, que defendia a postura laica, mesmo sem participar das deliberações do Congresso, exerceu aí importante influência. Publicou, nessa época, um artigo intitulado “Las escuelas no son Iglesias”, no qual defendia que as escolas públicas não podiam ser católicas porque as rendas eram públicas.⁶¹ Por sua vez, o defensor do catolicismo, José Manuel Estrada, afirmava que o Estado não tinha o direito de exercer a autoridade paternal da Igreja, alegando que, sendo a educação financiada pelos impostos pagos pela população, o Estado estava obrigando os cristãos a pagarem por algo em que não acreditavam e que ainda consideravam “daninho”. Considerava que tanto a liberdade como a gratuidade eram falsidades do Estado e não passavam do plano nominativo. Criticando o predomínio das idéias positivistas, Estrada afirmava que a sociedade de seu tempo, influenciada pelo “ceticismo racionalista”, se encontrava “doente”, por

se posicionar com neutralidade em relação à religião.⁶² Em razão de sua defesa estrita ao catolicismo, Estrada foi afastado de suas atividades educacionais após a sanção da Lei 1.420, passando com isso a criticar mais acirradamente a posição dos positivistas. Outros intelectuais católicos que atuavam ao lado de Estrada eram Pedro Goyena, Emilio Lamarca e Miguel Navarro Viola.

Deve-se lembrar que esse debate entre Estado e Igreja não foi uma exclusividade da Argentina, estando presente em outros países da América Latina, em que tradicionalmente a Igreja Católica administrou a educação durante todo o período colonial. Em geral, o predomínio da Igreja tendeu a diminuir com os processos de independência política em que as elites liberais foram impondo uma noção de Estado laico, limitando cada vez mais a atuação dos católicos. Mesmo assim, esse processo não pode ser avaliado de maneira rígida, pois há que se considerar as diferenças resultantes das peculiaridades na formação intelectual, social e política de cada realidade nacional. Maria Ligia Prado, em seu estudo comparativo sobre Universidades, Estado e Igreja no Chile, México e Brasil, mostra como diferentes países, apropriando-se de uma matriz de pensamento comum, como o positivismo, acabaram muitas vezes por gerar resultados aparentemente incongruentes com as premissas originais, entendendo que essa questão só pode ser esclarecida tomando por base uma análise que cruze as “idéias e os conflitos sociopolíticos”.⁶³

Na Argentina, o Estado, composto por uma forte aliança entre liberais e positivistas, foi, ao nosso ver, bastante intolerante com relação às tentativas dos católicos de continuarem intervindo sobre as questões educacionais. Oficialmente, a História Sagrada foi ensinada nos Colégios Nacionais até 1874⁶⁴ e a partir de 1884, como foi mencionado, com a Lei de Educação Comum, a laicidade do ensino foi imposta em todos os níveis nas instituições públicas, particulares e associativas.⁶⁵

O predomínio das idéias positivistas, ainda que manifestando uma forte resistência ao ensino religioso, não implicou, entretanto, a instituição de um currículo pautado preferencialmente nas Ciências Exatas, sobretudo no ensino secundário, que tinha um caráter preparatório para a universidade e, ao mesmo tempo, formador da

juventude para a participação na vida pública. A não-restrição a uma visão exclusivamente utilitária da educação, isto é, de um ensino que preparasse os alunos unicamente para a formação de uma mão-de-obra com domínio dos conhecimentos técnicos, garantiu um espaço para o ensino da História Nacional, mesmo nas últimas décadas do século XIX, quando as idéias positivistas encontravam maior expressão entre a intelectualidade.

Neste sentido, Juan Carlos Tedesco aponta que, mesmo a partir da década de 1880, quando passaram a existir algumas propostas de intelectuais de formação positivista no sentido de reformar o ensino com vistas a formar uma mão-de-obra produtiva que fomentasse o processo de modernização pelo qual o país passava no momento, nenhum desses projetos chegou a se tornar hegemônico na época.⁶⁶ Esse autor explica a debilidade da perspectiva que defendia o ensino utilitário, afirmando que na Argentina, estando os interesses econômicos pautados pelo desenvolvimento agrário e não pelo industrial, não se impunha como necessidade a formação de uma mão-de-obra especializada, como ocorrera na Europa e Estados Unidos, onde “la modificación de carácter de la enseñanza fue una exigencia impuesta por las necesidades de los nuevos grupos sociales y económicos surgidos a partir de la Revolución Industrial”.⁶⁷ Segundo o autor, essa foi uma das razões pela qual se manteve na Argentina “las notas más características de la enseñanza tradicional: enciclopedismo con predominio de las materias humanísticas.”⁶⁸ Não estando, portanto, a educação necessariamente voltada para o fomento da modernização e do progresso econômico, sua função teria sido fundamentalmente política.⁶⁹

Além desses aspectos, devemos levar em consideração o imbricamento das questões políticas e sociais, presentes no momento de consolidação do Estado nacional. Duas questões primordiais devem ser consideradas para se compreender a ênfase no ensino da História Nacional: particularmente no nível secundário, a disciplina tinha a função de formar e preparar os futuros dirigentes da nação; por outro lado, a imigração, vista como um fator de ameaça à nacionalidade, também foi outro aspecto que impulsionou o ensino da História Argentina, com vistas à criação de uma consciência nacional.

Quanto à primeira questão, deve-se alertar para o fato de que o nível de ensino secundário era concebido como meio para os jovens

ingressarem no ensino superior. Também evidencia-se uma visão que caracterizava o ensino secundário como formador de uma elite política, capacitando jovens para dirigir futuramente os rumos da nação.

Essa concepção está de acordo com uma visão ilustrada e elitista da educação que predominava entre os intelectuais liberais do século XIX, para os quais somente era permitido a uma pequena parcela da população aceder a um nível de maior aprofundamento no campo intelectual e político. Como afirma Emílio Corbière,

*la idea de la clase dirigente, desde el periodo de la llamada Organización Nacional y ratificado por el roquismo, fue insertar a la masa global de la población a un mínimo de enseñanza básica que garantizara su homogeneidad cultural en tanto una élite accedía a las expresiones más elaboradas y al dominio de los instrumentos que permitían cierto nivel de creación.*⁷⁰

De acordo com essa visão corrente no período, a elite teria a missão de dirigir e, ao mesmo tempo, irradiar os conhecimentos para o resto da sociedade. Bartolomeu Mitre, responsável por ter dado início ao ensino secundário oficial, fundando os primeiros Colégios Nacionais na Argentina, expressa essa visão, ressaltando o caráter de formação de uma elite pensante e dirigente:

Por eso al lado de las escuelas primarias tenemos los Colegios Nacionales, que dan la educación secundaria, que habilitan al hombre para la vida social, desarrollando en más alta escala sus facultades, elevando así el nivel intelectual, de modo que el saber condensado en determinado número de individuos, abre en la masa de la ignorancia, difundida en ella una luz más viva y sostenga con armas mejor templadas las posiciones desde la cual se gobierna a los pueblos (...) Si dada nuestra desproporción alarmante entre el saber y la ignorancia, no echásemos anualmente a la circulación en cada provincia una cantidad de hombres completamente educados para la vida pública, el nivel intelectual descendería rápidamente, y no tendríamos ciudadanos aptos a gobernar, legislar, juzgar, ni

*enseñar, y hasta la aspiración hacia lo mejor se perdería, porque desaparecerían de las cabezas de las columnas populares esos directores inteligentes, que con mayor caudal de las luces las guían en su camino y procuran mejorar su suerte, animados por la pasión consciente del bien.*⁷¹

Logo após a fundação do Colégio Nacional de Buenos Aires foi designada por Mitre uma comissão encarregada de elaborar um projeto geral de instrução pública. Essa comissão foi liderada pelo francês Amadeo Jacques, figura importante para esses primeiros anos de formação do sistema educacional na Argentina. Jacques morreu no ano de 1865, tendo entretanto deixado escrita sua Memória Parcial, que foi entregue à Comissão responsável pelo plano.⁷²

Esse plano dividia o ensino secundário em graus e estabelecia a duração de seis anos para se completar o curso de nível secundário. Englobava a área de Letras e Humanidades, onde se ensinava Castelhana, Literatura Preceptiva, História da Literatura, Latim, Francês, Inglês e Alemão; das Ciências Morais, onde se ministravam as disciplinas de Filosofia, História e Geografia e, finalmente, a de Ciências Exatas, com aulas de Matemática, Física, Química e Cosmografia.⁷³

Na concepção de Amadeo Jacques, o ensino secundário tinha um caráter preparatório para o ensino superior, com uma abordagem pedagógica que não privilegiava a especialização, mas sim, uma educação de cunho abrangente, como expressava em seu Relatório Parcial apresentado à comissão encarregada de elaboração do plano pedagógico de 1865:

No formará hombres especiales, pero sí hombres listos y aptos para todo, que sepan a los dieciocho años de edad elegir con conocimiento de causa la carrera a la cual se sientan más inclinados y que cualquiera sea la vía en que los empujen las circunstancias los lleve su vocación, se portarán en ella como hombres capaces y distinguidos. Ayudará, en una palabra, a aquella juventud que la patria le confía como su porvenir y su esperanza todo el campo de la actividad humana, se lanzará a su arbitrio en las diferentes direcciones que se abrirán ante ella en todos sentidos, y en las que cada

*uno irá a labrar su surco, sin quedar extraño al trabajo común, al cual deben subalternarse con inteligencia los esfuerzos individuales.*⁷⁴

Para Jacques, a especialização do saber levava àquilo que “na indústria é a divisão do trabalho”.⁷⁵ Daí o autor deixar bem claro que não era para a formação técnica que se formava o estudante de segundo grau. Era, antes, para a carreira universitária que esse estudante seria preparado. Afirmava ser inadmissível que um advogado não conhecesse os quatro pontos cardeais, ou que um engenheiro não dominasse a ortografia. Tratava-se, portanto, de garantir dentro do nível secundário um conhecimento enciclopédico, isto é, não voltado para o ensino técnico-profissionalizante com objetivo de preparar uma mão-de-obra especializada no cumprimento de funções e cargos que servissem meramente às atividades produtivas.

As *Memórias* de Amadeo Jacques mereceram a consideração de Ricardo Rojas, que mesmo sendo um crítico da perspectiva enciclopédica, as elogiava por terem resguardado um espaço privilegiado ao ensino da História Nacional:

*La trascendencia de las ideas de Jacques consistió en que ellas dieron a la historia el lugar preeminente que le correspondía en los programas secundarios. Tal vez pecó más bien por exceso de enciclopedismo; pues vió las civilizaciones como la había hecho para un colegio europeo. Pero erigida en cátedra a parte, más la otra que daba al castellano, la geografía y la instrucción cívica, realizábamos con ello un gran paso...*⁷⁶

A educação com base em disciplinas da área das Ciências Humanas, atrelada à concepção das finalidades políticas do ensino secundário, tinha como objetivo contribuir para a formação de uma elite “apta” para governar e para resguardar a ordem social que garantiria a essa elite uma posição estável dentro do poder. A educação para a vida pública, isto é, este preparo da juventude para a entrada na vida política era também apontado por um educador de

Santiago del Estero, em um artigo publicado no *Monitor de la Educación Común*, órgão oficial do Ministério da Justiça e Instrução Pública. Nesse artigo o educador enfatiza o papel das disciplinas que possibilitariam o despertar do sentimento nacional, afirmando que “los bachirelles deben salir de los colegios nacionales dominando completamente este ramo con las íntimas y necesarias relaciones con la geografía, el idioma y la literatura nacional”. Para ele, ainda, o ensino da História Nacional deveria cumprir um papel

*no sólo como elemento ilustrativo sino, lo que es más aún, como medio o recurso de propaganda y de estímulo a fin de formar una juventud animosa por la patria, nutrida con las sabias y aleccionadoras experiencias del pasado, precursora brillante de los hombres públicos del porvenir, de los mandatarios de mañana.*⁷⁷

O ensino secundário e também o superior na Argentina eram destinados à formação das elites dirigentes, sendo voltados para uma educação humanista. O nível primário e o ensino técnico, ao contrário, parecem ter sido concebidos para abarcar uma outra parcela da população, que não a elite. Ricardo Rojas, em 1909, mostrou a diferença afirmando que:

*El joven que pasa de la escuela primaria a nuestras escuelas comerciales, industriales o agrícolas, los hacen entre los 10 y 14 años, la misma edad en que sus compañeros, o interrumpen los estudios, o pasan al Colegio Nacional con ánimo de seguir una carrera universitaria. Estes últimos completarán en tales institutos su educación cívica y humanista. Los otros van a ser obreros de los talleres o los campos. Pero el alumno de la escuela industrial, o comercial, o agrícola, podrá llegar a propietario de solares urbanos, de empresas pingües, de chacras rurales... A ese futuro miembro de la burguesía o de la plutocracia, habrá que darle el conocimiento exacto de la economía del país, y formarle una sólida conciencia cívica y nacional.*⁷⁸

O autor mostra como se encontrava estratificada a sociedade argentina, indicando que o sistema educacional desempenhado pelo Estado acompanhava o problema das divisões socioeconômicas da população, ao mesmo tempo que buscava interferir nas condutas sociais e políticas. A uma ampla maioria da população, desprovida de recursos materiais, bastava o ensino primário. Para uma pequena camada da população, que continuava os estudos secundários e daí ingressava nas universidades, já se encontrava assegurada a educação cívica e humanista. Finalmente, para uma classe média que ia para o ensino técnico, era fundamental promover a consciência cívica pelo ensino da História Nacional.

Em geral, os quadros políticos na América Latina, sobretudo no final do século XIX, eram compostos por uma elite intelectualizada que adquiria o título de bacharel, formando-se nas principais universidades desses países. Na Argentina, ao que tudo indica, o processo não foi diferente, mas é notável, neste sentido, a importância do ensino secundário ao lado do superior. Para se ter uma idéia deste caráter político dos níveis mais avançados do ensino, vejamos a defesa que Lucio Vicente López faz do ensino superior em discurso proferido aos formandos do Curso de Direito da Universidade de Buenos Aires, em 1890:

*...la pedagogía-seria, esa pseudociencia bien intencionada pero pedante, nos ofrece la salvación con la panacea de la educación primaria. No seré yo, ciertamente, quien niegue la santa y benéfica misión del maestro; pero educar al pueblo es una cosa y formar clases intelectuales y dirigentes es otra.*⁷⁹

Não só o ensino superior funcionou como formador das elites políticas, mas também o ensino secundário foi muito expressivo nesse sentido, o que levou um escritor nacionalista a afirmar, em tom de crítica, que na Argentina “muchas veces los hombres de gobierno no salieron de las universidades; la enseñanza secundaria los preparó”.⁸⁰

No século XIX, a tarefa da escrita, bem como do ensino da História Nacional, ligava-se aos interesses dos setores dominantes de traçar a “genealogia da nação”.⁸¹ Ensino de História, construção da idéia de nação e elite intelectual aproximada dos mecanismos de poder

são, portanto, indissociáveis no final do século XIX, em várias realidades latino-americanas.

Assim, no Brasil, a introdução do ensino da História no nível secundário deu-se durante o Império, no Colégio Pedro II, e cumpria o propósito humanista do idealizador do programa para esse Colégio, que associava “este saber à construção da nacionalidade”.⁸² Desta maneira, segundo Circe Bittencourt, “o ensino das ‘humanidades’ inseria-se na formação dos futuros dirigentes da nação brasileira”.⁸³ No Brasil, entretanto, este caráter da educação das elites não implicou necessariamente a exclusão do predomínio da Igreja Católica, fosse no período do Império ou durante a República.⁸⁴

Na Venezuela, como outro exemplo, a implementação do ensino de História se verificou de forma sistemática a partir da última década do século XIX, quando por dois decretos do governo federal, lançados em 1893, a disciplina foi introduzida nas escolas elementares e nas federais.⁸⁵ Entretanto, nesse país, ao lado do nacionalismo, o ensino de História Pátria pautou-se pelo tradicionalismo religioso, resguardando os manuais didáticos as características dos catecismos utilizados para ensino da História Sagrada, mantendo assim um vínculo com uma tradição advinda do período colonial.⁸⁶

No México, o processo foi mais parecido com o da Argentina, visto que ao lado do estabelecimento de disciplinas que visavam despertar nos alunos uma “consciência cívica”, o Estado buscou combater o predomínio do ensino religioso:

*(...) los liberales... consideraron que era necesario cambiar las conciencias de los ciudadanos del futuro para vencer a los conservadores y a la Iglesia. Para ello hicieron uso de la escuela y las leyes de 1867 y 1869 reorganizaron la educación y su contenido. La enseñanza religiosa se toleró sólo fuera de las aulas y se introdujo la de la historia y geografía del país. En la enseñanza media se sustituyeron las verdades religiosas que habían fundamentado la educación por “un fondo común” de verdades positivas adaptadas a las circunstancias mexicanas y que servirían para uniformar la conducta de los futuros dirigentes del país.*⁸⁷

Na Argentina, a ênfase no ensino da História Nacional, como já foi apontado, se deu em virtude da preocupação com a formação de uma classe política culta, conhecedora da história do país e capaz de exercer liderança diante dos problemas da nação.

Um outro aspecto veio se agregar à defesa que faziam as elites liberais da necessidade de se manter e ampliar o ensino da História Nacional nos planos curriculares. Trata-se da questão da imigração que, desde a década de 1880 começou a ser encarada como possível elemento de “desagregação da nacionalidade”. Em 1890, discursando para os formandos da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, Lucio Vicente Lopez assinalava a necessidade de fortalecer a cultura nacional para que esta fizesse frente ao impacto imigratório:

*... nosotros los contemporáneos, vemos la ola invasora que nos anuncia la inundación por todas partes. Esos grupos de hombres, mujeres y niños, que pululan en las riberas de nuestras ciudades, llevando todavía sus trajes nacionales, hablando mil dialectos y ninguna lengua, vástagos de germanos y de italianos, de galos y de godos, inmensa polenta humana, constituirán sin duda las familias patricias del porvenir; pero si sus hijos se han de educar y desarrollarse en medio ambiente de mediocridad que comenzamos a respirar... no podemos esperar, señores, sino días opacos...*⁸⁸

Na virada do século XIX para o XX, em razão do surgimento na Argentina dos movimentos anarquistas e socialistas e com a realização das primeiras greves de trabalhadores a partir de 1895, as elites começaram a temer a desordem social. A preocupação em forjar a consciência nacional se ampliava na medida em que as elites associavam os imigrantes aos movimentos sociais desencadeados no final do século XIX.

Através da propagação do ensino da História Nacional, da Instrução Cívica e do Idioma Nacional se buscava, portanto, “argentinizar” o imigrante europeu, isto é, integrá-lo à nacionalidade argentina.

Esse fator moveu membros da elite ligada à área educacional a

defenderem o ensino da História Nacional, pois se entendia que por esse caminho podia-se impor uma resistência ao “cosmopolitismo” reinante. Até entre os defensores de um programa utilitário com ênfase nas Ciências Exatas, o ensino da História Nacional se colocava como um fator de primeira ordem. Assim, o educador Victor Mercante, que se formou no clima positivista da Escola Normal de Paraná,⁸⁹ pregava a necessidade da formação técnico-científica, mas ao mesmo tempo considerava que o ensino utilitário não era suficiente para remediar o “cosmopolitismo” na Argentina, no final do século XIX e início do século XX. Para a nacionalização dos imigrantes era necessário voltar as atenções para a História Pátria, capaz de recuperar “as tradições perdidas”:

*Los programas deben ser científicos, no literario-clásicos. No necesitamos formar hábiles retóricos ni insignes repetidores, sino físicos, químicos, naturalistas, industriales. Pero esto no basta: nuestra república, esencialmente cosmopolita, compuesta de elementos heterogéneos, necesita constituir su unidad, formar un espíritu nacional característico. Para lograrlo, la escuela debe despertar en el niño amor por todo lo nativo, formar generaciones penetradas de lo que es la patria que les servió de cuna, de lo que contiene y encierra.*⁹⁰

Durante as décadas de 1880 e 1890, o ensino da História Nacional já era concebido como meio para assimilar os imigrantes e promover a consciência nacional, processo que acabou por se intensificar na primeira década do século XX.

Assim, na década de 1880, durante a primeira presidência de Roca (1880-86), o temor quanto à presença dos imigrantes e a preocupação com a necessidade de se promover o sentimento nacional por meio da educação e do ensino da História Argentina já estavam colocados. Demonstrativo dessa preocupação foi o fato de Víctor M. Molina, à época Inspetor-Geral de Escolas, ter solicitado ao Ministro da Instrução Pública a introdução da História Pátria nos cursos normais, preparatórios de professores para o ensino primário. Desta maneira, escrevia para Eduardo Wilde, Ministro da Justiça e Instrução

Pública, nos seguintes termos:

*...todos los miembros de la Comisión se pronunciaron unánimes por la inclusión de la historia patria en el plan de maestros primarios. Es evidente la conveniencia de que la enseñanza revista carácter nacional; nuestro país posee ya dentro de sí un gran número de extranjeros que tratan de perpetuar sus tradiciones y hasta su credo político entre sus hijos, con peligro para nuestras instituciones y para el elemento nativo que perdería poco a poco su espíritu de nacionalidad y viviría en un medio cosmopolita, olvidando lo que corresponde a su suelo y a su agrupación política. La nación tiene el derecho y el deber de conservarse por el amor de sus hijos y de preservar sus instituciones de las degeneraciones que las corrientes inmigratorias podrían imponerle. Es en nombre de ese derecho y de ese deber que la comisión ha creído indispensable introducir la historia y la geografía argentinas y la instrucción cívica, porque la escuela es la refundición pacífica de las diversas creencias y tradiciones políticas en un sólo crisol.*⁹¹

Na administração seguinte, durante a Presidência de Juárez Celmán (1886-1890), que tinha como Ministro da Instrução Pública, Filemon Posse, foi determinada, em 1888, a inclusão nas escolas normais do país das disciplinas Introdução à História Argentina, nos dois primeiros anos de estudo, e Noções de História Geral, no terceiro ano, como reivindicava Victor M. Molina.⁹² Clemente Fregeiro, então professor do Colégio Nacional de Buenos Aires, comentando a administração de Filemon Posse perante o Ministério da Instrução Pública, afirmou que:

En cuánto al éxito, creo hasta ahora que fue completo, y que cabe al doctor Alcorta [rector del Colegio] la gloria de haber iniciado el movimiento en pró de la enseñanza de la historia patria, que hoy, bajo la administración del doctor Juárez Celman y en el ministerio el doctor Posse, se ha generalizado y sistemado en todos los grados de la educación

*común, secundaria y normal.*⁹³

Fregeiro referia-se à influência de Amancio Alcorta, Reitor do Colégio Nacional, sobre a decisão, alguns anos antes (1884), de se instituir o ensino da História Nacional nos dois primeiros anos de estudos do secundário, fato que, segundo o autor, ajudou a satisfazer “los anhelos del patriotismo y los principios fundamentales de la pedagogía moderna”.⁹⁴ Assim, o ensino da História Nacional nos Colégios Nacionais passava a ser ministrado nos dois primeiros anos de estudos, além de ser também incluído no quinto e sexto anos, ao lado de História da América e Contemporânea, como se observa no quadro a seguir.⁹⁵

1º ano	História Argentina, desde o descobrimento até as Invasões Inglesas
2º ano	Desde as Invasões até o presente
3º ano	Antiga, Medieval e Moderna
4º ano	Antiga, Medieval e Moderna
5º ano	Americana e especialmente Argentina até a Revolução
6º ano	Contemporânea e especialmente Argentina

Em 1890, período em que circularam projetos que buscavam difundir a instrução utilitária, foi organizada uma comissão encarregada de redigir um plano curricular para o ensino secundário. Esta Comissão, imbuída de uma visão utilitária, defendia, além da supressão do latim, a exclusão de um ano do curso de História Argentina, afirmando que este déficit poderia ser suprido introduzindo-se referências à História Argentina nas aulas de História Geral. No entanto, por deliberação do Ministro da Instrução Pública da presidência de Carlos Pellegrini (1890-92), as propostas foram vetadas, pois o Ministro defendia que era necessário “combater o cosmopolitismo” e “valorizar as tradições argentinas”. Esse argumento foi apresentado por escrito por meio de uma nota que foi anexada ao Plano de Reformas de 1891.⁹⁶ Trata-se de uma crítica ao fomento da imigração em massa para o país e um alerta quanto aos

resultados “negativos” que essa política poderia trazer para a questão da nacionalidade:

*Tan evidente ha sido la avenida inmigratoria que podría llegar a absorber nuestros elementos étnicos. Están sufriendo una alteración profunda todos los elementos nacionales; lenguas, instituciones prácticas, gustos e ideas tradicionales. A impulsos de ese progreso spenceriano que es realmente el triunfo de la heterogeneidad, debemos temer que las preocupaciones materiales desalojen gradualmente del alma argentina, las puras aspiraciones sin cuyo imperio toda prosperidad nacional se edifica sobre la arena. Ante el eclipse de todo ideal, sería para alarmarnos por el olvido de nuestras tradiciones: correría peligro la misma nacionalidad. Es tiempo de reaccionar contra esa tendencia funesta, y si esta no fuera esta hora, sería porque habría pasado ya. Y es sin embargo esta hora suprema la que algunos eligen para ensalzar la educación utilitaria que nos ha traído donde estamos, y atacar la cultura clásica, que por sí sola constituye una escuela de patriotismo y nobleza moral.*⁹⁷

A preocupação com a imigração ligada à “questão social” se generalizou a partir do início do século XX, culminando até em medidas de controle e repressão política e social tomadas pelo Estado, como as Leis de Residência (1902) e de Defesa Nacional (1910), que permitiam aos policiais prender e banir do país os acusados de subversão política.⁹⁸ Por outro lado, a proximidade da data comemorativa do Centenário da Revolução de Maio assinalava uma política de exaltação à pátria promovida pelo Estado, envolvendo o ensino da História Nacional e o estímulo às liturgias patrióticas.⁹⁹ Nesse momento, a questão em torno da imigração encontrava-se extremada. Tanto era assim que, em 1908, o escritor Ricardo Rojas foi comissionado para ir à Europa estudar como era ensinada a disciplina de História Nacional em países como França, Alemanha e Itália. Dessa pesquisa o autor publicou, em 1909, o livro intitulado *La Restauración Nacionalista*, que lhe fora encomendado por decreto presidencial.

Na mesma época, o então professor de História Nacional do Colégio Nacional de Buenos Aires, Ricardo Levene, também demonstrava preocupação com a questão da imigração. Em 1908, ao enviar uma carta ao Reitor do Colégio, apoiava a decisão de se ampliar ao máximo a atenção sobre ensino da História Pátria. Nesse informe, Levene afirma que:

*...frente a la nueva tendencia de dar carácter eminentemente patriótico a la enseñanza – reformas de grandes virtudes cuya urgencia se hace alarmante en las propias aulas de un cosmopolitismo complejo donde se observa la verdad hecha carne en tipos de ideales distintos o sin ideales – la enseñanza de Historia Argentina y Americana podrá desenvolverse en toda su intensidad...*¹⁰⁰

Desta maneira, à época do Centenário da Revolução de Maio, em 1910, o ensino da História Nacional tinha se transformado em um instrumento por meio do qual as elites intelectuais, sobretudo o setor ligado à educação, buscavam forjar uma consciência nacional, debelando as conseqüências da imigração e amenizando as tensões sociais. Assim, o pedagogo Carlos Octávio Bunge defendia, em 1910, que o papel da educação era reintroduzir no país, a qualquer custo, uma ordem disciplinar, estabelecendo um ensino com caráter eminentemente nacional e para todos os níveis de ensino, fosse ele veiculado de maneira teórica (“el la enseñanza del idioma nacional, de la historia, de la geografía, en fin, de todas las disciplinas que, directa o indirectamente, al conocimiento de la patria se refieren”) ou prática (“proponiendo siempre a la aplicación nacional de los estudios científicos y técnicos”). Afirmava ainda, ao lado desses objetivos, o valor indispensável da Educação Moral e da Instrução Cívica.¹⁰¹

No mesmo caminho, o educador de Santiago del Estero, Baltasar de Oleachea y Alcorta, defendia a “mayor intensificación del estudio de los ramos nacionales, dándoles por ello a estos preferencias en la distribución de los horarios de las clases”.¹⁰² Sustentava que o ensino da História Nacional no nível secundário demandava muitas horas de estudo, pois devia também ter um lado

de prácticas de composición; en descripciones, retratos, paralelos de sucesos y de los hombres, lo mismo que con los trabajos cartográficos relacionando batallas y caminos seguidos por las expediciones libertadoras, etc., todo lo cual exige, como se comprende fácilmente, un aumento prudencial del horario.

Argumentava, assim, que o número de aulas de História Argentina deveria igualar-se ao número de horas de aulas de Aritmética (quatro contra cinco horas semanais).¹⁰³

A valorização do ensino da História Nacional era um fator que tinha implicações políticas e esta valorização existia enquanto uma prerrogativa dos liberais que dominaram o poder político entre a década de 1860 e 1916 e que contribuíram na tarefa de constituição do Estado nacional. A idéia de que o ensino secundário devia formar as elites dirigentes e a temática da imigração foram questões que influenciaram nas políticas educacionais, fazendo com que os programas curriculares não chegassem a ter um caráter eminentemente técnico-científico, enfatizando-se, ao contrário, a necessidade da ampliação e reforço das disciplinas que pudessem despertar o “sentimento de amor à pátria”.

Os manuais de História Nacional destinados ao ensino da disciplina nos Colégios Nacionais, onde se realizava a educação secundária, cumpriram um papel de contribuir para a consolidação do Estado nacional, uma vez que faziam parte do projeto de fomento à educação pública que visava homogeneizar o ensino, forjar uma identidade nacional e especificamente, no caso do ensino secundário, formar os grupos dirigentes da nação.

CAPÍTULO 2

LIÇÕES DE HISTÓRIA NACIONAL: OS QUATRO MANUAIS ESCOLHIDOS

Neste capítulo apresentaremos os manuais de História Argentina escolhidos como fontes primordiais de nossa pesquisa e que foram escritos entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. São eles: *Lecciones de Historia de la República Argentina*, de José Manuel Estrada (1868); *Lecciones de Historia Argentina*, de Clemente Fregeiro (1886); *Manual de Historia Argentina*, de Vicente Fidel López (1898) e *Lecciones de Historia Argentina*, de Ricardo Levene (1912).¹⁰⁴ Esses manuais foram elaborados por autores que não foram unicamente escritores de obras didáticas, mas que tiveram uma ampla participação na vida intelectual e política do país, contribuindo na construção da idéia de nação argentina.¹⁰⁵ Por essa razão, neste capítulo mostraremos quem foram esses autores, mas temos também como objetivo principal mostrar como eram estruturados, compostos, divididos e articulados esses manuais. Procuramos contextualizar o surgimento de cada manual e pretendemos ainda apresentar em linhas gerais as perspectivas historiográficas de cada um dos autores.

Em 1865, José Manuel Estrada, um jovem católico de 23 anos, advogado formado pela Faculdade de Direito de Buenos Aires, escrevia ao Diretor-Geral de Escolas da província e cidade de Buenos Aires, Luis J. de la Peña, informando-lhe sobre a elaboração de um plano de redação de um manual de História Argentina que “pondrá en nuestras manos la llave de la enseñanza para el futuro”.¹⁰⁶ Aprovada a proposta, o Diretor-respondia a Estrada dizendo que aquele plano “sucesivamente podrá ser extendido al de toda la América y aún a la historia general”.¹⁰⁷

Foram esses os primeiros passos que deram origem ao manual de José Manuel Estrada, intitulado *Lecciones sobre la Historia de la República Argentina*. Com base no plano, Estrada elaborou uma série de conferências que foram escritas e lidas pelo autor em aulas de História Argentina, ministradas entre 1866 e 1868. Entre 1868 e 1869 essas lições de José Manuel Estrada foram publicadas na *Revista*

Argentina, um periódico fundado e dirigido por ele. Em 1899, cinco anos após sua morte, elas foram incluídas em suas *Obras Completas* e, em 1925, foi lançada sua terceira edição. Nesta última edição foi mantido o formato de “conferências” das lições. Trata-se de uma edição em dois tomos, tal como a maioria dos manuais de História Argentina voltados para o ensino da disciplina em nível secundário.

Esse manual abarca, no primeiro tomo, o período que se estende da Descoberta da América até o início das lutas pela emancipação nacional, em 1810, compondo um total de 11 lições distribuídas ao longo de 392 páginas. Na primeira lição do manual, intitulada “Condiciones políticas y fuerzas sociales de España hasta el siglo XV”, Estrada faz um apanhado da história espanhola desde a Idade Média até o século XV, mostrando sua “gradual decadência” e o ápice de sua “desmoralização” com a entrada do século XVI. O autor tem como objetivo, com essa lição, mostrar como o ambiente europeu se encontrava “degenerado” à época da conquista do território americano. A Espanha do século XVI era, portanto, para Estrada, uma Espanha decadente, fanática pela religião e corroída pela monarquia absoluta. A América, ao contrário, era o local da salvação e da possibilidade de alcance da liberdade.¹⁰⁸

No segundo tomo, o autor aborda cronologicamente o período que se estende de 1810 a 1852, concluindo o seu manual com o fim do governo de Juan Manuel de Rosas. Essa parte está dividida em nove lições e contém 459 páginas.

Tratando-se de uma compilação de conferências escritas para serem lidas em voz alta, Estrada construiu as lições usando uma linguagem próxima da oral. Muitas vezes escreveu de forma direta, expressando-se na primeira pessoa, como nos exemplos a seguir: “*He enumerado las tres clases en que la sociedad estaba dividida (...) Todas estas fuerzas, digo, tendían a desarrollarse.*”¹⁰⁹ Além disso, iniciava todas as lições dizendo: “Señores...”.

Essa forma de escrita relaciona-se ao exercício da oratória. Ao lado de historiador, advogado, professor e personagem envolvida com o universo de direção de escolas,¹¹⁰ Estrada costuma ser lembrado também como orador. Esse traço marcou a memória de seus alunos do Colégio Nacional de Buenos Aires, como demonstra o seguinte relato:

*Dos veces nos reunió en una de las salas más grandes del edificio [del Colegio Nacional de Buenos Aires] para hacernos escuchar su palabra de maestro y moralista. Fué una con motivo del aniversario de la Revolución Argentina, cuya síntesis histórica, carácter fundamental y tendencias vitales, nos expuso, en su estilo deslumbrador, con la magia de una oratoria cálida y sonora. La otra vez el tema de la conferencia fué la tiranía de Rosas... Jamás ha llegado José Manuel Estrada a un grado más alto de elocuencia arrebatadora que aquella noche inolvidable en que nos hizo temblar y vibrar como sacudidos por una corriente eléctrica, al contacto con su acento inspirado. Aquel discurso, que todos mis contemporáneos recuerdan seguramente con admiración, es una pieza retórica de primer orden.*¹¹¹

Sobre o mesmo aspecto comenta um outro autor:

*...lo que no olvidan quienes lo oyeron es su voz en el discurso o la lección, y la entonación con que leía, solemne sin vanidad, grave sin monotonía, profunda sin tristeza, armónica como un órgano en el templo, marcando al pasar las erres como en redoblantes de tambor, en la justa medida del acento; era la voz de la elocuencia meditada...*¹¹²

Também é comum encontrarmos nas lições de Estrada longas reflexões moralizantes, que o autor inseria no meio do texto como uma espécie de “parênteses”. Nessas passagens, com frequência Estrada emitia suas opiniões acerca de um determinado tema, colocando o historiador como “juiz” da história, além de exprimir também suas concepções políticas e filosóficas.

Outro aspecto evidente no texto de Estrada é a forte presença da moral católica. Este aspecto é decorrente de sua formação religiosa e de uma vivência fortemente ligada ao catolicismo. Estrada foi educado no Colégio Franciscano de Buenos Aires, onde estudou Religião, Filosofia e Humanidades sob a tutela do Padre Buenaventura Hidalgo. Em 1862, aos 20 anos de idade, lançou um livro intitulado *El catolicismo y la democracia*, no qual defendeu a idéia de que o

catolicismo não era incompatível com a República. Posicionando-se contra as reformas laicas, como a supressão do ensino religioso nas escolas oficiais e a instituição do casamento civil, implementadas durante o governo de Julio Argentino Roca (1880-1886), Estrada se indis pôs com as autoridades laicas do período, sendo por isso destituído de suas atividades docentes. Na década de 80, fundou e dirigiu um periódico chamado *La Unión*, veículo de expressão da corrente católica, que trazia como lema “Deus e a Pátria” e reunia intelectuais católicos como Miguel Navarro Viola e Pedro Goyena. Sobre a iniciativa dos católicos de moverem uma campanha mais militante contra as reformas laicas, Estrada afirmava que havia chegado “la hora de vender la túnica y comprar la espada”.¹¹³

Alguns poucos autores defendem a idéia de que José Manuel Estrada teria sido o fundador da historiografia argentina moderna, uma vez que sua obra se diferenciava dos trabalhos de seus predecessores, que ainda guardavam, nessa ótica, fortes características do relato e da crônica coloniais. Estrada teria, assim, sido o primeiro a sistematizar, de maneira organizada e refletida, os dados sobre a história argentina.¹¹⁴ Entretanto, em geral costuma-se apontar Bartolomeu Mitre e Vicente Fidel López como “pais” da historiografia argentina.¹¹⁵

Ainda que concebesse a idéia de progresso na História, e que a encarasse como uma ciência — traços bastante comuns na segunda metade do século XIX — Estrada divergia fundamentalmente das perspectivas baseadas nas idéias positivistas. Em sua análise da história, criticava severamente aqueles historiadores que se preocupavam de maneira exacerbada com os detalhes dos fatos históricos. Para Estrada, a preocupação com os pormenores dos acontecimentos podia levar o historiador a realizar um trabalho “estéril”, desfocando a atenção daquilo que seria mais importante na história, o conjunto de um determinado período, resumido na fórmula da ruína e decadência ou progresso e civilização de um povo. Estrada construía assim uma visão metafísica da história, incompatível com a concepção do positivismo historiográfico:

El detalle es materia dudosa en la historia. A su alrededor pululan las pasiones que obscurecen los hechos y la incapacidad de observación que los descuida. — Ahora bien,

*la historia es una ciencia, y naturalmente lo es por la porción de verdad que contiene y la doctrina aplicable que irradia. — Su materia legítima no es, por consiguiente, sino el conjunto, el fenómeno social, el producto visible y duradero de progreso o de civilización, el desfallecimiento, la decadencia, todo lo que caracterizando un período, se presenta al pensador de bulto y con evidencia.*¹¹⁶

Numa tendência oposta à de Estrada se encontra outro historiador, autor de um livro didático de História Nacional para o ensino secundário, Clemente Fregeiro, autor de *Lecciones de Historia Argentina profesadas en el Colegio de la Capital*, publicadas em 1886, quase 20 após as lições de Estrada. Diferindo do primeiro manual aqui analisado tanto nos aspectos formais quanto nos teóricos, este tinha, entretanto, a semelhança de ter sido o resultado de dois anos de um curso ministrado pelo autor. O surgimento deste manual remonta ao ano de 1884 quando, sob o governo do General Julio Argentino Roca, foi ditado o Plano Geral de Estudos Secundários, no qual o então reitor do Colégio Nacional de Buenos Aires, Amâncio Alcorta, teve ampla participação. Determinava-se, a partir desse plano, que o curso de História Nacional devia ser ministrado no primeiro e segundo anos de estudos do ensino secundário. Para participar da elaboração do programa curricular foram convidados os então professores de História do Colégio Nacional de Buenos Aires, Clemente Fregeiro e Eduardo L. Bidau.¹¹⁷

Além de dar aulas no Colégio e elaborar o programa curricular, Fregeiro redigiu também um manual. Na realidade, este segue exatamente todos os passos propostos no Programa, correspondendo os índices das partes I e II de seu manual aos programas de 1º e 2º anos de estudo. Os dois volumes do manual de Fregeiro foram publicados pela primeira vez, respectivamente, em fevereiro e setembro de 1886.¹¹⁸

O primeiro volume cobre o período que se estende da Descoberta da América, em 1492, até as Invasões Inglesas, em 1807, e encontra-se dividido em 23 lições, distribuídas em 218 páginas. O segundo volume abrange do período das Invasões Inglesas até a Presidência do General Roca, em 1880, e encontra-se dividido em 24

lições, escritas em 201 páginas.

Antes de entrar na Descoberta da América, no primeiro volume, o autor expõe suas concepções sobre o que é História. No segundo volume, encerra o livro com um balanço do estado atual do país, fazendo uma recapitulação rápida, desde 1810, e mostrando a “evolução” social, econômica e tecnológica iniciada com a Revolução e concluída com a etapa da “Organização Nacional”.

As notas de rodapé no texto de Fregeiro dirigem-se exclusivamente ao professor e contêm mensagens diversificadas, variando entre orientações no sentido de recapitular uma lição, utilizar um mapa como apoio, remeter a uma indicação bibliográfica,¹¹⁹ explicar o significado de uma palavra cujo uso já não era recorrente e, mais raramente, alertar o professor para manter a neutralidade em alguns temas políticos. Assim ocorre na lição número 12, sobre a Guerra Civil no Litoral Argentino, no contexto em que os federalistas haviam rechaçado a Constituição unitária de 1819 e em que os unitários advogavam pela opção monárquica. Diz o autor em nota de rodapé:

*El profesor debe tener constantemente presente, en esta lección, los principios y los hechos establecidos en las anteriores a fin de no incurrir en la vulgaridad de imputar crímenes donde no hubo sino patriotismo más o menos provisorio, más o menos acertadas vistas, en unos que en otros.*¹²⁰

Além das notas, Fregeiro acrescenta em seu manual questionários e textos complementares (“*Lecturas Históricas*”) ao final de algumas lições. Na lição número 2, sobre a Descoberta da América, propõe ainda um “Ejercicio en un Planisferio”. Os questionários são compostos com perguntas cujas respostas podem ser facilmente localizadas no texto, o que indica uma preocupação do autor com a memorização. Fregeiro, entretanto, afirma, na advertência de sua obra, que era necessário excluir “Los ejercicios automáticos de la recitación fiados exclusivamente a la memoria inerte”.¹²¹

Curiosamente, só existem questionários para as lições do volume 1 e as “*Lecturas Históricas*” foram inseridas apenas nas lições

2 e 3 desse mesmo volume, relativas, respectivamente, aos temas da Descoberta da América e do Rio da Prata.¹²²

Clemente Fregeiro, ao contrário de José Manuel Estrada, era adepto de uma perspectiva historiográfica positivista. Encarava a história como um processo evolutivo e concebia “la verdad en función del mayor número de hechos establecidos”.¹²³ Fregeiro expressa a sua aproximação ao positivismo ao afirmar que ensinava aos jovens somente a verdade positiva e que o historiador, em prol do “império da verdade”, teria como missão corrigir as versões deturpadas da história, prevenindo que as idéias e sentimentos dos jovens não fossem permeados de ficções e dos ecos de rivalidades do passado.¹²⁴ Para Fregeiro era necessário separar “lo que podemos ignorar, o conocer de manera elemental, y aquello que forzosamente debemos saber...”.¹²⁵

As *Lecciones...* de Clemente Fregeiro, segundo relata o próprio autor, foram adotadas nos Colégios Nacionais de toda a República “sin encontrar en parte alguna resistencia, y sin que el autor, ni nadie en su nombre, haya solicitado jamás protección, ni privada ni oficial”.¹²⁶ Fregeiro pedia aos professores, nas advertências de seu manual, que dessem suas opiniões a respeito do método por ele utilizado em sua obra:

*... ruego a mis colegas de los colegios nacionales de la República, se sirvan transmitirme su opinión respecto a los resultados que obtengan con el empleo del método que definiendo, si es que se dignan presentarle benévola acogida; o sobre las dificultades que pueda ofrecerles la práctica.*¹²⁷

Dessa maneira, Fregeiro se mostrava aberto às críticas para proceder a possíveis reformulações de sua obra. Entretanto, não aceitou sem resistências a iniciativa de um importante historiador argentino, Vicente Fidel López, que em 1889 publicou um texto cujo objetivo fundamental era “corrigir” alguns problemas das lições de Fregeiro. Esse texto era intitulado *Coordinación metódica y anotaciones al texto de Historia Argentina que sigue en los colegios nacionales, expuesta en el mismo orden de sus capítulos, para facilitar a los profesores las ampliaciones necesarias, y a los alumnos*

el estudio metódico y razonado de los sucesos por V. F. L. Essa iniciativa de Vicente Fidel López de sugerir uma complementaridade às *Lecciones...* de Fregeiro, bem como a resistência do autor em aceitá-las, gerou uma polêmica travada por meio de artigos escritos pelos dois autores e publicados nas páginas dos jornais *El Nacional* e *La Patria*.¹²⁸ Respondendo às invectivas de López, Fregeiro insinua que o autor preferiu agregar notas ao seu manual a produzir o seu próprio livro:

*...el doctor López se ha abstenido de proceder como lo habría hecho cualquier otro en su caso; agregando, por el contrario Coordinaciones y Notas a un texto ajeno, en vez de producir uno propio e independiente...*¹²⁹

Não sabemos se López chegou a ter conhecimento de tal insinuação; o fato é que alguns anos depois o autor veio a redigir sua própria obra didática, o *Manual de Historia Argentina*, publicado pela primeira vez em 1898.¹³⁰ Nessa época López já havia trilhado uma longa trajetória e produzido uma vasta obra.¹³¹

Como nos outros manuais apresentados, no de López há também uma divisão dos períodos em duas partes: Período Colonial e Período da Independência. Os marcos cronológicos também são parecidos, cobrindo o primeiro volume da Descoberta da América às Invasões Inglesas e o segundo das vésperas da Revolução de Maio até a década de 1880. O primeiro volume abre com uma lição sobre o “Comércio antes da descoberta do Novo Mundo”, que é a ligação que López faz entre a História Européia e a História Argentina. Antes de passar para o segundo volume, insere uma lição de recapitulação do período do Vice-Reinado, realizando um balanço sobre a educação, a política, a economia e a sociedade às vésperas da Revolução. Faz uma ligação da primeira com a segunda parte apresentando inicialmente uma lição intitulada “Evolución del Período Colonial”, passando em seguida para a situação política da Europa, antes da Revolução de Maio, e entrando, na terceira lição, nos acontecimentos de 1810.

As duas partes são divididas, respectivamente, em 44 lições e 190 páginas e em 70 lições e 353 páginas. Não contém ilustrações nem questionários, mas traz um grande número de notas de rodapés,

utilizando-as para diferentes objetivos, mas em menor medida para orientar o professor, como ocorria com o manual de Fregeiro. Na maioria das vezes as notas são usadas para indicar referências bibliográficas e até para refutar uma determinada posição historiográfica, como ocorre com frequência nas críticas a Adolfo Saldías que, segundo o autor, faz uma leitura favorável da ditadura de Rosas.¹³²

O manual é a síntese de uma extensa obra de Vicente Fidel López, *Historia de La República Argentina*, publicada em 10 volumes entre 1873 e 1883. Um dos pontos mais importantes dessa obra é a representação de Buenos Aires como símbolo da nação argentina e das províncias como responsáveis pela desagregação nacional.¹³³ Essa construção encontra-se também em seu manual, destinando uma parte considerável para realizar a crítica aos caudilhos das províncias, com destaque para José Gervasio Artigas, da Banda Oriental, e Juan Manuel de Rosas. Mas as críticas não se limitam às questões políticas. Para denegrir ainda mais os personagens, com frequência López faz um julgamento de suas qualidades morais, entrando até em passagens da vida pessoal dos personagens. Outro traço marcante do manual de López é sua agressividade na descrição das classes populares, que revela com nitidez o elitismo do autor, e uma valorização das classes “distintas e cultas”.

López é considerado, ao lado de Bartolomeu Mitre, como um dos “pais” da historiografia argentina, uma vez que escreveu as primeiras sínteses da História do país, partindo de pesquisas com documentos históricos. Esses historiadores dariam, assim, início a uma história acadêmica e científica. Há que se remarcar, entretanto, uma diferenciação básica estabelecida entre as perspectivas de Bartolomeu Mitre e de Vicente Fidel López, assinalando uma maior perspicácia com o trabalho documental por parte do primeiro autor e um menor rigor nesse sentido pelo segundo.¹³⁴ Acrescentaríamos a isso o fato de López ter tomado partido, explicitamente, da cidade de Buenos Aires nas análises sobre as disputas políticas entre a capital portenha e o restante do território.

Não foi a versão de López, mas sim a de Mitre, a escolhida para ser seguida por um historiador que desenvolveu suas atividades a partir do início do século XX, Ricardo Levene, autor, ele também, de um manual de História Argentina.

O manual de Levene, intitulado *Lecciones de Historia Argentina*, foi publicado pela primeira vez em 1912. Nessa época, esse autor, que posteriormente veio a ter uma importante trajetória como historiador e a exercer extrema influência nos meios acadêmicos, apenas iniciava sua carreira.¹³⁵ Seu manual, que chegou a atingir várias edições, manteve o mesmo padrão dos outros já apresentados, dividindo-se em dois tomos, sendo o primeiro voltado para o período colonial e o segundo para o período independente. O dedicado à Colônia, dividido em 27 lições distribuídas ao longo de 460 páginas, cobre da Descoberta da América à Revolução de Maio de 1810. Traz uma primeira lição dedicada à explicação sobre o conceito de História e fecha o volume com duas lições sobre o comércio colonial e a vida econômica na Colônia, respectivamente. O segundo tomo, que consta de 33 lições apresentadas em 613 páginas, cobre o período que se estende da Revolução de Maio de 1810 até a década de 1930.¹³⁶

Diferentemente dos outros manuais, o de Levene é o único que apresenta imagens, como mapas, bustos de personagens, medalhas comemorativas, escudos, cópias de documentos e ilustrações de passagens da história argentina. Além disso, apresenta também quadros sinópticos com o esquema de alguns capítulos, como os seguintes: “Causas de la Revolución de Mayo”; “Los Gobernadores de Buenos Aires en el Año 1820”; “Reformas Orgánicas del Gobierno de Martín Rodríguez” e “Reacciones contra Rosas”.¹³⁷

Assim como no manual de López, Levene incorporou longas e numerosas notas de rodapés, utilizadas para remeter o leitor à fonte documental ou à referência bibliográfica, tal como num trabalho acadêmico.

Deve-se ressaltar, aliás, que toda a trajetória profissional de Ricardo Levene foi marcada por suas atividades em instituições acadêmicas.¹³⁸ O autor é considerado como um dos fundadores da chamada Nova Escola Histórica, vertente historiográfica que reuniu, a partir das duas primeiras décadas do século XX, historiadores do Instituto de Investigações Históricas, sediado na Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires, e da Junta de História e Numismática Americana, fundada por Mitre no final do século XIX e transformada em Academia Nacional de História em 1938, quando sob presidência de Ricardo Levene.

Participaram da Nova Escola historiadores como Diego Molinari, Emílio Ravignani, Luís María Torres e Rómulo Carbia. A constituição desta vertente saída do seio das instituições mencionadas dava origem a um processo de profissionalização da História, no mesmo momento em que a “Historia era la convidada de honor en el proceso de argentinización.”¹³⁹

Novas preocupações com o fazer histórico iriam ser a marca da diferenciação dessa corrente historiográfica com relação ao trabalho desenvolvido desde a segunda metade do século XIX até então: a História Colonial começava a despertar interesse por parte desses historiadores; ao mesmo tempo, afirmavam a necessidade de se realizar o levantamento documental em acervos de toda a República e começavam a fazer, de maneira mais séria, um trabalho de crítica historiográfica, amenizando uma interpretação do passado nacional muito condicionada pelo posicionamento político dos autores do século XIX e pela preocupação em se legitimar o processo de consolidação do Estado nacional levado a cabo pelos liberais. Entretanto, a Nova Escola não chegava a representar uma real ruptura na linha instituída pelos historiadores liberais do século XIX, mantendo algumas das premissas básicas dessa interpretação, como, por exemplo, a visão da Revolução de Maio como um marco fundamental na história argentina por representar o “momento definitivo do nascimento da nação”.

Pode-se apontar que, dentro da própria Escola, existia um grupo mais tendente a um revisionismo e outro ao conservadorismo, como afirmam Nora Pagano e Miguel Angel Galante: “Resulta evidente que en tanto Mitre continuaba siendo el paradigma de los numismáticos, el Instituto ofrecía el espacio necesario para la revisión.”¹⁴⁰

Ricardo Levene, que durante muitos anos presidiu a Junta de História e Numismática, ocupava dentro da Nova Escola a posição dos mais conservadores. Demonstrações disso são também as freqüentes referências de Levene ao historiador do século XIX, indicando uma filiação e ao mesmo tempo uma continuidade da Nova Escola com relação à matriz mitriana. Na abertura de seu manual, no capítulo dedicado à explicação sobre o conceito de História, afirmava:

En la historia de la historiografía argentina, se pueden distinguir entre las escuelas básicas: 1ª Glosadores de los

cronistas jesuíticos, como el *deán Funes*; 2º *Historiadores con tendencia filosófica*, como *Estrada* y *Vicente Fidel López*; 3º *Los historiógrafos eruditos y críticos* como *Domínguez*, *Fregeiro*, *Mitre* y *Groussac*; 4º *La nueva escuela histórica*, que continúa la obra de la escuela erudita conforme a un plan orgánico.¹⁴¹

Em outra lição o autor complementava:

... *Mitre fué un precursor de la moderna técnica histórica que desecha por presuntuosa una falsa filosofía de la historia empeñada en dar con el hallazgo de leyes sin el conocimiento de los hechos, y se dedica a reconstruir la integridad del pasado por la compulsa de las fuentes y la aplicación de la crítica. Aparte esta calidade intrínseca de la obra histórica de Mitre que explica su perduración, su labor representa el primer grande y constructivo esfuerzo de penetración en nuestro pasado. (...) La Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina y de la Emancipación Sudamericana no son como pretendía uno de sus críticos "estudios panegíricos de héroes", sino la historia de una grande época.*¹⁴²

Por outro lado, Levene praticava algumas inovações, propondo um enfoque menos acentuado sobre os heróis ou as forças individuais do que sobre as "forças sociais" ou o coletivo:

... *he apuntado el concepto más moderno de la historia, cuyo sujeto, la sociedad que se estudia – y no los héroes, está impulsada en su marcha renovadora e incesante por fuerzas históricas y sociales.*

*Se ha acentuado así la historia de las instituciones, de la democracia y de la civilización argentinas; reduciendo a una discreta brevedad la faz puramente militar de la guerra civil.*¹⁴³

Trabalhava a história com métodos "modernos", baseados na "teoría de la historia genética y social".¹⁴⁴ Isso, no entanto, não chegava a suplantam a interpretação clássica da historiografia liberal, cujo enfoque se concentrava sobre os heróis:

...*señalamos un lugar a los grandes hombres o la individualidad ejemplar. El heroísmo ha brillado en múltiples formas en nuestra historia, puede afirmarse sin incurrir en exceso. La historia moderna, con ser de carácter social – existe estrecha relación entre el heróe y el momento histórico – no abandona el estudio del factor individual y a través de él, los que tuvieron una concepción o un sentimiento heróico del pensamiento o de la vida.*¹⁴⁵

Analisando os manuais de História Argentina, podemos constatar que existe entre eles uma série de diferenças. O manual de José Manuel Estrada tem o diferencial de ser uma compilação de conferências e de ser o único a apresentar uma defesa clara da moral católica. Somente a obra de Clemente Fregeiro contém questionários e textos complementares. Em seu manual, as notas de rodapé são escassas e geralmente dirigidas aos professores, enquanto nos de Vicente Fidel López e Ricardo Levene elas são abundantes e utilizadas, na maioria das vezes, para indicar referências bibliográficas ou para realizar uma "discussão" historiográfica. Por fim, apenas o manual de Ricardo Levene apresenta ilustrações.

Em suma, entre tantas diferenças mencionadas, o que aproxima esses manuais? Uma característica básica que perpassa todas essas obras é a divisão clara da História Nacional em duas partes, separada em dois períodos históricos: o período colonial e o período independente.¹⁴⁶ Os autores, além de formularem muitas vezes uma visão negativa do primeiro período,¹⁴⁷ também reservaram a este um espaço menos privilegiado do que ao posterior à Revolução de Maio de 1810. Demonstração disso é o fato de terem ocupado praticamente o mesmo número de páginas dentro de seus manuais para desenvolverem as lições desses períodos.¹⁴⁸

Por fim, procuramos acentuar que a escolha dos manuais esteve relacionada também com a preocupação de mostrar diferentes filiações teóricas de seus autores que respondiam às mudanças de seu tempo no campo da interpretação da história.

Divisão dos Períodos nos Manuais de História Argentina

Autor/manual	Abordagem cronológica - Tomo I	Abordagem cronológica - Tomo II	Nº páginas e Porcentagem* de texto Tomo I	Nº páginas e Porcentagem de texto Tomo II
José Manuel Estrada <i>Lecciones de Historia de la República Argentina</i> (1868)	1492-1810	1810-1852	392 páginas (46%)	459 páginas (54%)
Clemente L. Fregeiro <i>Lecciones de Historia Argentina</i> (1886)	1492-1807	1807-1880	218 páginas (52%)	201 páginas (48%)
Vicente Fidel López <i>Manual de la Historia Argentina</i> (1898)	1492-1807	1807-1880	190 páginas (35%)	353 páginas (65%)
Ricardo Levene <i>Lecciones de Historia Argentina</i> (1912)	1492-1810	1810-1930	460 páginas (43%)	613 páginas (57%)

Valores aproximados

CAPÍTULO 3

“PRENÚNCIOS” DA NACIONALIDADE NO PERÍODO COLONIAL¹⁴⁹

É bastante evidente, no estudo dos manuais de História Nacional, a ênfase dada pelos autores ao período da Independência política, marcadamente ao momento da Revolução de Maio de 1810, de onde emergem os grandes nomes que deveriam ser, segundo os autores de manuais, seguidos, honrados e guardados para a posteridade. Esse momento é interpretado nos manuais como o ponto culminante da história argentina, quando a nação se materializa, adquirindo uma personalidade própria, depois de ter passado por um longo processo de amadurecimento durante o período colonial. Nos manuais, toda a atenção encontra-se, portanto, voltada para o momento da Independência.

A valorização do período da Independência ocorria, em geral, em contraposição a uma leitura negativa do período colonial, como etapa que devia ser superada. Tal visão não era, aliás, exclusiva dos manuais de História, nem tampouco fora estabelecida durante a segunda metade do século XIX, período abordado neste trabalho. Na realidade, durante a primeira metade desse século, e sobretudo durante o governo ditatorial de Juan Manuel de Rosas, intelectuais imbuídos da doutrina liberal já haviam estabelecido, dentre outras dicotomias, como civilização/barbárie, campo/cidade, centralismo/federalismo, a divisão radical entre passado colonial e presente/futuro da nação independente. Cabe assinalar que tais leituras eram construídas tendo em vista as premissas liberais dos autores e a defesa de criação de um Estado laico. Dessa maneira, o passado colonial era, não raras vezes, associado tanto aos empecilhos comerciais impostos pela Coroa, quanto ao predomínio das crenças religiosas.

Continuadores da geração precedente, os autores dos manuais de História aqui analisados também projetaram uma visão do período colonial tomando a Independência como marco de separação radical entre duas realidades históricas inconciliáveis, concebendo a Revolução de Maio como um verdadeiro divisor de águas.

Era preciso demarcar com clareza a divisão entre a “história antiga” e a “história moderna” do país, associando-as, respectivamente, à história colonial e à história independente da nação. Neste sentido, um historiador chamado Luís L. Domínguez escreveu, em 1861, um manual¹⁵⁰ no qual criticava a obra do Deão Funes, *Ensayo de la Historia Civil del Paraguay, Buenos Aires y Tucumán*, por ter ela “el inconveniente de ser demasiado estensa y minuciosa, en lo que llamaré la *historia antigua*; y demasiado somera e incompleta en la *historia moderna* de nuestro país”.¹⁵¹ Complementando a crítica ao período colonial, ao apresentar seu plano de trabalho, diz o autor que não tratará de “engolfar al lector en el exámen de un *pasado estéril*...”¹⁵²

A tendência de sobrevalorização do período independente em detrimento do período colonial foi geral nos manuais analisados, tanto no sentido atribuído pelos autores à época da Colônia, como também no espaço conferido em suas obras a esse período. Viam a história colonial como uma maneira de se explicar a Independência, partindo, para isso, de uma concepção causal e de uma perspectiva teleológica da História. Assim, José Manuel Estrada apresenta os objetivos de seu trabalho afirmando que:

*He procurado guiar su enseñanza [de la Historia] a lo más útil y reducirla a lo indispensable, teniendo em mira explicar la revolución argentina, para cuya inteligencia se necesita estudiar todos los antecedentes y tradiciones de la sociedad. Fuera de estos objetos, la historia colonial es un estudio ingrato y estéril...*¹⁵³

Apesar dessa visão negativa, os autores, ao conceberem o país como uma nação preexistente e materializada somente com a Revolução de Maio de 1810, buscaram no passado colonial os “prenúncios” da nacionalidade argentina. Pretendemos apontar neste capítulo quais os aspectos do passado colonial que os autores ressaltaram na tentativa de definir a nacionalidade argentina.

Um primeiro aspecto a se ressaltar na definição das peculiaridades “argentinas” assinaladas nas lições do período colonial diz respeito aos contrastes apontados pelos autores entre as diferentes

regiões do domínio imperial espanhol na América. As particularidades da colonização do Rio da Prata com relação às do México e Alto Peru marcariam, para os autores, desde um passado remoto, os pontos de partida da nação argentina. Passado, presente e futuro eram associados e apropriados sem se levar em consideração a dinâmica de mudanças e permanências implícita na constituição dos processos históricos. ▣

De acordo com Natalio Botana, esse aspecto já se encontrava presente na obra do historiador Bartolomeu Mitre, *Historia de Belgrano y de la Emancipación Argentina*. Botana afirma que, com essa obra, Mitre não apenas tratou de focar a vida do prócere da Independência, mas também se apropriou do passado para tentar comprovar o destino republicano da nação. Nesse sentido, Mitre teria identificado nas particularidades das diferentes regiões da América Espanhola, um bom ponto de partida para a nação argentina:

*Según Mitre, la percepción de los espacios vacíos del Río de la Plata contrastaba con la experiencia latinoamericana. La Nueva España y Perú se habían construido sobre civilizaciones indígenas que la dominación colonial pretendió fusionar con la cultura española. Por tanto, el derecho de pertenecer a una región sin la mano de obra necesaria para montar una explotación feudal de señores blancos y siervos indígenas, ofrecía a esas tierras del sur un auspicioso punto de partida. No eran profundas las diferencias entre ricos y pobres ni tampoco parecía concebible reproducir el orden monárquico con el boato que reinaba en México o en Lima.*¹⁵⁴

Nos manuais de História Argentina as contraposições entre as diferentes regiões do domínio colonial espanhol também foram assinaladas. Os autores montavam um quadro apresentando a região do Rio da Prata como um território desprovido de riquezas minerais. Mostravam como a consequência desta condição natural foi o total desprezo por parte da Coroa espanhola, o que condenou a região do Prata a uma situação de absoluta penúria. O Peru, em contrapartida, era apresentado como uma região opulenta, sendo portanto alvo preferencial dos conquistadores e aventureiros espanhóis.

À primeira vista, essa apresentação mostra somente os aspectos negativos da colonização na região do Prata, mas prosseguindo a leitura, percebemos que há uma alteração nesse quadro. Os autores começam então a apontar que todas as condições desfavoráveis da colonização acabaram se revertendo, posteriormente, favoravelmente à região.

Do ponto de vista do estabelecimento das relações sociais no início da ocupação dos territórios na América espanhola, a região do Rio da Prata, ausente de recursos minerais, teria se constituído a partir de uma relação mais branda e amena entre os indígenas e os espanhóis, tendo o primeiro grupo se submetido ao segundo de forma harmônica. Ao contrário, o México e o Peru, regiões opulentas e com vastas riquezas que foram motivo de cobiça por parte dos espanhóis, acabaram se tornando um palco de conflitos e discórdias sociais:

*...allí donde más abundan los metales preciosos, como en el Perú, por ejemplo, allí las luchas entre los conquistadores fueron implacables y las venganzas atroces... y más escaso fué todavía el número de los que, como Irala, fallecieron tranquilamente en el lecho del dolor, llorados a la par por sus compañeros de armas, y por los salvajes que habían inclinado la cerviz al yugo de la conquista.*¹⁵⁵

A ausência de metais e, em consequência disso, a falta de necessidade do emprego sistemático da mão-de-obra indígena seriam os motivos pelos quais teriam se estabelecido no Rio da Prata relações sociais mais brandas. Nessa região, segundo aponta Clemente Fregeiro, “longe de tratarlos com dureza, como em outras partes de América se acostubrara hacerlo, los aborígenes... recibieron de los españoles un tratamiento relativamente suave”.¹⁵⁶ Já para as regiões do México e Peru, a apreciação do tratamento dos conquistadores é bem diferente da anteriormente apresentada, defendendo-se que ali os “pobres indígenas perecieron a millares, merced a los españoles. En el Perú y en el Méjico se les trató peor que a bestias de carga.”¹⁵⁷

Especificamente sobre este aspecto cabe destacar, entretanto, que um dos autores apresenta uma leitura bastante distinta do passado colonial, sobretudo do período da Conquista. Trata-se de José Manuel

Estrada, em cujo manual enfatiza o caráter violento da dominação espanhola com relação aos indígenas, tanto no Prata como nas outras regiões. Pode-se dizer que esta leitura relaciona-se às suas críticas ante o absolutismo monárquico amparado no direito divino, regime que Estrada condenava e via como inaceitável.¹⁵⁸

Além dessa conotação de uma sociedade mais igualitária reinante no Rio da Prata no período colonial, as bases do desenvolvimento econômico constituem outro ponto explorado pelos autores nas lições sobre a Colônia. A aludida pobreza inicial da região teria levado à necessidade de implementação do trabalho livre, visto como um princípio moral e como base de assentamento da sociedade. Dessa maneira, Clemente Fregeiro, no capítulo em que narra a introdução dos primeiros animais e famílias de colonos na região do Prata na década de 1560, afirma que essa região, marcada pela pobreza e que trazia somente no nome um sinal de riqueza, se estabeleceu pautada nas leis do trabalho livre desde suas origens. Segundo o autor, com isso

*importaba establecer que la conquista del Río de la Plata, de la comarca cuyo solo nombre era una promesa de espléndidas riquezas, se consumaría obedeciendo a la ley del trabajo libre, que dignifica al hombre y sirve de sólido fundamento a la estabilidad del hogar.*¹⁵⁹

Diante de um quadro de pobreza inicial, marcado pela ausência de riquezas naturais, baixo povoamento, distância entre os centros colonizadores e proibição comercial, a região teria sido levada a buscar o desenvolvimento de atividades produtivas, que gerariam o progresso econômico e até uma motivação cada vez maior pela libertação das restrições impostas pela Coroa.

Sobre esse tópico é importante não perdermos de vista a concepção liberal que orienta esses autores. Essa concepção comporta, dentre outras premissas, a de que a apropriação da terra e dos frutos do trabalho constituem direitos naturais do indivíduo. Assim, para José Manuel Estrada, “la actividad y la propiedad coinciden, porque son hechos naturales y, de consiguiente, armónicos”.¹⁶⁰ Ainda sobre a idéia de que a propriedade e os frutos do trabalho são direitos naturais

do indivíduo, escreve Estrada:

*La propiedad es la base económica de la sociedad, emana de la naturaleza y es constituida por el trabajo.... El individuo se apropia la porción que utiliza, por la incorporación de su trabajo... la tierra es un cuerpo, idéntico siempre a sí mismo, coercible y delimitable, en el cual se radica la acción del trabajo. De ahí que el individuo establezca una propiedad inalienable cuando la surca con sus brazos y la fecundiza con el sudor de su rostro.*¹⁶¹

Igualmente, no manual de Levene reafirma-se essa visão liberal. O autor assinala que o progresso e o desenvolvimento material só são possíveis baseados no uso do direito “de la propiedad individual, como resultante del esfuerzo propio y del trabajo”.¹⁶²

É dentro desta concepção liberal e de uma visão sobre o progresso material que os autores buscavam as origens das motivações ao desenvolvimento econômico no Prata. A região é geralmente caracterizada, ao contrário das outras partes da América, como miserável e desprovida de um universo rico em qualidades naturais. Em decorrência dessa determinação da natureza, a região não era, segundo a interpretação dos autores, alvo preferencial dos investimentos espanhóis e, além disso, encontrava-se submetida às travas e privações impostas pelo monopólio comercial. Todos esses traços teriam, pois, engendrado a necessidade do trabalho, fato incrustrado precocemente na sociabilidade argentina. Assim, Ricardo Levene, citando Mitre, reproduz a imagem da pobreza inicial do Prata apontando nela o motivo de conformação de uma “sociabilidad hija del trabajo reproductor”.¹⁶³

E também salientando a inexistência de uma natureza abundante em riquezas, o que tornava a região do Prata um meio desfavorável à exploração espanhola, que José Manuel Estrada assinala a importância do desenvolvimento do trabalho:

La avaricia desencantada de sus quimeras [de los conquistadores] trataba de resarcirse con espantosas realidades. Necesita desenvolver cierta industria, buscar con

*el trabajo lo que creyó otro día poder encontrar a montones sobre la tierra virgen...*¹⁶⁴

A realidade platina apresentada nos manuais, cujos aspectos principais eram a escassez de uma natureza abundante e o abandono do Rio da Prata pelas autoridades coloniais, teria gerado uma predisposição ao trabalho e ao desenvolvimento econômico que era transformada, no discurso desses autores, numa vocação natural do argentino.

Por caminhos semelhantes, os autores analisaram também o desenvolvimento do comércio e, sobre este aspecto Vicente Fidel López, não fugindo à regra do apresentado nos demais manuais, também comparou a Argentina e o Peru. Ao referir-se à proibição de utilização do Porto de Buenos Aires como rota comercial durante o período colonial, o autor ataca duramente o monopólio comercial imposto pela Coroa. Nesse contexto, segundo o autor, Buenos Aires encontrava-se entregue à própria sorte, padecendo de misérias inigualáveis, enquanto os interesses da metrópole encontravam-se inteiramente voltados para o Peru. Para mostrar que essa situação seria revertida, afirma, no item intitulado “Medios de revancha”, que foi justamente a proibição da utilização do porto de Buenos Aires, o que acabou fazendo com que surgissem os efeitos contrários ao panorama de pobreza do início da colonização na região. Estando vetado o comércio, se iniciaria, então, em Buenos Aires, a prática do contrabando com efeitos mais proveitosos para a região. Nesta passagem, López chega a aludir a leis físicas para explicar o fenômeno de reversão de um quadro de pobreza inicial da região para um outro, de riqueza e progresso, proporcionado pelo comércio e contrabando:

*Dice una ley física que a los fluidos no se lo pueden aprensar sin que por algún lado venzan la presión y se escapen en la misma proporción de la fuerza con que les aprietan. Esta regla, aunque menos visible es común a todos los fenómenos sociales.*¹⁶⁵

Nesse ponto, a pobreza inicial e peculiar do Prata não aponta para o desenvolvimento do trabalho ligado à terra, mas sim para a

reivindicação do livre-comércio, também bem de acordo com a visão liberal dos autores do período. López entende que há uma “natureza psicológica do comércio” e que é esse “um fato humano por excelência”.¹⁶⁶ Ao analisar a formação das principais cidades do Litoral argentino durante o final do século XVI, López diz que as idéias liberais

*venían acentuándose desde que Juan de Garay había concebido la población de Santa Fé como nudo de comunicaciones y de navegación en el Paraná, y la de Buenos Aires como punto de intercambio marítimo con el exterior, adelantándose como una previsión admirable a lo que son hoy en el comercio del Plata, Buenos Aires y Rosario.*¹⁶⁷

López também procura mostrar que era inevitável que na Argentina se procedesse à reversão daquele quadro de pobreza, verificado no mais remoto passado. Um futuro rico e opulento era o que aguardava o futuro da nação argentina. O autor buscava, com isso, transformar o que *a priori* seria um prejuízo – a ausência de recursos naturais – em um verdadeiro benefício para a região do Prata. Segundo o autor, os argentinos não desenvolveram uma agricultura tropical, mas, em compensação, estiveram livres da escravidão indígena e africana. Dessa maneira, de acordo com López, os índios teriam se mesclado à população urbana pela inexistência de grandes lavouras ou de minas, os negros apenas passavam pelo porto de Buenos Aires indo diretamente para o Peru,¹⁶⁸ e o contrabando animava o apetite comercial, responsável por converter “rapidamente el genio y las inclinaciones de nuestra población hacia la actividad y los provechos del movimiento mercantil”.¹⁶⁹

Partindo da visão de que o comércio é sustentado por leis “naturais”, Clemente Fregeiro também acaba legitimando o contrabando:

Como este sistema [monopolio comercial] contrariaba las leyes naturales del comercio, los colonos, y hasta las mismas autoridades encargadas del cumplimiento de la ley, la violaban, restableciendo aquellas. El

*contrabando, es decir, el comercio practicado contra lo que la ley dispone, contribuyó a arruinar el sistema de monopolio en beneficio de los colonos.*¹⁷⁰

Por fim, Vicente Fidel López chega a afirmar que a proibição comercial imposta ao porto de Buenos Aires pela metrópole acabaria levando ao próprio desmantelamento do sistema colonial:

*... y a la verdad, que si había en el mundo un río y un puerto más franco y abierto al comercio y al contrabando, ese río era el Río de la Plata, y ese puerto era Buenos Aires. Esto no había que probarlo. Bastaba abrir los ojos y ver. El rigorismo español no abrió los ojos, ni lo vió. Luchó con tenacidad por los intereses de su monopolio y al fin se estrelló ciego contra la imposibilidad de las cosas. Cualquiera diría hoy, al ver las causas primeras y las últimas consecuencias, que Buenos Aires había nacido predestinado a ser el escollo en que debía naufragar el Sistema Colonial de España, política y comercialmente.*¹⁷¹

Ainda que nem sempre fazendo associações diretas entre passado colonial e vida independente da nação, como a que acabou de ser mencionada acima, pode-se dizer que, nas entrelinhas da narrativa sobre o período colonial, encontrava-se predeterminado o destino da nação rumo à independência política. Além disso, a Argentina apresentava-se já delineada como uma nação vocacionada para o desenvolvimento das atividades produtivas, predominantemente o trabalho agrícola e o comércio, e destinada à prosperidade material.

Sobre a configuração da nacionalidade argentina a partir de componentes como a raça, a língua e os costumes, os autores afirmam que as bases da nacionalidade estiveram assentadas sobretudo na herança e influência marcadas pela presença espanhola.

Em sua análise sobre a “conformação moral” da população argentina às vésperas da Revolução de Maio de 1810, Vicente Fidel López mostra que a origem que predominou sobre o povo foi a espanhola. O autor salienta que para medir essa “influência” não se deve levar em consideração somente a verificação de quais raças

formaram a população, mas deve-se medir, dentre todas elas, o grau de assimilação a um “tipo predominante”, bem como sua unificação lingüística. Assim, na Argentina, a população estaria fundida num tipo comum, predominantemente espanhol:

Tratándose de la población de un país cualquiera lo importante para juzgar de su estado moral, no es examinar qué razas han contribuido a poblarlo, sino saber si todas ellas están ya asimiladas a un tipo predominante y a una sola lengua. En Buenos Aires y en las demás provincias, con sólo dos pequeñas excepciones, que bien examinadas no tienen valor, toda la población era unánimemente española por la lengua, por la religión y por el espíritu moral que la animaba. No había, pues, elemento ninguno que constituyera raza o tipo etnológico variante. Nadie hablaba en público o en privado más idioma que el castellano; y eso mismo con más uniformidad todavía que en España. Ni en las clases elevadas, ni entre la plebe, se conocía siquiera otro idioma; y si en Santiago del Estero se empleaba el Quichua, y en Corrientes el Guarany y era sólo como un bajo dialecto de uso popular, sin perjuicio de que los mismos que lo hablaban – “burguesía” y “plebe” – usaran por única lengua “propia, pública y social” el idioma castellano.¹⁷²

Mais adiante, Vicente López tenta provar que, diferentemente do Prata, não houve no Peru o predomínio de um tipo comum, sendo aí visíveis as discrepâncias e verificando-se ainda a forte presença das diferentes tribos indígenas. No Peru, os índios teriam sido somente “submetidos” pelos espanhóis. Teria ocorrido, assim, apenas uma “incrustação” do espanhol sobre o indígena, mas não teria havido uma verdadeira “assimilação”, como na Argentina. O contraste se torna mais forte quando o autor sugere que um quíchua ou um aimará no Peru não podia ser considerado um peruano, mas um descendente de quíchua ou aimará nos campos de Córdoba já era um argentino:

En el Perú... la sierra es toda quichua y aymará, hoy como en el primer día de la conquista, porque allí las masas

conservan su lengua, su tradición, su tipo: están submetidos pero no asimilados política y socialmente, sino con rarísimas excepciones, mientras esas mismas razas en la campaña de Córdoba y en las provincias andinas de nuestro país están refundidas en la sociabilidad argentina, y no son incrustaciones, sino partes integrantes y asimiladas al conjunto y a la lengua nacional, con excepción de un o otro lugarejo, rayano de la altiplanicie boliviana.¹⁷³

Uma idéia semelhante é sustentada por Levene, seja na associação dos argentinos aos europeus, seja na contraposição entre o Rio da Prata e o México, no que diz respeito à assimilação dos índios pelos espanhóis:

La conquista del Plata se distingue de la llevada a cabo en otras secciones del Imperio Indiano, porque a diferencia de Méjico y el Perú, carecían esas regiones de riqueza minera y de grandes pueblos de indios. Se verá más adelante la influencia que estos hechos de naturaleza económica y racial ejercieron en el plasma inicial de la sociedad del Plata.

Por outra parte, los pueblos que las habitaban, con excepción de los del noroeste argentino, no tenían la organización y cultura de los Incas y Aztecas. De ahí que pueda afirmarse que el carácter propio de la conquista del Plata fué el de constituir, desde sus orígenes, una verdadera colonización. La falta de minas y casi de indios, explica que esta colonización europea en el Río de la Plata sea la base de nuestra democracia.¹⁷⁴

No manual de Ricardo Levene, além da idéia de que a maior contribuição racial na constituição da nacionalidade argentina é a do branco de ascendência espanhola, o autor também defende que, no tocante aos hábitos e instituições, os espanhóis teriam tido uma grande parcela de contribuição, legando à colônia do Prata a índole guerreira e a formação municipal:

...en el Plata, la parte principal de la población ha sido europea.

*El blanco o español era el hombre civilizado de la Europa del siglo XV. Introdujo, según ya se ha explicado, el espíritu guerrero y la organización municipal.*¹⁷⁵

Ao referir-se à formação municipal, Levene está aludindo à existência dos cabildos na América, que foram instituições trazidas da Espanha. Para esse autor, ao lado das dificuldades de comunicação e da dispersão do território argentino durante a maior parte do período colonial, os cabildos teriam influenciado na população o desenvolvimento de um espírito localista.

A índole guerreira, também destacada pelos autores, corresponderia à porção espanhola preservada no *criollo*.

José Manuel Estrada explicou de maneira mais detida as características desse legado espanhol, analisadas no primeiro capítulo de seu manual. Para Estrada, a fundação da sociedade argentina partia da inoculação de “sementes estranhas”, plantadas pelos espanhóis no século XVI. Conhecer a índole do conquistador era, portanto, conhecer as bases da sociedade argentina:

*Si sus primeros elementos de civilización [de los argentinos] fueran un producto propio, nos bastaría contemplar su incubación y la serie de cataclismos en que se hubiere desarrollado. Pero en el fermento de la cultura argentina intervienen fuerzas y simientes extrañas; porque todas las sociedades fundadas en la conquista reciben hechos y con formas más o menos definidas sus instituciones, sus hábitos y sus creencias. La lógica de la ciencia nos obliga a trazar el cuadro de su acción.*¹⁷⁶

Para Estrada, toda a formação espanhola, desde o momento da invasão dos mouros até o século XV, esteve ligada ao empreendimento da reconquista, em que os espanhóis tiveram que guerrear pela sua pátria. A partir dessa luta pela reconquista gerou-se o “espírito belicoso” do espanhol que acabou sendo transplantado para o argentino. Ricardo Levene encontrará, no plano da herança

institucional espanhola para o Plata, como já foi dito, a reversão da forma institucional municipal (cabildos) em fomento ao espírito de localidade. Quanto ao espírito guerreiro e belicoso trazido pelo espanhol, no Plata ele seria revertido em espírito de rebeldia e de amor à independência encarnado nos *criollos*. De modo geral, nos manuais, os autores indicam nos *criollos* um precoce espírito de rebeldia que se revelaria desde os primórdios da colonização com manifestações de repúdio aos peninsulares. Levene, emprestando de Bartolomeu Mitre a expressão, as denomina “manifestações inorgânicas (ou espontâneas) da democracia turbulenta”, isto é, essas manifestações seriam os germens da nacionalidade semeados nas entranhas de uma massa anônima que, mesmo sem doutrina ou um plano sistemático de organização política, mantinha sempre invicta e latente uma predisposição à emancipação. As manifestações seriam espasmos de violência que “um dia” acabariam por se constituir em “movimentos de liberdade de fato”.¹⁷⁷

Assim, está configurada a tendência inata do argentino à independência ante a Coroa. Ela se revelaria durante a Colônia através desse espírito belicoso/rebelde, municipalista/localista (posteriormente também provinciano), sobretudo anticolonialista e, como veremos mais adiante, em outro capítulo, antimonárquico.

Dentre os manuais pesquisados, foi no de Ricardo Levene que encontramos, de maneira mais explícita e articulada, uma exposição acerca dos “prenúncios” da nacionalidade argentina. Reiteradas vezes o autor aponta que as origens das manifestações que indicavam a constituição de uma nacionalidade se inscreviam, na história argentina, no século XVI. Entretanto, ao enumerar e exemplificar tais manifestações que julgava representar um germen nacional caracterizado pelo espírito rebelde e tendente à emancipação, o faz de maneira bastante sumária, apenas citando os eventos, sem analisá-los mais profundamente. As manifestações que indicam uma predisposição precoce dos *criollos* à independência “argentina” são, para Levene, as seguintes:

Santa Fé – 1577 e 1580, revolta dos *criollos* por motivo de ocupação de cargos pelos peninsulares.

Buenos Aires – 1583, rechaço dos *criollos* à nomeação de um governador espanhol.

Buenos Aires – 1589, reivindicações dos *criollos* por posse de propriedades territoriais e animais.

Córdoba – 1588, rechaço do Cabildo à tentativa do governo espanhol de impor candidatos aos cargos de alcaides e regedores.

Tucumán – século XVI, disputas entre poder civil e eclesiástico.

Corrientes – 1589, contra intromissão do governo na escolha dos regedores do Cabildo.¹⁷⁸

Levene aponta, como foi mencionado, o século XVI como momento em que se originaram as manifestações tendentes à emancipação. Valendo-se de uma visão linear e evolutiva, afirma ainda que durante os séculos XVII e XVIII essas manifestações foram adquirindo um caráter cada vez mais “orgânico”, visto que se tornavam, com o tempo, mais definitivamente anticoloniais. A Revolução de Maio de 1810 é, desde já, anunciada pelo autor como um acontecimento inevitável:

*El espíritu de rebelión irá progresivamente acrecentándose durante los siglos XVII y XVIII, haciéndose cada vez más general e importante. Estos movimientos democráticos revelaron desde temprano que el destino de la Colonia era la emancipación. (...) La revolución de Mayo es una resultante de nuestra democracia.*¹⁷⁹

Ao mesmo tempo que inevitável, a Revolução é vista como uma obra em preparação, fruto de um amadurecimento histórico iniciado desde os primórdios da colonização. A “democracia turbulenta”, “entidade anônima” ou “grande massa popular”, que durante os três séculos de colonização vinha agindo a partir dos impulsos “espontâneos” e “inorgânicos” passará, no contexto da Revolução, a ser dirigida por uma liderança composta por “apóstolos idealizadores”,¹⁸⁰ isto é, pela elite liberal de onde emergiram personagens considerados pelos historiadores do século XIX como os “pais da nação argentina”:

Así, la Revolución de 1810 reconoce un origen popular, y la soberanía y fuerza de esta entidad pueblo, no es una improvisación, sino una resultante histórica. Desde los primeros tiempos de la colonización y conquista, se producen movimientos

*democráticos, explosiones revolucionarias durante los tres siglos coloniales, que van preparando y formando esta entidad anónima, la gran masa popular que no gobernaba a través de la ley, pero que sentía en sí impulsos y fuerzas suficientes para el gobierno propio y para la emancipación. Fué tan democrática la Revolución que no tuvo caudillos, sino inspiradores y directores de la voluntad popular.*¹⁸¹

Embora uma representação tão articulada sobre os “prenúncios” da nacionalidade esteja, dentre os manuais pesquisados, presente somente no manual de Ricardo Levene, podemos perceber também nos outros manuais indicações que já apontavam para essa direção que Levene acabou por lapidar.

Assim, encontraremos em Estrada – e isto à revelia de toda a crítica que sustenta com relação ao período colonial, afirmando a impossibilidade de se pensar numa “nacionalidade regular” nesse período –, a sugestão de que existia uma precoce tendência dos *criollos* à indisposição com os espanhóis da primeira geração de conquistadores do Prata. Para Estrada, os *criollos* seriam os responsáveis por abrandar os meios coercitivos em que se estabelecia a conquista da região e contribuiriam na formação de uma “sociabilidade do Prata”:

La primera generación conquistadora terminaba o envejecía. Dos caracteres fuertemente delineados debían ocupar su puesto: sus compatriotas, emigrados de España; sus hijos, nacidos en América. Aventureros aquéllos, caían en el nuevo mundo como si cayeran sobre su presa: la tierra conquistada era para ellos tierra de merodeo. Para los segundos era su patria. El amor tiene sus iluminaciones, y quando el espíritu del que gobierna o legisla es influenciado por cordiales atractivos hacia el pueblo, su autoridad redumda en provecho de los hombres sobre los cuales ejerce. ... ¿Qué extraño entonces que los hijos de los conquistadores se esforzaran por disminuir o extirpar aquel enorme abuso de fuerza en que se fundaba la sociabilidad del Plata? Y como su tendencia contrariaba las del aventurero, era natural también que sus esfuerzos fuesen un nuevo motivo de

discordias y de luchas acerbas.¹⁸²

Da mesma maneira, Vicente Fidel López assinala o papel dos *criollos* de Santa Fé desde os finais do século XVI como um “augurio de la Revolución de Mayo de 1810”.¹⁸³

As lições sobre o período colonial buscavam mostrar que a região do Rio da Prata se compunha, desde um passado remoto, com base em uma sociedade mais igualitária do que as outras porções da América espanhola; afirmava-se também que não havia se desenvolvido nessa região a escravidão, não possuindo a sociedade uma divisão profunda entre as classes. Teria ainda imperado uma predisposição à liberdade e ao desenvolvimento econômico, fatores fundamentais, para alguns autores, para o processo da Independência. Assim, nos manuais, as lições sobre o período colonial têm o objetivo muito particular de prenunciar a Revolução de Maio e de determinar sua inevitabilidade. Já foi mencionado que, para Ricardo Levene, não havia “improvisação” na obra da Revolução. Essa demarcação dos passos na preparação da Revolução durante o período colonial sugere a idéia de um amadurecimento dos traços nacionais preexistentes, que iriam se fortalecendo cada vez mais, quanto mais se aproximava o período da Revolução. Assim, seguindo uma ordem crescente e linear, os autores buscavam em exemplos do passado os “prenúncios” da Revolução, vista por eles como um destino pré-fixado.

Nesse sentido, Clemente Fregeiro anuncia a importância do período colonial como preparação para a “vida adulta” da nação. Sugere, com isso, uma idéia de amadurecimento, ao mesmo tempo que faz uma analogia entre a história nacional e a história da vida humana, sendo o período colonial correspondente à fase da juventude na vida do ser humano. Esse período é considerado pelo autor como de fundamental importância para a formação do caráter e decisivo para o futuro do homem e da nação:

La historia del coloniaje ofrece mucho interés (...) porque es durante ella que se han formado los pueblos que ahora componen la República Argentina, y se crearon paulatinamente los sentimientos que, desarrollados más tarde, constituyen al presente la base en que reposa el sentimiento

nacional.

*El coloniaje, en la vida del pueblo argentino, tiene la misma importancia que la juventud en la vida del hombre. Es en esta fase de la existencia que se forma el carácter y los hábitos del individuo, que se desenvuelven los buenos o los malos sentimientos, y que todas las afecciones se reconcentran, diremos así, en el corazón humano. Es esta fase de la vida también la que decide del porvenir del hombre, la que asegura para siempre su destino sobre la tierra.*¹⁸⁴

Para os autores, um dos passos importantes no caminho rumo à Revolução é a constituição do Vice-Reinado do Rio da Prata, em 1776, tendo como capital a cidade de Buenos Aires. Para Vicente Fidel López, com a instalação do Vice-Reinado do Rio da Prata, todo o “organismo político e econômico”, toda a “musculatura social” se encontrava constituída, faltando apenas se alcançar a soberania própria que era vista, a partir daí, como inevitável: “al menor sacudimiento podía reventarse, y salir vigoroso de la matriz colonial el ‘Estado Independiente del Río de la Plata’”.¹⁸⁵

Maior importância até do que a constituição do Vice-Reinado do Prata é dada ao momento das Invasões Inglesas, ocorridas nos anos de 1806 e 1807. Na narração desses episódios os autores destacam o aprofundamento do abismo já existente entre *criollos* e espanhóis, a sensação do povo de estar sendo colocado à prova tanto pela necessidade de defender-se com suas próprias forças, como pela ameaça de sua dominação por uma nação estrangeira, enfatizando com isso a tomada de consciência do povo enquanto soberano e apontando para a Revolução como um passo inevitável.

José Manuel Estrada chama o rechaço às invasões inglesas pelos *criollos* de “nuestra primera guerra nacional”.¹⁸⁶ Para ele, a agressão inglesa funcionou para que as forças populares medissem a intensidade de suas potencialidades e para que se definissem melhor os partidos (interesses dos *criollos* e dos peninsulares), já que antes das invasões, segundo o autor, imperava a idéia de existência de uma harmonia social.¹⁸⁷

Estrada afirma que durante a invasão inglesa a Buenos Aires em 1806, a fuga do Vice-Rei Marquês de Sobremonte, esquivando-se

de sua tarefa de proteger os colonos, significou uma quebra nos preceitos, até então vigentes, sobre os direitos de soberania da Espanha sobre a colônia.¹⁸⁸ Entregue à própria sorte, o povo de Buenos Aires, tendo que empreender a retomada da capital com suas próprias forças, acabaria por adquirir a “consciência de sua personalidade”:

Tal, señores, es el grande hecho que ennoblece la memoria nacional, y caracteriza el acontecimiento que le dió margen en sus resultados de porvenir: la salvación del pueblo por el pueblo. – La metrópoli deja abierto los mares, y la Inglaterra realiza la conquista. El gobierno huye y abandona el pueblo a su suerte y a su brío. Su suerte era la libertad, porque sus bríos eran heroicos.

*Salvándose de la ignominia de una nueva esclavitud, adquiere la conciencia de su personalidad entre el alborozo de la victoria, y se levanta con la majestad del triunfador antiguo, soberano desde aquel día, porque debió su gloria y su existencia a su próprio esfuerzo, y al bajar la espada de las batallas, no encontró a su frente ni enemigos que combatir ni tiranos que obedecer.*¹⁸⁹

Para Estrada, a motivação pela independência existia nos patricios como um “átomo”,¹⁹⁰ e o contato com os próprios ingleses acabaria por robustecê-lo através do diálogo com esse povo e em razão do conhecimento de suas doutrinas sociais e princípios econômicos. É comum os autores assinalarem que esse contato entre ingleses e *criollos* propiciou ainda o refinamento dos hábitos de consumo, pela introdução na região dos artigos ingleses, bem como a publicação do periódico *La Estrella del Sur*, em Montevidéu. No entanto, ao mesmo tempo, mantêm-se a idéia de que havia um repúdio a uma nova situação de dominação e que a ameaça de domínio imperial inglês despertava a consciência do povo argentino. Estrada, apesar de defender a idéia de que os ingleses lançaram luzes sobre um nascente sentimento em prol da independência, por outro lado indica que suas verdadeiras pretensões eram fazer da Argentina uma possessão britânica.¹⁹¹

Na lição sobre as Invasões Inglesas (1806-1807) presente no manual de Clemente Fregeiro percebemos que o autor constrói uma interpretação que visa estabelecer dentro da história argentina os passos graduais até o “nascimento definitivo” da nação. Para Fregeiro, durante as invasões inglesas teriam se acentuado as diferenças entre os *criollos* e os espanhóis, estando a questão da nacionalidade colocada verdadeiramente à prova nesse episódio da história argentina. A vitória mediante os ingleses seria a demonstração cabal da capacidade de defesa que tinham os *criollos* de seus “direitos naturais e históricos”. Para Fregeiro, o ano de 1807 é um marco da “tomada da consciência da razão de existir do povo”. O período que se estende de 1807 a 1810 funcionaria como interregno entre sua “tomada de consciência” e seu “nascimento definitivo”, pois nesse período o espírito público ou o sentimento de nacionalidade seria robustecido até culminar, nesse ano, com a Revolução de 25 de Maio. Aqui o autor também anuncia que outro sinal para o desfecho da Revolução seria a tomada da Espanha pelas tropas de Napoleão e o aprisionamento do Rei Fernando VII, instaurando-se uma crise de direitos de soberania. Além disso, acentua o papel de Buenos Aires como porta-bandeira da Revolução:

De 1807 a 1810 grandes y gloriosos acontecimientos han tenido lugar en el territorio en que actualmente vive y crece, engrandeciéndose, el pueblo argentino.

He dicho 1807, pero he dicho mal: en este año no existía aun pueblo argentino. Es, por el contrario, tan memorable fecha, la que marca en la historia el nacimiento de un pueblo dotado de la conciencia de su razón de existir, de su poder material, de su influjo moral entre los pueblos anónimos que constituían socialmente la colonia española, desde Méjico hasta el Río de la Plata. Las gloriosas banderas del regimiento británico 71 de línea, conquistadas en defensa del propio hogar, de la propia tierra, de la patria, en fin; y los cantos de Vicente López, grandes e inmortales, sobre todo por el noble sentimiento que los inspiró, son los preclaros timbres que acreditan el nacimiento del pueblo de los hijos del Río de la Plata, del pueblo argentino. De 1807 a 1810 el sentimiento público se robustece, y cuando la metrópoli

*cae derrumbada por la mano de un poderoso conquistador, las colonias reivindican su propia soberanía en virtud del derecho natural y del derecho histórico. La del Río de la Plata es una de las primeras en realizar ese grande acto: el municipio de la capital del Virreinato de Buenos Aires señala el camino a los otros municipios del mismo Virreinato; y el genio político de Mariano Moreno dicta en la Gaceta, tribuna del grande hombre, creada por el mismo, algo así como la constitución definitiva del nuevo pueblo.*¹⁹²

De maneira idêntica à análise de José Manuel Estrada, há nas *Lecciones...* de Fregeiro uma identificação dos *criollos* como patriotas uma vez que demonstram, com a defesa do território, o seu amor à pátria. O conhecimento dos produtos ingleses e das práticas comerciais teria feito com que se aguçasse o desejo de comércio, o que enfatiza a visão liberal já comentada anteriormente:

Ellas [las invasiones inglesas] pusieron a prueba el amor patrio de los criollos, y revelaron cuánto era el poder de estos; al mismo tiempo que el intercambio de las mercaderías de fabricación británica por frutos del país, creó necesidades que antes no eran conocidas de los habitantes del virreinato.

*Por otra parte la población se dividió, más de lo que había estado anteriormente, entre criollos y españoles peninsulares, o godos, como aquellos denominaban a estos.*¹⁹³

Na versão de Vicente Fidel López os ingleses tentaram ludibriar os argentinos com promessas de liberdade comercial e de culto religioso, no entanto o autor apresenta os argentinos como conscientes de seu patriotismo, pois sabiam que estavam sendo dominados por uma nação estrangeira que devia ser rechaçada a todo custo.¹⁹⁴ Nesse manual, portanto, o autor também localiza no momento das invasões inglesas a tomada de consciência do povo: “La masa se sentía pueblo, y el pueblo se sentía soberano. Tenía ya una voluntad propia con el convencimiento de que nadie podía sojuzgarlo ni oprimirlo.”¹⁹⁵

A prova de que tal sentimento existia foi o pedido de

destituição pelo povo do Vice-Rei Sobremonte, que havia se esquivado durante os ataques ingleses. López usa este dado para tentar mostrar que semelhante atitude era representativa de uma mudança na concepção de soberania, pois o povo não se encontrava mais atrelado à dominação da Coroa, mas a base da legitimidade da soberania era agora a própria “autoridade popular”, sendo inevitável a marcha rumo à revolução e à independência.¹⁹⁶

Levene, que como foi dito é o autor que mais claramente estabelece que a emancipação Argentina já estava configurada desde o séc. XVI, nega a visão dos autores sobre o momento das Invasões como ponto de arranque para a emancipação. As invasões são aqui, portanto, somente um “precipitador” do processo:

*Se comete un error cuando se afirma que de las invasiones inglesas arranca el movimiento emancipador de la Colonia del Plata, pues este movimiento tiene su origen en los primeros días de la colonización española (como hemos visto al estudiar los movimientos revolucionarios y democraticos que se operaron en el siglo XVI) y se define y se vigoriza durante el período virreynal. Las invasiones inglesas, como los sucesos que acaecieron por entonces en España, sólo aceleraron la tendencia preexistente de la emancipación.*¹⁹⁷

Dois episódios ainda são enumerados como últimos, definitivos e fatais “sacudimientos” para o estalar da Revolução. O primeiro é a tomada da Espanha por Napoleão e a prisão de Fernando VII, o que viria a instaurar uma crise sobre os direitos de soberania das colônias:

A medida que el emperador de los franceses obtenía victorias en la península, la división tradicional entre criollos y españoles se hacía más profunda, porque unos y otros comprendían claramente que se acercaba el día en que las colonias quedarían libradas a su destino, es decir, privadas de su metropoli.

En este caso ¿quiénes tendrían el gobierno de aquellas? Los godos sostenían, que mientras hubiese un sólo español en América, este español, como representante de la

*metropoli, tenía el derecho de gobernarlas hasta que Fernando VII recobrará su libertad. Pero los criollos alegaban, con razón, que el Rey era soberano por cuanto representaba al pueblo de las ciudades; y que su cautividad colocaba de nuevo la soberanía en manos de ese mismo pueblo que en él la había delegado.*¹⁹⁸

Finalmente, o episódio final que antecede a Revolução é a tomada pelos franceses da Junta de Sevilha, último centro de representação da autoridade de Fernando VII. De acordo com Levene, os *criollos* esperavam “apenas este momento oportuno”¹⁹⁹ para deflagrar a Revolução de Maio de 1810.

Mesmo abordando o período colonial, os autores deixam transparecer importantes questões que estavam presentes no momento de elaboração de suas obras. Os manuais de História argentina aqui analisados foram elaborados no contexto da consolidação do Estado nacional, quando as elites políticas buscavam diminuir as disputas políticas internas, realizando pactos e coligações e mesmo promovendo uma ação coercitiva, levada a cabo pela aplicação de freqüentes estados de sítio às províncias que ameaçavam realizar levantes autonomistas. Era fundamental nesse momento dar por assentada a nacionalidade argentina, utilizando o passado e a própria História como forma de legitimar essa idéia.

Durante a segunda metade do século XIX, além de se buscar a instituição da ordem política, procurava-se promover o crescimento econômico e o desenvolvimento material, baseando-se principalmente nas inversões estrangeiras, sobretudo britânicas, no comércio exportador de produtos primários e no fomento à imigração.

O momento da elaboração das obras didáticas analisadas representava, pois, no discurso das elites, a era de “paz e administração” na Argentina, como expressava o emblema do governo de Julio Argentino Roca (1880-1886).

A ordem e o desenvolvimento significavam, na interpretação dos autores, o resultado de uma nação existente desde os remotos momentos da conquista, materializada com a Revolução de Maio de 1810 e concretizada com a constituição do Estado argentino. Daí a importância de, ao analisarem os capítulos da Colômbia, traçarem as

peculiaridades argentinas localizadas num passado remoto, abordarem questões como o trabalho livre e o comércio, analisando-os como um “dom” adquirido pelos argentinos em virtude das privações vivenciadas nas “origens nacionais” e, sobretudo, direcionarem todos os estudos do período colonial para a Revolução de Maio, considerada como o momento do “nascimento efetivo da nação”, isto é, aquele em que a nação se concretiza “de fato”.

Ao escreverem sobre o período colonial, além de elegerem os momentos que anunciam uma espécie de destino fatal da história argentina rumo à Revolução de independência, esses autores também tentaram assinalar, através do passado histórico, a existência de traços peculiares que teriam contribuído na formação da nacionalidade, buscando, desde os primórdios da colonização argentina, os elementos fundadores e os eventos significativos que denotassem suas origens.

Trata-se, evidentemente, de um exercício teleológico reiterado e, ao mesmo tempo, da construção, através da História, de uma visão sobre a nação que responde a propósitos bem definidos, pois cumpre a esses autores a tarefa de legitimar, no momento em que estão produzindo seus trabalhos didáticos, o regime instituído pela elite liberal a partir da década de 1860 e assegurar, dando solidez e respaldo, os projetos dessa elite que interagiu no processo de consolidação do Estado nacional na Argentina.

CAPÍTULO 4

A INDEPENDÊNCIA: PERSONAGENS, SÍMBOLOS E LUGARES DA REVOLUÇÃO DE MAIO DE 1810

Os autores que elaboraram os manuais de História argentina enfocaram o momento da Revolução de Maio de 1810 como uma etapa de concretização do sentimento nacional, que já vinha se fortalecendo durante o período colonial. A Revolução de Maio foi interpretada, nos manuais, como o momento propício para o estabelecimento de uma verdadeira e irreversível ruptura com a “Mãe Pátria”, tendo já os argentinos ultrapassado todas as provas necessárias que os habilitavam para a vida independente. A Revolução é, portanto, considerada um marco divisor entre as duas etapas da História Argentina.

Para assinalar o começo dessa “nova era”, os autores forjaram os heróis nacionais, pensadores, ideólogos e ilustres guerreiros da Revolução. Retrataram a participação popular nas lutas, mas enfatizaram sobretudo o papel dos heróis, os “dirigentes” e “tutores” do povo. Além disso, interpretavam a cidade de Buenos Aires como uma liderança no processo, afirmando ainda que as outras porções do território do ex-Vice-Reinado do Rio da Prata deviam prestar obediência à cidade.

Ao interpretarem a Revolução como uma ruptura, os autores anunciavam que a Argentina estava entrando em um novo tempo. Assim, José Manuel Estrada apontava que era necessário

romper la malla de una legislación vetusta para crear nuevos hábitos en los pueblos, para prepararlos para la reforma y trasmudar las formas de la sociedad... Todo esto era revolucionario porque era nuevo, y por consiguiente entrañaba reforma y era abominado por la tiranía. Esta frase “peligrosa novedad” estaba estereotipada en el tecnicismo de la madre patria.²⁰⁰

A idéia da “novidade” é também apresentada por Clemente

Fregreiro, que em seu manual interpreta a Revolução como o “nascimento definitivo do povo”. O dia 25 de Maio representa, para o autor, “el último día de la dominación española en la capital del Virreinato de Buenos Aires, y el principio de una nueva época, de la independencia nacional.”²⁰¹ Demonstra a visão de novidade também com base na idéia de nascimento de um povo novo e livre. Utiliza a imagem de uma anciã que, ao ver passar uma tropa revolucionária, saúda seu coronel “felicítandole de haber nacido recién, porque recién era libre.”²⁰²

A ruptura implicava ainda mudanças no estatuto civil dos habitantes, na configuração territorial e no sistema de governo a ser instituído:

En 1810 tiene lugar:

1º La transformación del colono en ciudadano;

2º El derrocamiento del gobierno colonial, por la libre y espontanea voluntad de la colectividad de los colonos, convertidos en ciudadanos;

*3º Y en consecuencia de ambos hechos, surge la necesidad de sustituir la forma de gobierno destruida, por otra nueva forma emanada de la libre voluntad, y del libre y espontaneo consentimiento, de esa misma colectividad de colonos convertidos, de hecho y de derecho natural e histórico, en ciudadanos. Pero al mismo tiempo que esto sucede con los habitantes, es menester convertir el territorio en que estos viven, de territorio de colonia que era, en territorio de nación independiente, que debe ser.*²⁰³

A criação desse novo período da História Argentina foi representada por meio de uma narração que destacava a presença dos heróis nas batalhas e nos novos rumos políticos da nação. Eles constituíam, de acordo com os autores, o legítimo sentimento nacional, tendo uma forte ligação com a pátria e amando o seu povo, ao contrário dos governantes espanhóis, que “sin aficciones ni vínculos..., venían a ser extranjeros destituídos de todo conocimiento respecto de los antecedentes, costumbres y inclinaciones del pueblo; y mal podían trabajar en su provecho cuando no lo amaban.”²⁰⁴

Os homens que compuseram o panteão dos heróis nacionais foram principalmente aqueles que tiveram um papel de destaque durante o processo de independência da Argentina, personagens como Manuel Belgrano, Mariano Moreno e San Martín. Eram, na expressão de José Manuel Estrada, a “legión sagrada de 1810”.²⁰⁵ Os heróis eram ainda retratados como bons militares, homens cultos e ilustrados e defensores das idéias liberais.

Na Argentina, o destaque aos heróis da Revolução já contava com um importante precursor, que na década de 1850 havia elaborado um trabalho detalhado enfocando um de seus personagens, o general Manuel Belgrano. O personagem foi retratado por Mitre em um artigo biográfico publicado em 1857 numa coleção de biografias intitulada *Galería de Celebridades Argentinas*, obra “suntuosamente encuadrada y obviamente pensada para un vasto público”,²⁰⁶ que foi organizada pelo próprio autor, juntamente com Domingo F. Sarmiento. Posteriormente, esse artigo biográfico de Mitre viria a se tornar uma volumosa obra, intitulada *Historia de Belgrano y de la emancipación argentina*,²⁰⁷ considerada um marco fundador da historiografia argentina.

Ao elaborarem um discurso que buscava valorizar os personagens da Revolução elevando-os à condição de heróis nacionais, os autores dos manuais de História Argentina construíram uma narrativa centrada nas ações desses personagens. Evidencia-se essa tendência mesmo entre os autores que propunham algumas inovações metodológicas, como era o caso de Ricardo Levene, para quem a “história moderna” devia ter um caráter social, mas sem abandonar “el estudio del factor individual”.²⁰⁸

Esse tipo de construção ligava-se a uma concepção, compartilhada entre os autores, da História como “mestra da vida”. Nesse sentido, o passado deveria servir de “exemplo” e de “lição”, guiando os indivíduos e orientando suas ações no presente.²⁰⁹

A concepção da História como mestra da vida implicava um julgamento das ações dos indivíduos no passado, valorizando os personagens considerados como exemplares, e por outro lado, condenando “os erros dos antepassados”. Cabe destacar que um importante papel era atribuído aos historiadores, considerados verdadeiros “juizes da história”. Conhecendo o passado, os

historiadores estariam mais preparados para julgar as ações dos personagens históricos. Assim, os autores buscam evidenciar, nos manuais de História Argentina, os “acertos” e os “erros” do passado, tendo em vista definir parâmetros na formação moral e política dos alunos.

É dentro dessa concepção que Clemente Fregeiro destaca em seu manual a importância do conhecimento da História e das virtudes dos heróis nacionais, que deveriam funcionar como orientação para os alunos em suas ações no presente. Ao desenvolver esta idéia, Fregeiro sugere que a reprodução das virtudes dos heróis representava uma garantia de respeito na posteridade:

*En efecto: por ella [Historia Nacional] nos informamos, no sólo del origen de nuestra patria, de las luchas y las penalidades que soportaron nuestros antepasados; sino que también venimos en conocimiento de los actos de virtud y de heroísmo por ellos realizados. El respeto que estos actos nos inspiran, y el considerar que, si tenemos voluntad bastante para llevar a cabo por nosotros mismos otros hechos de igual o semejante naturaleza, mereceremos de nuestra posteridad idéntico respecto, son móviles que a la vez de fortificar el sentimiento de la personalidad humana, elevan el sentido moral sin desvirtuar en lo mínimo la cruda realidad de los hechos.*²¹⁰

José Manuel Estrada também aponta que era importante conhecer os heróis nacionais e anuncia que seu estudo sobre a Revolução tinha como objetivo “transparentar la envoltura que las pasiones y los tiempos interponen entre los grandes hombres y su posteridad, y seguir su gestación, su madurez, su florecimiento”.²¹¹ No manual de Vicent Fidel López também encontra-se presente a idéia de que era necessário julgar quem eram os verdadeiros e dignos heróis a serem seguidos e honrados. Criticando o líder político da Banda Oriental, José Gervasio Artigas, o autor adverte que: “...la juventud debe tener presente que... sólo en el orden social, culto y libre nacen y fructifican los verdaderos héroes, los grandes ciudadanos que ilustran y honran a los pueblos”.²¹²

A construção da visão sobre os heróis se deu a partir da idéia de que era necessário formar os jovens cidadãos da República. Neste sentido, os autores buscaram evidenciar que os personagens da Revolução eram portadores de nobres qualidades morais e que, além disso, tinham cumprido um importante papel como cidadãos da pátria, como evidencia o seguinte retrato de San Martín:

*...su grandeza tiene, además del brillo de fecundadas victorias, el fulgor de las más preclaras virtudes; y la modestia, de que no se hizo falsa ostentación en ningún acto de su vida, porque era natural en él, le presenta ante su posteridad, tan gran ciudadano como ilustre guerrero. Ganar batallas puede ser prueba de talento, de genio; pero no servirse de tan altos dotes para dominar, sino para libertar pueblos, es prueba de las almas nobles.*²¹³

Da mesma maneira, Ricardo Levene também atrela as qualidades morais de San Martín às suas habilidades militares, além de enfatizar que o herói esquecia de si mesmo para colocar a pátria em primeiro lugar:

*La personalidad histórica de San Martín tiene profunda significación moral. Su propia vida de soldado y de militar es expresión de integridad (...). San Martín no alimentó nunca una ambición personal. Si el patriotismo consiste en hacer obra generosa y grande para los demás, son el olvido de sí propio, San Martín puede citarse como un singular ejemplo de patriota.*²¹⁴

Além de destacarem as virtudes morais e as habilidades militares dos personagens que atuaram na Revolução, os autores os retratam como homens cultos, ilustrados e defensores das idéias liberais. Quanto a este último ponto, sobressaem os retratos sobre Manuel Belgrano e Mariano Moreno.

A imagem de Belgrano é associada a um homem ilustrado e liberal, destacando-se, neste sentido, sua atuação como Secretário do Consulado de Buenos Aires e a defesa da tendência liberal perante os

setores monopolistas. Para José Manuel Estrada esse debate econômico representou um sólido fundamento do arranque emancipador, uma vez que a “virilidade revolucionária” na Argentina teria ocorrido como resultado dos debates realizados entre monopolistas e liberais, travados no seio do Consulado, tendo à frente Manuel Belgrano como Secretário. A ação de Belgrano no Consulado é digna de nota para o autor, pois “manifiesta la ruptura con las tradiciones y un apogeo sincero a los principios modernos, que llaman a todo hombre a la gestión de sus intereses personales”.²¹⁵

A importância da atuação de Belgrano como força de oposição ao monopólio comercial sustentado pela metrópole é também um aspecto levantado por Clemente Fregeiro, que faz um retrato do personagem como portador de um projeto liberal e como homem ilustrado:

*Joven, rico, de claros talentos e informado de la ciencia que trata de la formación, distribución y consumo de la riqueza, defendió en el seno de aquel tribunal, con bríos y sin rehatos de ningún género, lo que consideraba útil y benéfico a la colonia a que pertenecía. Los miembros del Consulado, comerciantes españoles monopolistas todos ellos, combatieron al joven secretario no en nombre de la ciencia, sino de las viejas prácticas fundadas en la rutina de los siglos de comercio prohibitivo.*²¹⁶

Ricardo Levene também menciona sua atuação no Consulado, consagrando-o como “paladín de las extracciones libres de los frutos del país”.²¹⁷

Assim como a imagem de Belgrano era valorizada pela defesa dos ideais liberais, Mariano Moreno é outro personagem também destacado pela mesma característica. Mariano Moreno é também consagrado por ter escrito, em 1809, uma obra chamada *Representación de los Hacendados*, em que reivindicava franca abertura comercial entre o porto de Buenos Aires e a Inglaterra. É, pois, enaltecido por seu pensamento liberal e por suas críticas à proibição do comércio durante o período colonial.²¹⁸

Outra característica importante na criação dos heróis, foi o destaque dado ao personagem de Belgrano como criador da

Bandeira Nacional. Como tal, o herói foi considerado o “porta-estandarte” da Revolução: “Con razón se ha llamado Belgrano port-estandarte de la revolución, pues se ha visto la importancia que siempre atribuyó a aquel símbolo debido a las inspiraciones de su acrisolado patriotismo.”²¹⁹ Dentre os manuais analisados, a narração mais significativa é a de Clemente Fregeiro, que reconstrói todos os passos da criação da bandeira, desde sua concepção, até sua oficialização. O autor narra a criação da bandeira recapitulando sua história desde o momento da escolha das cores azul-celeste e branca para a utilização pelos *criollos* como distintivo durante as invasões inglesas, passando, em seguida, para o episódio da utilização dessas cores na Praça da Vitória, em 25 de Maio de 1810. Descreve ainda o momento da criação e do juramento à Bandeira por Belgrano. Por fim, ao narrar um momento difícil vivido pelo personagem durante as batalhas da Revolução, mostra como o herói utilizou a bandeira para recompor as forças de seus soldados:

*En trance tan duro Belgrano mantuvo toda su entereza de ánimo. Retirado del campo de batalla con su ejército destrozado, se refugió en un cerro y allí desplegó la bandera por él creada en la costa del Paraná. Atraídos por aquel símbolo sagrado, los soldados que habían militado bajo sus órdenes, corrieron a agruparse al rededor de los colores de Mayo; y en pocos días Belgrano rehizo sus valerosas huestes.*²²⁰

Além de porta-estandarte da Revolução, Belgrano também se configura enquanto líder militar. Entretanto, quando o herói mostrava-se pouco hábil como militar, logo eram destacadas outras qualidades do personagem. “Belgrano descuella por sus eminentes virtudes cívicas, más que por sus hazañas militares...”²²¹

Um dado importante na construção dos heróis nacionais nos manuais é o fato dos autores terem privilegiado personagens que representavam a causa portenha. Desta maneira, a composição do “panteão nacional” efetivou-se de acordo com a tradição intelectual liberal, que denegria a figura dos caudilhos provinciais, projetava uma democracia excluindo a soberania popular e realçava o papel da elite ilustrada portenha

de onde emergiam os heróis nacionais. Nesse sentido, Vicente Fidel López afirma em seu manual que, tanto ele como o historiador Mitre, tinham predileção pelas grandes figuras e repudiavam os “bárbaros desorganizadores como Artigas, a quien enterramos historicamente”.²²²

Cabe assinalar também o destaque que dão a Mariano Moreno. O enfoque sobre o personagem se dá sobretudo na passagem em que Moreno, como Secretário da Primeira Junta constituída em Buenos Aires após a Revolução, procura vetar a incorporação dos deputados do interior a esse órgão e também prorrogar a realização de um Congresso Geral com a participação desses deputados, que decidiria sobre a forma de governo a ser implementada. Os autores defendem a posição de Moreno, contrário à incorporação dos deputados do interior à Junta, contrapondo-o a Cornelio de Saavedra, Presidente da Junta e favorável à incorporação dos representantes do interior. O argumento utilizado pelos autores é o de que aquele momento não era propício para a decisão sobre as formas de governo, mas que era objetivo primordial do movimento emancipador levar a Revolução a todo o território do Vice-Reinado, postergando-se, assim, a realização do Congresso para uma outra etapa da Revolução. Dessa maneira, Clemente Fregeiro afirmava que a Revolução de Maio tinha dois fins: primeiramente garantir a independência de todo o território; em segundo lugar, discutir sobre a escolha da forma de governo. Defendendo a posição de Buenos Aires como berço da nação, o autor legitima a postura de Moreno que, contrariando-se à incorporação dos representantes das províncias à Junta, defendia que o processo devia ser levado à cabo tendo os portenhos como liderança:

*Los miembros de la primera Junta no marcharon acorde sobre este fin de la Revolución. Desde el principio nació un marcado antagonismo entre el presidente Saavedra y el secretario Moreno. Saavedra se creía arbitro de la situación, por cuanto era el militar de mayor prestigio; pero Moreno no concebía la Revolución de Mayo como un simple cambio de personas en el gobierno, sino como un trastorno fundamental en la sociedad. Creía que el sistema colonial representaba la opresión, el despotismo ejercido por el rey y sus representantes sobre los colonos; por eso quería que el nuevo sistema representase la libertad de éstos.*²²³

Vicente Fidel López também retrata Saavedra em contraposição à Moreno, indicando que o Presidente da Junta estaria interessado apenas em ampliar seu poder pessoal e que pensava a Revolução somente como uma mudança de autoridades, ao passo que Moreno queria uma Revolução constitucional e social.²²⁴ O autor complementa a idéia afirmando que a incorporação dos deputados das províncias à Junta estabelecida por homens de Buenos Aires significaria um entrave na marcha da Revolução, preferindo, pois, os provincianos

*echarse en un sendero tortuoso, mantener una forma de gobierno anómala, arbitraria, y anarquizar las pasiones sin tomar en cuenta con patriotismo la difícil situación y las sagradas responsabilidades que a todos les imponía la necesidad de acabar con el régimen colonial.*²²⁵

Da mesma maneira, José Manuel Estrada toma partido de Buenos Aires e critica a entrada dos provincianos na Junta:

*Los diputados de las provincias, no conformes con esperar la reunión del congreso, para el cuál habían sido electos, quisieron tomar parte directa en el poder ejecutivo y entraron a la junta por asalto. Moreno resistió a esta monstruosidad política, que iba a hacer del país en revolución y en guerra, una unidad semi-aristocrática regida por una asamblea omnipotente en la cual se refundían todas las ramas del gobierno, y cuyas funciones como ejecutivo no podían ser menos entorpecidas por la multitud de personas destinadas a ejercerlas. Conservadores y provincianos triunfaron.*²²⁶

Ricardo Levene, afirmando ter pesquisado uma importante documentação – as propostas que os deputados fariam no Congresso sobre as formas de governo – afirma que ela “no permite llegar a la conclusión de que los representantes traían votos imperativos sobre la forma de gobierno a adoptarse, ni en general sobre materia constitucional alguna, si bien eran enviados para formar parte de un Congreso”.²²⁷

Um episódio pitoresco envolvendo Mariano Moreno e Saavedra é tema de todos os manuais e mostra como os autores

encaravam com importância o “duelo” entre os dois personagens. Trata-se de um banquete realizado em Buenos Aires em dezembro de 1810, em que encontrava-se reunida a maior parte dos representantes das vilas e cidades do Vice-Reinado que estavam fora do poder dos espanhóis. Nesse banquete um militar oferece um brinde à Saavedra, dizendo “que la América esperaba con impaciencia que Saavedra tomase el cetro y la corona”.²²⁸

Esse argumento é geralmente utilizado para associar o personagem de Saavedra à manutenção de uma ordem colonial que a Revolução, e a seu lado, Moreno, vinham derrubar. Não raro a imagem de Saavedra é associada com os anseios das províncias e do espírito localista por ter levado a cabo a proposta de incorporação à Junta de Maio dos representantes provinciais.

A idéia de que o herói nacional devia encarnar o ideal portenho verifica-se também nas críticas de Vicente Fidel López a San Martín, por não ter o General tomado partido de Buenos Aires na luta travada com as províncias do litoral à época da Batalha de Cepeda, em 1820, cujo resultado foi o estabelecimento das autonomias provinciais, preferindo perseguir seu ideal de estender a Revolução à América do Sul:

*Había resuelto ocupar a Lima, consumir allí la revolución y la Independencia de la América, y nada le importaba que las hordas litorales, y aun el mismo Artigas, entrasen después a Buenos Aires y atasen los ‘manidores’ de sus redomanes en las verjas de la Pirámide de Mayo.*²²⁹

Mesmo preservando as qualidades do herói como chefe revolucionário, López ataca San Martín condenando-o de traição à terra natal e sugerindo que sem os recursos de Buenos Aires San Martín não teria tido como sustentar sua esquadra e seu exército para levar a Revolução ao Peru:

Si alguna vez lo tuve, San Martín perdió el amor del suelo argentino, luego que consolidó su fortuna y su gloria en el Chile. Dueño allí de su situación política y militar, substraído a la obediencia del gobierno de Buenos Aires el ejército con que había vencido, recogida en su mano la provincia de Cuyo, donde

*no regían más voz, más hombres, más intereses que los suyos, San Martín había reconcentrado todos los estímulos de su espíritu a expedicionar sobre el Perú y ocupar a Lima. Bajo la obsesión de este anhelo, la patria nativa había dejado de ser, para él, punto de la tierra en que había nacido, y se había convertido en una forma ideal de la América del Sur, independiente y libre por su brazo y por su genio. Pero, ¿de dónde sacar los ingentes recursos que necesita para dominar con una escuadra poderosa el mar Pacífico, y marchar con seis mil veteranos a disputarle a España la más preciosa joya de su corona solar? De Buenos Aires...*²³⁰

Além do papel dos heróis nacionais, os autores também descrevem a atuação de “personagens anônimos” que tomaram parte no movimento independentista. A participação popular geralmente é lembrada no episódio da tomada da Praça da Vitória em 25 de Maio de 1810, quando o povo exibiu laços de fitas brancas e azuis, distintivo utilizado pelos *criollos* durante as invasões inglesas, e que viria definir as cores da bandeira argentina criada por Manuel Belgrano. Homens e mulheres anônimos passam a ser então personagens da Revolução:

*Los hombres empuñaron las armas, las mujeres dejaron desiertos los hogares, y todos, movidos de patriótica indignación, hostilizaron al enemigo sin ceder, ni por un momento, a las angustias de la miseria, ni al terror de los españoles.*²³¹

O destaque, nos manuais, aos setores populares e à sua participação na Revolução de Maio, tinha como objetivo mostrar que se tratava de uma revolução verdadeiramente nacional e aceita com unanimidade por todas as camadas da sociedade. Entretanto, é importante destacar que, embora seja conferido esse espaço aos setores populares dentro dos manuais, a Revolução é, por outro lado, interpretada pelos autores como um movimento idealizado por mentes ilustradas, isto é, os heróis que constituíam a “parte sã e inteligente” da sociedade. Essa concepção sugere que caberia ao povo somente a

execução do movimento, estando, entretanto a sua idealização e direção resguardada aos heróis da Independência.

Dessa maneira, os autores descrevem os locais em que a fração pensante da sociedade, isto é, portenhos e liberais, encontravam-se para idealizar a Revolução pelo povo e pela pátria. Trabalhavam em lugares definidos que deviam ser lembrados como berço do movimento independentista, como

*la jabonería de Viyetes [Hipólito], situada en lugar apartado, al sur de la ciudad, y la casa de Nicolás Rodríguez Peña, a espaldas de la iglesia de San Miguel, [que] son la cuna, por decirlo así, de la revolución, porque fué allí el lugar de reunión de los patriotas donde trataron de los derechos del pueblo y de la suerte de la patria, por cuya independencia se preparaban a luchar y morir.*²³²

Também “la Quinta de Orma merece también que se recuerde. Porque en ella celebraban los patriotas sus conferencias cuando salían de la ciudad.”²³³

Esses locais que “merecem ser lembrados” são aqueles em que os portenhos ilustrados elaboravam pelo povo os destinos da nação.

Dentre os autores, é Estrada quem mais claramente expressa esta concepção de diferenciação entre a elite portenha, por um lado, composta pelos ideólogos da Revolução, e o povo, por outro, que devia se submeter à tutela dos ilustrados. Para o autor, as camadas populares tinham um papel efetivo no plano da “ação revolucionária”, entretanto precisavam ser direcionadas, pois “...las masas no estaban penetradas de los secretos revolucionarios. Escuchaban la doctrina”.²³⁴ Ao fazer um resumo da sociedade argentina às vésperas da Revolução de Maio, Estrada afirma a importância de se ater somente no elemento urbano e, sobretudo, no da cidade de Buenos Aires, ao invés de descrever as condições do elemento rural. O gaúcho, para Estrada, encontrava-se em estado de barbárie e apresentava-se destituído “de todo medio de acción revolucionária”. Representavam um “pueblo [que] ni entendía la noción de la democracia, ni soñaba con la independencia, ni era capaz de acariciar las quimeras de los patriotas ilustrados”.²³⁵

Da mesma maneira, para Clemente Fregeiro, o “elemento

popular” necessitava da tutela dos homens ilustrados, pois encontrava-se vulnerável à “buena o mala dirección que le se imprimiese”.²³⁶

Pode-se afirmar que os autores dos manuais aqui analisados destacaram o papel de Buenos Aires, ligando a ação revolucionária à sede do poder político da antiga capital do Vice-Reinado do Rio da Prata, tendo em vista mostrar o direito de hegemonia portenha sobre o restante do território. Ao anunciar o papel de Buenos Aires na Revolução, José Manuel Estrada afirma:

*Detengámonos en las ciudades y escojamos entre ellas la que... ha representado el más alto papel de nuestra historia. Hablo de Buenos Aires (...) Buenos Aires... fué la scena de los primeros encuentros del espíritu revolucionario, que disputaba la reforma social a los aferrados mandatarios de la madre patria. Desenvolviéndose en fuerzas y en ideas, fue el magnífico Buenos Aires de los patricios: transportó, como una bóveda sonora, los ecos de la libertad que cruzaban mundo buscando razas en que encarnarse, y reconcentró en su robusto seno la iniciativa y la soberanía de los pueblos emancipados. Fué la vasta arena y el templo en que los atletas de la fuerza social y los doctores del destino lucharon con la razón y con la espada, extendiendo la guerra y los dolores a favor del estrépido por el ámbito convulsionado de la patria común.*²³⁷

Esse grande destaque dado pelos autores dos manuais a Buenos Aires na Revolução de independência revelava a defesa de uma hegemonia portenha na História Argentina. Encabeçada por Buenos Aires, a Revolução se fazia para toda a “nação”. E o que viria a ser a nação, em termos territoriais, no contexto da Revolução? Clemente Fregeiro enfatiza que os portenhos que encabeçaram a Revolução tinham a intenção deliberada de manter os limites territoriais do Vice-Reinado do Rio da Prata. Para o autor:

la revolución argentina tuvo su cuna, pues, en la ciudad de Buenos Aires, capital del Virreinato de su nombre; y fué propósito claro y definido de sus más grandes hombres, crear una nación dándole por asiento el territorio de ese mismo

*Virreinato, y por fundamento de su existencia el derecho de los habitantes de sus ciudades y villas para formar una nueva asociación política.*²³⁸

Entretanto, para legitimarem a hegemonia portenha da nação, fazem um retrato extemamente negativo das outras porções do território. É nesse sentido que José Manuel Estrada descreve o estado em que se encontrava o território do Vice-Reinado do Rio da Prata, afirmando que Buenos Aires “convidava” essas porções a aceitarem a Revolução:

*Montevideo, ciudad rival de Buenos Aires; el Paraguay, caracterizado por robustas tendencias localistas; las provincias del interior, que se arrastraban en una civilización rudimentaria; el Alto Perú, recién reprimido y subyugado por los mandones españoles en días aciagos de exterminio: tales eran los pueblos que la capital invitaba a reconocer el hecho de la emancipación...*²³⁹

Para esse autor, Buenos Aires “arrastra la República por los caminos recorridos, y sin darse reposo, anuncia a sus hermanos que hay, más allá de sus horizontes, fuerzas y luces que identificarse.”²⁴⁰ Da mesma maneira, Vicente Fidel López assinala, ao analisar o processo de separação do Uruguai, que esses povos não queriam “prestar obediência” ao governo de Buenos Aires.²⁴¹

Os autores defendem, portanto, a postura de que foi um propósito claro dos patriotas portenhos configurar a nação argentina a partir dos limites do território do Vice-Reinado do Rio da Prata, sem, entretanto, negar a hegemonia portenha. Os manuais associavam a Revolução de Maio a Buenos Aires colocando sob signo dessa cidade todo um território e projetos ideológicos que não necessariamente estavam em conformidade com as prerrogativas portenhas de centralizar o poder. Nesse sentido, Nicolás Shumway adverte sobre a necessidade de se

usar con certa precaución el término [Maio], puesto que agrupar a todas las figuras y corrientes ideológicas de la

*Revolución bajo una sólo palabra sugiere un consenso ideológico que nunca existió. Además, aunque muchos provincianos simpatizaban con la Revolución de Mayo (una vez que se enteraron de su existencia), Mayo fue primordialmente un fenómeno de Buenos Aires, en el que los porteños iniciaran una larga tradición de confundir a Buenos Aires con todo el país.*²⁴²

Cabê ainda afirmar que alguns autores também estabelecem a visão de que a “revolução argentina” foi protagonista para além dos territórios do Vice-Reinado do Rio da Prata, interagindo com seus soldados e heróis nas lutas pela Independência de outros países americanos, como o Chile e o Peru. Assim, além do protagonismo portenho na Revolução de Maio, e das pretensões unitárias de exercer a hegemonia sobre o território rioplatense, destacava-se ainda que outros países que vieram a emancipar-se da dominação espanhola deveram sua liberdade à “Revolução argentina”. Tratava-se da “ação externa da Revolução”, em que os autores destacavam o papel de San Martín como um herói argentino.

*Se llama acción externa de la revolución argentina, los sucesos producidos fuera del territorio del virreinato de Buenos Aires, en el periodo de la independencia, mediante el influjo directo o indireto de aquélla. La acción externa de la revolución argentina, es emancipadora. Al mismo tiempo que cimenta la independencia de las provincias argentinas, la lleva a los países vecinos, sin exigir de éstos sino su decidido concurso para afianzar la obra común. La reconquista de Chile pone de manifiesto esa acción. La expedición libertadora del Perú es obra común de argentinos y chilenos. Ambos hechos son producto de la acción externa de la revolución argentina.*²⁴³

Da mesma maneira, Estrada também afirmava que as cores azul celeste e branca eram “colores gloriosos destinados a atravesar triunfantes como símbolo del derecho y del honor del pueblo argentino, los campos, las aguas y las enormes montañas de Sud America”.²⁴⁴

Os autores constroem, portanto, a idéia de que a Revolução “argentina” – mas antes de tudo “portenha” –, se fez também em nome do Rio da Prata e da América do Sul. Somente nesse sentido é possível compreender porque Clemente Fregeiro, ao apontar as Invasões Inglesas como prenúncios da Revolução, afirmava que desde aquela época os “criollos de Buenos Aires” celebravam a vitória “argentina”, isto é, dos “hijos del Río de la Plata”.²⁴⁵

Nos manuais de História Nacional os autores deram à Revolução de Maio de 1810 um sentido de ruptura definitiva com o passado colonial, interpretando esse dia como marco na abertura de uma nova etapa da vida nacional. Para isso, procuravam definir os símbolos sobre os quais essa nova nação deveria ser erigida, criando heróis que traziam valores identificados com a pátria que deveriam ser adquiridos por todos os cidadãos da República. Assim, os heróis são retratados como homens eminentes, ilustrados, abastados e portadores de um alto senso moral. Antes de mais nada, são heróis que defendem a causa de Buenos Aires.

Além disso, nos manuais, os heróis que representavam a pátria empunhavam uma bandeira “nacional” que, partindo de Buenos Aires, deveria flamejar em todas as províncias do país, incluindo os territórios do Vice-Reinado do Rio da Prata que acabaram por alcançar sua independência. Interpretam, assim, a Revolução como um movimento nacional, que deveria incorporar o todo o território do Vice-Reinado do Rio da Prata, sem a perda da hegemonia portenha. Além disso, a Revolução “argentina” também cumpria uma tarefa externa, levando a Independência a outros países que se encontravam sob dominação da Coroa espanhola.

CAPÍTULO 5

MODELOS DE NAÇÃO

Pretendemos, neste capítulo, apresentar a forma como foram elaboradas, nos manuais de História Argentina, as interpretações sobre os conflitos entre a tendência política unitária, que advogava o controle de todo o território com base na centralização do poder por Buenos Aires, e a federalista, que reivindicava o estabelecimento de um regime que conferisse ampla margem de autonomia às províncias. Trata-se, portanto, de compreender como os autores dos manuais se posicionaram diante dessas disputas que se desenvolveram ao longo do século XIX e que constituíram um importante aspecto no processo de constituição do Estado nacional.

Pode-se pontuar como origem mais remota dos embates entre as duas tendências o contexto da instituição do Vice-Reinado do Rio da Prata em finais do século XVIII, que transformou Buenos Aires em sede do poder político e econômico da região do Rio da Prata. Com a instituição do Vice-Reinado, Buenos Aires adquiriu o direito de cobrar impostos dentro das fronteiras do território, o que representou o nascimento da desconfiança das províncias com relação à cidade-porto, alimentando também posteriores discórdias que levariam a um estado de permanentes guerras civis. Tendo arregimentado todo esse poder, após a instalação do Vice-Reinado, os portenhos passaram a defender a legitimidade do direito de exercer o comando sobre todo o restante do território.

Após a Revolução, a elite portenha, projetando um governo forte e centralizado a partir de Buenos Aires, indispôs-se contra os líderes políticos ou “caudilhos” que, apoiados pelos gaúchos, representavam os interesses das províncias. Compondo a tendência unitária, os membros da elite de Buenos Aires passaram a criticar os caudilhos, identificados com o federalismo. A intelectualidade portenha chamada Geração de 1837, ligada ideologicamente aos unitários, retratou em suas obras os caudilhos federalistas e os gaúchos, destacando-os como a antítese do ideal ilustrado e como a encarnação da barbárie presente no universo rural. Herdeiros dessa tradição intelectual da primeira metade do século XIX,

os autores dos manuais aqui analisados também retrataram esses setores criando sobre eles uma visão negativa e inserindo-os em dicotomias tais como interior *versus* Buenos Aires, campo *versus* cidade, atraso *versus* progresso, barbárie *versus* civilização, já anteriormente estabelecidas pela geração de intelectuais precedente. Assim, os livros didáticos de História Argentina cumpriram um papel de reafirmar, divulgar e consolidar a ideologia liberal, da qual faziam parte questões como a crítica aos representantes do federalismo, a depreciação do universo rural e uma visão de superioridade da cultura européia, do mundo letrado e do universo urbano.

Dessa maneira, os gaúchos, em geral associados ao ideal federalista por constituírem a base de apoio dos caudilhos das províncias, foram personagens retratados nos manuais de História Nacional de maneira depreciativa. Faziam parte, segundo os autores, da paisagem rural, totalmente integrados a uma natureza bravia e bárbara, não domesticada pela civilização. Contrapunha-se, dessa maneira, a ferocidade dos instintos à ponderada medida da razão, da ilustração e do progresso. O gaúcho, associado ao universo rural e ao atraso da vida colonial, era considerado como

*el conquistador desterrado en la pampa por la barbarie de las viejas leyes. Estudiad su language y sus costumbres. Habla con el vocabulario del siglo XVIII. Sus modismos eran corrientes en las generaciones de la conquista...*²⁴⁶

Seria necessário, para os autores, dentro dos princípios das idéias liberais expressas nos manuais, tirar o camponês da barbárie colocando-o em contato com uma sociedade civilizada, pois, do contrário, o homem “se desnatura o anula, el hombre se reconcentra, se agría, se torna suspicaz, rencoroso e indômito...”²⁴⁷ Era premente resolver o problema da barbárie no campo buscando “agrupar al campesino, dulcificar su carácter con los hábitos de la vida urbana, y rehabilitarlo ante sus propios ojos: poblar, por fin, para conservar, y en una palabra, refundir la sociedad e emancipar al individuo.”²⁴⁸ O gaúcho, elemento saído da colônia, teria continuado o mesmo depois da Revolução e durante o período da organização nacional, representando, em síntese, uma vergonha nacional:

*¿Por qué insistir en su retrato? Barbarizado por la vagancia y desmoralizado por la barbarie, de ánimo agrio y suspicaz por el aislamiento, enemigo de la sociedad porque ésta jamás se pone en contacto con él sino en su daño, noble por su sangre, poeta por instinto, por la contemplación de lo inmenso y la impregnación de la inquieta tristeza que filtra en su corazón nunca satisfecho y expansivo, fuerte como un atleta y bravo como un héroe antiguo por su vida de lucha contra el destino de la naturaleza; tal era el gaucho de la colonia y de la revolución, y lo es hoy día el gaucho republicano para nuestra desgracia y nuestra vergüenza.*²⁴⁹

Portadores de uma “natureza indômita”, os ocupantes do campo na Banda Oriental e nas províncias do Litoral não teriam chegado a atingir o estágio da “vida sedentária”, compondo “hordas incultas de gauchos difíciles de poner en armonía con el nuevo orden social, después de haber sacado del antiguo”.²⁵⁰

Ricardo Levene e Clemente Fregeiro não são tão agressivos quanto Estrada e López na caracterização dos gaúchos, e lembram como atos heróicos suas contribuições durante as lutas pela independência, quando teriam participado da reação contra os espanhóis. Entretanto, não chegam a romper com o viés de interpretação liberal da História argentina, que associava tais personagens ao universo rural, à barbárie e ao atraso.

Os caudilhos federalistas também foram personagens sobre os quais os autores de manuais de História Nacional criaram uma imagem extremamente negativa, estando presentes nas descrições os mesmos estereótipos criados nos retratos dos gaúchos. Assim, os caudilhos do Litoral argentino eram homens encerrados na “clausura de los ríos”, e que viviam aliados para sempre de “prosperidad y el movimiento”.²⁵¹ Não eram portadores de um espírito renovador, mostrando-se defensores da conservação de hábitos antigos e movidos por “una pasión de localismo involucrada en las preocupaciones y las idolatrias coloniales...”²⁵²

Dentre os autores aqui analisados é Vicente Fidel López quem mantém mais fortemente a visão depreciativa do caudilho federalista, representando-o como portador de um localismo desagregador da união

nacional. Jose Gervasio Artigas, líder político da Banda Oriental, foi, dentre todos os caudilhos mencionados pelo autor, o mais atacado. O personagem é descrito como aquele que teria perambulado pela “selvática y solitaria campaña” em companhia de “malas gentes y de vagos” até tornar-se o “jefe supremo de las soledades donde tenía su reino”.²⁵³ O autor ainda enumera outros qualificativos a Artigas: era portador de “una ira despechada, de una alma demente, obcecada y de una ferocidad personal (...) Contrabandista, montaraz, bandido fuera de la ley común de las gentes, ‘out law’”.²⁵⁴ Sobre os outros caudilhos federalistas, López os caracteriza como bandoleiros e tribais:

*Los caudillejos provinciales que surgieron como la espuma que fermentaba de la inmundicia artiguista, eran simplemente jefes de bandoleros que segregaban los territorios donde imperaban, a la manera de tribus, para dominar y mandar a su antojo, sin formas, sin articulaciones intermedias, sin dar cuenta a nadie de sus actos, y constituidos en dueños de vidas y haciendas. La federación de Artigas ni era federación, sino un alarido brutal de “desmembración” política: “agrupación” de bárbaros y sin régimen electivo, administrativo y propio en gobiernos locales.*²⁵⁵

Defendendo o centralismo político, López critica Artigas por este defender um federalismo de “um contra todos”, quando o verdadeiro federalismo deveria ser de “todos em um”.²⁵⁶ Outra alegação usada pelo autor contra os federalistas é a de que eles estariam quebrando a “tradição revolucionária de Maio”, que é, segundo López, a tradição unitária. Pregando contra a tradição unitária e buscando formar províncias autônomas, os federalistas se constituíam no antimodelo de nação.²⁵⁷

Outro episódio em que o papel dos caudilhos é tido como fundamental é o rechaço à Constituição unitária promulgada em 1819 por Martín de Pueyrredón. Essa Constituição, ao permitir que Buenos Aires nomeasse governadores de províncias, outorgava amplos poderes aos portenhos. Além disso, deixava uma margem aberta para um possível estabelecimento de uma monarquia constitucional. Assim, a carta constitucional de 1819 sancionava o centralismo e tinha em vistas

instaurar um sistema monárquico com o objetivo de barrar as forças federalistas, lideradas, nesse momento, sobretudo pelos caudilhos Estanislao López, da província de Santa Fé e Francisco Ramírez, de Corrientes:

*Desde 1816, los caudillos provinciales fueron cada vez más hostiles a los nuevos métodos de Pueyrredón para disciplinar el litoral. En vez de la dominación política directa, Pueyrredón trató de imponer sanciones económicas... Una nueva crisis estaló en 1819 cuando Pueyrredón aprobó una Constitución estrechamente unitaria que autorizaba a Buenos Aires a seguir nombrando funcionarios locales, entre ellos gobernadores provinciales. Intencional y provocadoramente, el documento también dejaba abierta la posibilidad de establecer una monarquía. Para imponer la Constitución, Pueyrredón cometió el error fundamental de enviar un ejército a Santa Fe. López rechazó la invasión, como había hecho en 1816, ante el cual Pueyrredón renunció como director. Luego López y Ramírez unieron sus fuerzas para llevar un ataque contra Buenos Aires.*²⁵⁸

O ponto culminante das disputas se deu com a marcha contra Buenos Aires, concretizada na Batalha de Cepeda, ocorrida em fevereiro de 1820. A vitória da batalha foi obtida pelos caudilhos e resultou no fim da centralização do poder por Buenos Aires, na segregação do território e na fragmentação do poder, levando várias províncias a decretarem estatutos independentes. Este período, que se estendeu de 1820 a 1829, é designado nos manuais como período da “anarquia” e foi interrompido quando Juan Manuel de Rosas chegou ao poder como governador da província de Buenos Aires, concentrando logo em suas mãos o poder de todas as províncias.

Seguindo a tradição intelectual liberal, Vicente Fidel López narra os episódios da Batalha de Cepeda descrevendo as populações que acompanhavam os caudilhos federalistas na luta contra Buenos Aires como se fossem verdadeiros animais.

*Se esperaba por momentos [na cidade de Buenos Aires] un saqueo a manos de cinco mil bárbaros desnudos, hambrientos y excitados por las pasiones bestiales que en estos casos empujan los instintos de destructores de fiera humana, que como multitud inorgánica es la más insaciable de las fieras conocidas.*²⁵⁹

Ao mesmo tempo que se coloca contra os caudilhos, o autor eleva as figuras de Martín Rodríguez e Bernardino Rivadavia, governantes unitários de Buenos Aires durante a década de 1820. Para López, as pretensões de Buenos Aires sobre as demais províncias se justificavam pela própria história da cidade e por seu papel como sede do Vice-Reinado do Rio da Prata. Também tentava legitimar o localismo de Buenos Aires afirmando que este era um “localismo nacional”, ao passo que o localismo das demais províncias era “anti-nacional”.²⁶⁰

Os anos de 1820 são ainda representados com base na metáfora do vendaval, onde o autor faz prevalecer novamente a associação entre o universo rural e as forças indômitas da natureza. Mostra que as províncias argentinas eram como destroços de uma embarcação em meio a um naufrágio, sendo Buenos Aires a liderança, o único eixo estável dessa catástrofe. O autor acaba por construir uma verdadeira parábola para explicar esses anos, comparando a Argentina a uma família desagregada. Para López, a frágil união mantida entre as províncias devia-se unicamente aos interesses destas em se apropriarem das benesses materiais de Buenos Aires. Na passagem a seguir fica claramente evidenciada a leitura unitária de López sobre os episódios ocorridos nos anos de 1820 na Argentina, que levaram ao processo de desagregação das várias unidades provinciais:

Para exponer el estado del país después de 1820, voy a valerme de una forma llana de la vida doméstica. Los argentinos habían sido y querían seguir siendo una familia. Pero los hermanos habían ruído: cada uno había agarrado su lote, y se había metido en el, resuelto a vivir como soberano, sin que los unos se metiesen con los otros. Cuando se avistaban y se encontraban, se saludaban y se hacían

amables cortesías; pero después cada uno cerraba su puerta: ¡Y cuidado! Con que los demás se metiesen a averiguar cómo vivía sus primos o sus sobrinos. En el fondo la cosa no le gustaba a Buenos Aires. Había sido tutor y administrador de la fortuna paterna, veía desmejorado y decaído el caudal común, desprestigiado su importancia y rebajado su rango. Pero como peor sería remover ofensas y odios, Buenos Aires había acabado por encontrar cómoda la situación entregándose por entero a la mejora de su lote provincial.

*Si por desgracia los lotes hubieran sido iguales, la diseminación de la familia y de su caudal se hubiera consumado para siempre. Pero por fortuna los lotes eran desiguales. En el conjunto no había más que un sol: los demás eran planetas y la unión era forzosa. Un lote era el único por el momento. De los demás, unos eran regulares y otros pobrisimos. Los pobres exigían que el hermano rico les diese la substancia de su cuerpo. ¿Con que derecho? Éste le preguntaba. Porque somos hermanos. Pero es que tenemos casas distintas, si ustedes son soberanos en las suyas, yo soy soberano en la mía. Así será, pero el reparto es injusto. Soy el primero en reconocerlo y en lamentarlo, porque no sólo estamos desunidos, sino sin representación y sin decoro deiante de los extraños. Volvamos, pues, a hacer ‘vida común’, caudal común; pero para eso es indispensable que nos demos un gobierno común: ¿En cuál lote, en cuál casa? ¡Aquí, en la mía, que es la más grande y la puerta más ancha...! Al llegar a este punto escollaban. Todos querían fragmentos de la fortuna paterna, pero nadie quería que se administrase en común. He ahí la situación de Buenos Aires con respecto al localismo y al caudillaje de las demás provincias.*²⁶¹

Como já foi mencionado, os autores formularam, por meio dos manuais, uma visão crítica e depreciativa dos gaúchos e caudilhos, associados ao federalismo. Essa visão ligava-se a uma tradição da intelectualidade unitária elaborada a partir da primeira metade do século XIX. Entretanto, em alguns capítulos dos manuais, os autores

introduziram elementos novos na leitura sobre o federalismo, apresentando uma perspectiva também favorável à tendência. Tal leitura se restringe a algumas passagens dos manuais, sobretudo àquelas que se referem às discussões acerca das formas de governo que se constituíram enquanto opções políticas para o Rio da Prata após a Revolução de Maio de 1810, isto é, a Monarquia ou a República. Além disso, tem um objetivo nítido de legitimar o pacto federal selado com a Constituição de 1853.

Na interpretação de José Manuel Estrada, como foi mencionado, o autor não abandonou a visão negativa dos caudilhos. Apesar de afirmar que não pretendia fazer julgamentos sobre eles, imediatamente na seqüência acabava se contradizendo:

Si me preguntáis qué pienso de los caudillos, os responderé que no pienso nada: me contento con aborrecerlos! (...) Lejos de mí, que no juzgo los medios por los fines, sino que a unos y a otros someto al criterio de la moral, la insensatez de alcanzar un solo cabo de justificación a esos hombres brutales, que con alma ciega y corazón de Atila han llevado el exterminio donde quiera que hayan puesto el pie.²⁶²

Entretanto, esses “homens brutais” acabaram sendo “justificados” por Estrada quando o autor, contrapondo-os a outra alternativa existente, projetada pelos próceres unitários que buscavam implementar a monarquia no Prata, “confessa” que a única saída era aceitar o fato de que a Revolução devia seguir o seu “caminho bárbaro”, visto que a presença dos caudilhos era efetiva – o que mostrava exatamente o que era a realidade argentina após a independência –, sendo, pois, a guerra civil, irremediável:

El predominio de los teorizadores habría traído el centralismo, combinación tan quimérica como ruinoso. El de los montoneros habría traído una democracia brutal, sin norte, sin fuerzas reguladoras, que prostituyera su símbolo y entronizara la barbarie. Su alianza era imposible, sin el sometimiento de la una, porque hallábanse en el delirio de la

guerra y en la informe vivacidad de las pasiones. Luego, para normalizar la democracia y para desengañar de sus quiméricas ilusiones a los ilustres prohombres, que deslumbrados por la libertad monárquica de Inglaterra pretendían aplicarla, sustituyéndola otras veces por el centralismo de la montaña era necesario que la revolución siguiera su camino, bárbaro porque así lo eran las campañas, verdadera expresión de los pueblos al salir de las manos de España. La guerra civil era un fenómeno fatal... Terrible confesión, que encierra un anatema sobre la madre patria que le dió margen...²⁶³

Vicente Fidel López, ainda que marcando uma visão expressamente unitária e portenha da história, defende a idéia de que, de fato, a República foi salva pelas camadas populares. López mantém o tom agressivo e pejorativo ao descrever esse setor da população, mas admite que eles tenham se constituído os verdadeiros portadores do espírito democrático e da República para fazer frente aos muitos monarquistas de Buenos Aires:

No faltaban, como se ve, quienes preconizaran la idea monárquica... Pero al mismo tiempo las masas, los cívicos, y los corifeos populares, la gente aquella que no piensa..., pero que presente era toda demócrata. Arrancarles la República era arrancarles el alma... para ellos la República se llamava “patria”, y no comprendían que pudiera haber patrias con reyes y monarcas.²⁶⁴

Nos manuais de Clemente Fregeiro e de Ricardo Levene os gaúchos, caudilhos e camadas populares em geral começam a receber um tratamento menos negativo, e chegam, em alguns momentos, a ser até representados como salvadores da pátria, uma vez que teriam sido os responsáveis pelo repúdio aos projetos monárquicos formulados entre 1814 e 1816. Tratando desse tema, Fregeiro faz uma crítica aos “grandes homens” da Revolução, chegando a atribuir a salvação da democracia aos caudilhos e gaúchos. Diz o autor:

En medio de la anarquía en que se encontraba el país, muchos diputados seducidos por la candorosa buena fe de Belgrano y alentados por la activa y decidida protección que prestava al proyecto el general San Martín, acordaron coronar un Rey, como el único medio de afianzar la paz y establecer el orden político y administrativo. Unos querían buscar un príncipe extranjero que coronar en Buenos Aires, y otros se afanaban por allanar en el Perú un indio descendiente de los Incas para hacerle Rey de la nueva monarquía.

¿Como se salvaba la democracia en el Plata, cuando semejantes ideas dominaban en el Congreso de 1816, y eran defendidas por los prohombres de la revolución? Este es uno de los problemas más curiosos de nuestra historia política, y su resolución es tan clara y simple como la luz del día. El caudillaje no fué una enfermedad, ni un vicio de nuestra organización social; era una condición esencial del estado de civilización argentina. Por eso un escritor distinguido ha dicho en un momento feliz: el gaucho caballeresco y aventurero salvó la democracia con Artigas.²⁶⁵

Os levantes autonomistas da década de 1820 também teriam garantindo que a nação se erigisse sobre as bases do sistema republicano, ao invés da monarquia. Essa época é considerada como uma etapa dentro do próprio processo evolutivo da Revolução. Os unitários, ao defenderem as idéias monárquicas, incorriam “num erro anti-revolucionário”, e os caudilhos, ao contrário, “salvavam o destino republicano da nação”:

Este elemento popular, de que habla el historiador Mitre, lo hemos de ver más tarde tomando participación activa en todas las evoluciones de la revolución, y muy especialmente en las provincias del litoral. Elemento impuro pero sano y vigoroso, su acción dependía solo de la buena o mala dirección que le se imprimiese. Al combatirlo, desconociendolo a pesar de sentir su peso en la sociedad colonial, los grandes hombres de la revolución incurrieron en funestos desaciertos. Las ideas de monarquía que abrigaron

San Martín, Belgrano, Rivadavia y otros muchos patriotas distinguidos, provenían de ese menosprecio hacia las multitudes y sus caudillos, de esa intemperancia de opiniones que rechazaba su influencia del gobierno, cuando eran el elemento nacional y constituían la inmensa mayoría del país, el país mismo en una palabra.²⁶⁶

Como já foi apontado acima, os anos de 1820 são interpretados por Clemente Fregeiro como uma fase na evolução da Revolução. Ao contrário da visão unitária defendida por Vicente Fidel López sobre o chamado “período da anarquia”, Clemente Fregeiro analisa esse momento como o da verdadeira realização dos projetos traçados em Maio de 1810 e inviabilizados, naquele momento, por força da presença espanhola na América. Para o autor, em 1820, estando assegurado o primeiro fim da Revolução – a emancipação –, o povo ficava livre para constituir um governo próprio e optar pela via unitária ou federalista:

Se dice generalmente que el año de 1820 es el año fatal de la república, aquél en que los poderes nacionales son destruidos y la sociedad se convierte en un caos. Nosotros creemos que en 1820 lo que se realizó fue la destrucción del régimen colonial, y el triunfo de los principios políticos proclamados por la Junta de Mayo, es decir, el derecho igual de todos los pueblos del ex-irreinato de Buenos Aires para constituirse libremente en nación y darse un gobierno propio. 1820 es año de crisis, pero no de caos. El caos es la desorganización, y lo que sucede en 1820 es todo lo contrario: en este año se constituyen las autonomías provinciales por el voto de los municipios de los principales centros urbanos, que a la sazón estaban libres de la ocupación militar de los españoles.²⁶⁷

Para Ricardo Levene, a reivindicação das autonomias regionais pelos caudilhos, concretizada na Batalha de Cepeda, significa “el triunfo del sentimiento y del instinto democrático de las masas, sobre la fórmula monárquica de gobierno propuesta por el núcleo dirigente del país.”²⁶⁸ O

autor recorre ao passado colonial, buscando nas “manifestações inorgânicas da democracia turbulenta” as origens dos caudilhos federalistas. Nascido na colônia, o federalismo se destacava em 1810, avançando violentamente em 1820. Nesse ano, com a Batalha de Cepeda, se daria o triunfo definitivo do sentimento das “massas” sobre as pretensões de implementação de uma monarquia. Esse era o itinerário do federalismo na leitura apresentada por Ricardo Levene em seu manual. Os projetos de implantação de uma monarquia cumpriam apenas um papel diplomático, tendo as causas “externas” e “internas” influído na decisão. As causas externas se relacionavam com a volta ao trono do rei da Espanha, ao passo que internamente a instabilidade dos governos fazia com que se optasse por uma saída mais conservadora. Apesar disso, para Levene, sempre preponderara no seio das “massas” um sentimento democrático. Assim, os homens que tentaram implementar a monarquia esqueceram “que la Revolución había sido proclamada contra los reyes, y que la única forma de salvarla era la democracia.”²⁶⁹

Levene afirma que o período que se estendeu de 1820 a 1830 representou a Idade Média argentina. A analogia deve-se à fragmentação do poder nas mãos dos caudilhos nesse período. Assim, “los caudillos, como los señores feudales, eran reyzelos en los territorios de su mando.”²⁷⁰ Longe de criticar essa característica, o autor busca inverter a noção corrente no período, de que a Idade Média representava um período de trevas, afirmando, ao contrário, que somente passando pela Idade Média pôde-se atingir a civilização moderna. Da mesma maneira, segundo a análise de Levene, foram a anarquia e o caos reinantes durante os anos 20 que garantiram a existência da democracia e do federalismo:

*La época en que dominaron los caudillos fué de caos y anarquía: pero como los señores feudales fueron la base de las nacionalidades europeas, los caudillos argentinos aseguraron el triunfo de la democracia y afirmaron el principio del federalismo.*²⁷¹

Tanto nos manuais de Clemente Fregeiro como no de Ricardo Levene, os anos de 1820 representam a concretização do projeto revolucionário instaurado em 1810; isto é, o verdadeiro encerramento

do antigo sistema político baseado no regime monárquico. Os responsáveis por essa batalha foram os federalistas que vetaram a Constituição unitária de 1819, Constituição que além de centralizar o poder em Buenos Aires, não excluía totalmente a possibilidade de instituição da monarquia. Na realidade, esses autores estão defendendo a idéia de uma nação republicana desde suas origens.

Por outro lado, os autores dos manuais queriam também legitimar o pacto federal firmado com a Constituição de 1853, após a queda da ditadura de Juan Manuel de Rosas. Segundo Fregeiro, a desordem e a dissolução propiciadas no contexto da Batalha de Cepeda, em 1820, eram apenas aparentes. Haveria, na verdade, segundo o autor, um vínculo moral entre todas as províncias que, mantendo vivo o sentimento nacional, desejavam a organização definitiva do país, levada a cabo finalmente em 1853. Dessa maneira, para o autor, sem Cepeda e sem a “anarquia”, não se teria chegado à forma consagrada em 1853. A Constituição Federal de 1853 é então, para Fregeiro:

*...una sanción tácita de las tendencias políticas del caudillaje, y de las exigencias imperiosas del propio estado de nuestra civilización. Las quimeras que soñaron nuestros grandes hombres, bien fuesen fruto del desaliento o del natural deseo de lo mejor; es decir las ideas de constituir monarquías con descendientes de los Incas del Perú o con príncipes traídos por encargo y mendigados en las casas reinantes en Europa, vinieron a constituir de ese modo las flaquezas de la gloriosa revolución de Mayo. Rivadavia mismo, desengañado enteramente de sus fantasías y con esa nobleza de ánimo que tanto realza su figura, confesó mas tarde el error en que había incurrido.*²⁷²

Estrada, aconselhado pela “ciência política de sua época”, também pregava por um governo descentralizado:

Lo que la ciencia política aconseja hoy día es eximir de la centralización oficial lo que en la administración es por su naturaleza de carácter local; distinguir, en una palabra, lo general de lo municipal, y otorgar a este orden de intereses la

*más amplia latitud.*²⁷³

Com exceção de Vicente Fidel López, os autores buscavam defender e legitimar a Constituição de 1853, Republicana e Federal. Esse autor, defensor extremado do unitarismo e do domínio portenho, chegava a aconselhar em seu manual que a Constituição unitária de 1819 deveria ser tomada como livro de ensino nas aulas de Instrução Cívica. Aceitava que o texto constitucional tinha um caráter conservador, mas fazia uma *mea culpa*, afirmando que esse conservadorismo se devia ao momento histórico em que fora produzido, uma vez que era necessário, naquele contexto, conter os “elementos anárquicos, bárbaros, violentos e indisciplinados que rugen en el seno de las masas inorgánicas...”²⁷⁴ Clemente Fregeiro, posicionando-se de maneira oposta e defendendo a Constituição de 1853, aponta, em polêmica travada com Vicente Fidel López, que a proposta de adoção do texto constitucional de 1819 nas escolas públicas significava uma verdadeira tentativa de inculcar nos jovens uma “doctrina anticonstitucional”.²⁷⁵

Com relação à implementação de uma monarquia no Prata, López sustenta que não houve convicção e seriedade no desenvolvimento desse projeto.

Si, pues, nuestros hombres políticos de 1817 no podían ser republicanos federales con semejantes elementos [“caudilhismo e bandoleirismo”], ni republicanos unitarios, sin verse forzados a mantener gobiernos de presión como en un “estado de sitio” permanente, ¿qué podían ser? ¿Monarquistas?! Otra ilusión! Algunos, no muchos aunque bastante distinguidos, adoptaron esa fórmula teórica como una derivación de su espíritu angustiado; y otros, muy pocos, como una solución posible, si la apoyaba un poder militar fuerte y una combinación europea. (...) Así fué que las veleidades monárquicas fueron en el Río de la Plata cavilaciones pueriles y pasatiempos del espíritu atribulado por las angustias del presente, antojos de tal cual hombre, “pero no hubo jamás (y esto es lo esencial) partido, logia, club o conjuraciones monárquicas en favor de ningún príncipe llamado o sostenido por facciones, fuerzas o movimientos de opinión internos”. Y fuera del señor Rivadavia y

*del general Belgrano, ningún otro comprometió su nombre en negociados de monarquía argentina.*²⁷⁶

A visão de López, entretanto, não era a predominante nos manuais. Percebemos que, muito embora os autores se filiem ao pensamento liberal e unitário, acabaram passando uma visão conciliadora das tendências. Tendo em vista afirmar o projeto republicano e o pacto federal, alguns autores abriram um certo espaço nos manuais para os federalistas – tendo aí, inclusive, uma certa complacência com os caudilhos e gaúchos, sempre tão atacados pela historiografia de tendência liberal.

Se o federalismo dos anos de 1820 foi um fenômeno encarado como favorável, o mesmo não ocorreu com a chamada “Federação” ou “Tiranía de Rosas”. Entrando nos anos da ditadura de Juan Manuel de Rosas, as críticas ao federalismo voltavam a se intensificar.

Juan Manuel de Rosas governou Buenos Aires com amplos poderes sobre toda a Argentina entre 1829 e 1832 e entre 1835 e 1852, cultivando a tradição católica e utilizando-se de uma política paternalista para angariar o respaldo das camadas populares. Segundo Nicolás Shumway, apesar de Rosas ter de fato conseguido angariar muito poder junto às camadas populares, não tinha preocupações verdadeiras com a população pobre, e as teorias de inclusão de alguns líderes federalistas, como Artigas, lhe causavam tanta repugnância quanto os projetos aristocráticos dos unitários.²⁷⁷

Rosas tornou-se líder dos federalistas e, com grande habilidade política, conseguiu manter os estancieiros das províncias submetidos ao seu poder e ao seu controle. Esse caráter do governo de Rosas leva, em geral, à afirmação de que o ditador chegou a ser tão ou mais centralizador do que os próprios unitários.²⁷⁸

A literatura de ficção, o periodismo, bem como a incipiente historiografia argentina do século XIX desferiram ataques à ditadura de Juan Manuel de Rosas, abordando seu governo de maneira extremamente crítica e marcando fortemente, com isso, sua filiação ideológica a uma minoria ilustrada que pregava os princípios da doutrina liberal. Nos manuais de História Argentina esta marca foi mantida, e seus autores alertavam quanto a alguns problemas para o estudo desse período. Um desses problemas era a proximidade no tempo da questão, que não

garantia aos autores a segurança desejada para a realização de uma análise do período construída com base em “sólidos critérios científicos”. Outro aspecto alertado era a passionalidade envolvida no tema. Essa última questão, entretanto, não foi exclusiva dos manuais de História Nacional, mas encontrava-se estendida a toda a sociedade que se dividia em dois blocos: um a favor e outro contra o tirano. Quanto a essa questão, adverte Diana Quatrocchi-Woisson: “...al redor de la personalidad de Rosas las polémicas fueron tan apasionadas que ninguno de los componentes de la sociedad argentina pudo evitar una toma de posición”.²⁷⁹

Uma das primeiras modificações na interpretação liberal acerca do período de Rosas surgiu em 1898 com a publicação do livro de Ernesto Quesada, *La época de Rosas*, no qual o autor considerava o personagem como um fruto de seu meio e de seu tempo. Com isso, propunha uma revisão da leitura extremamente marcada pela preocupação com a construção dos heróis da nação como forma de consolidar os mitos nacionais. De acordo como Eduardo Zimmermann, a obra de Ernesto Quesada significou, para a historiografia argentina, um ponto inicial na reinterpretação sobre o rosismo, visto que se opunha ao discurso tradicional. No entanto, se por um lado Quesada criticava a corrente tradicional e também a interpretação marcada pelo determinismo médico-psicológico que começava a despontar no período,²⁸⁰ por outro lado não deixava de cair também numa análise “determinista do momento histórico”, atribuindo sempre “àquela época histórica” todas as responsabilidades do período.²⁸¹ A reinterpretação da ditadura de Rosas evoluiria ao longo das três primeiras décadas do século XX ao denominado “revisonismo histórico”, levado a cabo pelos setores nacionalistas, que promoveram uma inversão total na leitura desse período. Os revisionistas elegeram o governo de Juan Manuel de Rosas como verdadeiro momento de nascimento da nação e os líderes federalistas como elementos mais expressivos da nacionalidade argentina.²⁸²

Como foi mencionado, os manuais de História apontavam alguns problemas quanto ao enfoque do período de Rosas. Tentando se prevenir do risco de uma análise sem bases científicas, José Manuel Estrada abre seu capítulo sobre o período de Rosas anunciando a pretensão de fazer um relato sumário e imparcial do tema:

*Esta noche nos ocuparemos de la tiranía de Rosas. Hay, a mi juicio, grandes dificultades para hacer su historia, pero las hay seguramente mayores para encerrarla en una lección, y si descendieramos a detalles íntimos, habría cierto peligro de convertir la ciencia en lucha de pasiones contemporáneas. Mi propósito, por consecuencia, se limita, después de presentar los puntos capitales de su cronología, a exponer lo que la tiranía importa en el drama de la revolución argentina.*²⁸³

A contemporaneidade do assunto poderia, também para Clemente Fregeiro, propiciar uma interpretação pouco amadurecida do tema. Assim, ao escrever um manual voltado para o ensino primário, anuncia que suas lições se estenderiam somente até 1828, data da morte de Manuel Dorrego, líder federalista que antecedeu a entrada de Rosas no governo de Buenos Aires. Dessa data até 1862 as lições se limitariam a um “resumo dos acontecimentos”:

*Intencionalmente no he querido estudiar acontecimientos de suyo tan delicados como son los que ocurrieron a partir de aquella fecha, creyendo, por otra parte, que la historia contemporánea no debe ponerse en conocimiento de la juventud, sino cuando ha adquirido cierta madurez de espíritu... Siendo este libro destinado a los niños, me ha parecido que lo único que podía hacerse era reseñar esos acontecimientos, sin abrir sobre ellos el más ligero juicio, y es lo que hago en el sumario histórico que, partiendo de 1828, termina en 1862.*²⁸⁴

Aludindo à contemporaneidade e à amplitude do tema, Levene elenca dois principais problemas para se estudar a época de Rosas: a ausência de documentação organizada e de uma crítica histórica e, além disso, a abrangência do período e o seu alcance, chegando a envolver as políticas interna e externa.²⁸⁵

Essas dificuldades não chegaram, entretanto, a constituir empecilhos para que os autores escrevessem sobre o período. A interpretação sobre Rosas nos manuais seguiu a tradição da interpretação liberal, na qual preponderaram as críticas e os ataques ao seu governo,

bem como as associações entre universo rural e bárbarie e universo urbano e civilização. Nascido em Buenos Aires e sendo, portanto, um herdeiro natural do mundo urbano e da civilização, Rosas teria voluntariamente abdicado desse legado para entregar-se aos hábitos da vida rural e tornar-se um verdadeiro caudilho. Foi, portanto, um "...desertor de la sociabilidad urbana, su cuna, a la sociabilidad gaucha y pastora, su elemento por hábito y por elección".²⁸⁶

As críticas lançadas a Rosas buscavam mostrar também que seu governo significava um desvio dos objetivos primordiais da Revolução de 1810, que eram alcançar a emancipação política e promover o progresso e a modernização do país. Assim, segundo Clemente Fregeiro, o governo de Rosas obstruiu "... com refinada astucia, e imperdonable egoismo la prosecución de la gran obra iniciada por los próceres de Mayo".²⁸⁷

Dentre as críticas destaca-se também o absolutismo de Rosas, verificado sobretudo posteriormente ao ano de 1835, quando a Assembléia Legislativa concedeu a ele *la suma del poder público* que significava a plena autoridade pública, em uma palavra: licença para ser ditador. Os autores repudiaram ainda os atos de violência da polícia secreta de seu governo, a *Mazorca*, composta por espíões supervisionados pessoalmente por Rosas. A *Mazorca* teria exercido uma "poderosa y bárbara influencia. Instrumento de terror, el tirano usó y abusó de ella, presentando entonces la ciudad de Buenos Aires el más poderoso aspecto".²⁸⁸

A "hipocrisia" e muitas vezes o "maquiavelismo" são outros elementos destacados pelos autores, quando buscam mostrar que as classes populares que manifestavam, nesse momento, adesão à política de Rosas, eram enganadas pelo ditador. Segundo Estrada, Rosas tinha o poder de mobilizar toda a população, aproveitar-se dela o quanto fosse necessário e, além disso, indispor os diferentes setores, lançando-os uns contra os outros e promovendo a discórdia social:

Rosas escaló el poder en hombros de una fuerza social, pero una vez enseñoreado del país, personalizó su dictadura, poniendo todas las clases del pueblo en jaque, enfrentando las unas con las otras, anulando todos los partidos y trayendo a sí la suma influencia, el pensamiento, la

*acción, toda la vida, en una palabra (...) [Rosas] dirige autocráticamente el pobre contra el rico, el gaucho contra el ciudadano, el soldado contra el gaucho, el mazorquero contra el militar, la policía contra el mazorquero, desmonta la estructura social, en una palabra, y lo nivela todo bajo la única noción inoculada en las masas: la grandeza, la terrible magnitud de su persona.*²⁸⁹

Segundo os manuais, de maneira muito habilidosa Rosas conseguia fazer com que as "classes baixas" lhe fossem servis. Para obter essa façanha, dava-lhes, de maneira traiçoeira, o prestígio, para em seguida cobrá-lo em dose maior. Dessa forma acabou formando uma polícia secreta e uma rede de delatores fiéis. Essa estratégia traiçoeira denunciada pelos autores é descrita em pormenores por Vicente Fidel López:

*Como los otros tipos de sua familia moral, gusta también de recoger en el fondo de sus caseríos imbeciles y deslenguados; y allí... condecorava a sus histriones con títulos de magistrados supremos: los vestía con uniformes burlescos y entorchados, los enviaba de visita a familias distinguidas, en los días de gala, con el título de gobernadores o generales; y cuando regresaban de la farsa, los azotaba, los trincaba, los untaba de miel y los cubría de hormigas inventando otros mil tormentos que hacían la más exquisita función de sus festivos passatiempos... y lo peor es que con ese mismo espíritu gobernaba.*²⁹⁰

Dentre as estratégias para angariar poder das camadas populares Ricardo Levene aponta ainda o confisco de terras e as indenizações por danos e prejuízos:

A la luz de una nueva documentación, puede afirmarse que la dictadura de Rosas utiliza como instrumento fundamental de gobierno, los procesos de confiscación de la tierra para entregarla a los hombres del pueblo y los juicios de indemnización de daños, para favorecer a los mismos en virtud

*de los perjuicios que sufrían en las luchas contra los unitarios.*²⁹¹

Ao mesmo tempo em que os autores criticam Rosas por se utilizar de maneira demagógica do povo para ter apoio, acabam também expressando suas opiniões a respeito das camadas populares, revelando todo o seu elitismo. Usando de extrema agressividade ao descrever as classes populares, os autores deixavam claro o pertencimento a uma camada abastada da população. “Desmoralização” e “degeneração social” são termos recorrentes no discurso desses autores ao enfocarem o período da ditadura de Rosas. Estrada, por exemplo, mostra sua indignação com o fato de Rosas elevar à primeira categoria social homens recrutados nos “mataderos, donde la rudeza de las ocupaciones, la crueldad de los hábitos y la depresión intelectual y moral fueron mayores...”²⁹² Não admite que elementos saídos do meio da “miscelânea social” pudessem ser “los venerandos personajes de la época... [siendo] adornados con las gloriosas insignias de nuestros ejércitos”²⁹³.

Vicente Fidel López, unitário declarado e dono de um elitismo exacerbado, enfoca criticamente a população negra, dizendo que de 1810 ao período de Rosas a porcentagem da população teria aumentado de forma significativa. Além disso, Rosas teria conferido espaço à comunidade negra, cedendo-lhe a Praça da Vitória para os seus rituais. Nessa passagem o autor demonstra seu preconceito racial e de classe ao narrar um festejo patrocinado por Rosas em maio de 1836, no aniversário da Revolução,

*...en que Rosas convocó todos sus Tambos sin quedar uno y les entregó la Plaza de la Victoria para que celebraran allí sus bailes y cántigos salvajes, con tamboriles, platillos y gritería, la asquerosa multitud no pasó de sus mil individuos a lo más entre hombres, mujeres, mulatos y chinos llamados a tomar parte en esa manifestación con que el tirano se propusiera humillar a la burguesía y mostrarle todas las fieras que podía desencadenar contra ella.*²⁹⁴

Mais adiante, em capítulo intitulado “La Negra”, continua fazendo referência ao mesmo assunto:

*Entre las clases bajas donde Rosas era un Mahoma, es digna de atención la de los Negros, que hoy ha desaparecido por completo como del aspecto de la capital... Bajo la forma de tutela que la Ley había dado a esta perniciosa: inmigración de bárbaros, se les entregaban a los particulares, como pupilos libertos, por plazo definido para que los utilizasen... A poco tiempo fué imposible persistir en este plan. Los patrones preferían desprenderse de esta chusma; y los negros buscaron las agrupaciones de los suyos... [formando] conjunto de colonias libres con el nombre de Tambos, circunvalando la ciudad de norte a sur. Se dieron organización según sus hábitos y Reyes según los usos y jerarquías que prolabemente traían desde sus tierras africanas. Los domingos y días de fiesta, ejecutaban sus bailes salvajes, hombres y mujeres de la ronda, cantando sus refranes en sus propias lenguas al compás de tamboriles y bombos grotescos. La salvaje algazara que se levantaba al aire, de aquella circunvalación exterior, lo oíamos (hablo como testigo) como un rumor siniestro y ominoso desde las calles del centro, semejante al de una amenazante invasión de tribus africanas, negras y desnudas. Desde que subió al gobierno, Rosas se hizo asistente asiduo de los Tambos.*²⁹⁵

Com relação ao seu posicionamento político, Rosas não é representado nem como unitário, nem como federalista. De acordo com Estrada, seu personalismo, aliado ao despotismo, não deixou que ele representasse nenhuma facção ou partido político.²⁹⁶ Já Ricardo Levene, dialogando com a interpretação de Ernesto Quesada, mencionada mais acima, considerava que Rosas era um “resultado social”. Expõe quatro motivos para mostrar que Rosas era uma determinação de seu tempo. Os argumentos de Levene são: Rosas era um resultado da anarquia fundada a partir de 1810; o terror implantado por Rosas já tinha antecedentes nas províncias; Rosas representava a garantia de paz tanto para ricos quanto para pobres; e, finalmente, a “psicologia social” determinava a criação de um produto fundado nos sentimentos da “plebe inculta, que era la mayoría, y de la negra, que era el suburbio...”²⁹⁷ López vê os federalistas ocupando a

cidade de Buenos Aires, ao passo que os patricios de Buenos Aires se voltavam para o campo. É uma forma de negar a “federação de Rosas” e de analisar as suas pretensões centralizadoras:

*¡Los papeles se han cambiado!, lo que las masas rústicas de las provincias habían querido hacer antes de Buenos Aires, es lo que el caudillo patricio de las masas de Buenos Aires se propone hacer ahora de las provincias.*²⁹⁸

Para López, Rosas era um unitário, um “déspota local portenho”, que queria conseguir conquistar, como ditador, o que Buenos Aires não havia conseguido como centro constitucional.²⁹⁹ Procedendo a esta inversão de leitura, López, num capítulo intitulado de “Contra-sentido de la Democracia Federalista”, afirma que Rosas adquirira sua supremacia como “jefe y protector de los caudillos que se titulaban federales en el momento mismo en que ya se subordinaban a un poder superior de índole unitária”.³⁰⁰

Não representando nem o federalismo, nem o unitarismo, isto é, as duas correntes tradicionais e históricas, nascidas da primeira metade do século XIX, mas sendo identificado com a figura do ditador e do tirano, Rosas não possuía os atributos necessários para configurar o modelo e o ideal de nação que os autores queriam representar. O ditador teria enfraquecido o homem em “guerras sin glorias”. Além disso, mentia sobre sua “pasión nacional, que jamás abrigó, porque era impotente para lo noble y lo bello”.³⁰¹ Para López “en vez de ser un argentino generoso y sensato animado por las luces del porvenir y por el amor de la patria... [Rosas tenía una] índole de un malvado ambicioso”.³⁰² Não satisfeito, o autor exagera nos adjetivos ao descrever Rosas:

Por un lado rigidez cómica o trágica, según el momento, espíritu jurídico recio y sanguinario perfectamente draconiano: por otro lado, cinismo grosero y bufón, hábitos de autócrata holgazán, apetitos antojadizos de castigos excesivos: extravagancias fantásticas unas veces; y otras jugueteos hocarreros y humillantes: arrogancia oficial en lo público, cobardía inquieta en lo privado: festividades de mono que al

*parecer que ríe, chillá con rabia y muestra los dientes agudos con que amenaza, cuando no de tigre que juguetea con la presa viva y la revuelve antes de devorarla...*³⁰³

Trabalhando contra a organização nacional, Rosas representava a antítese do modelo vislumbrado como o do herói nacional. De acordo com Fregeiro,

*con esta suma de poder en sus manos pudo haber elevado su nombre a grande altura en el aprecio de la posteridad, si en cambio hubiera dado al país la organización nacional, desideratum del patriotismo honrado, y complemento indispensable de la independencia nacional.*³⁰⁴

Nas lições subseqüentes às do governo de Rosas, os autores dos manuais acabam por defender o federalismo, seja como forma de legitimar a Constituição de 1853, seja admitindo a presença de federalistas, como Justo José Urquiza, na derrubada de Rosas do poder.

Clemente Fregeiro afirma que os federalistas depositaram sua fé em Rosas, esperando “la organización nacional bajo la forma republicana representativa federal”, mas que Rosas, agindo com o federalismo como se ele fosse um talismã, nunca levou a sério suas propostas.³⁰⁵ A leitura de Fregeiro, ao mesmo tempo que critica o personalismo de Rosas, enaltece os outros federalistas. Já José Manuel Estrada tem dificuldades em aceitar que os caudilhos tivessem uma grande importância em vários momentos da história argentina, inclusive na própria derrubada de Rosas, na qual se destaca a atuação de Justo José Urquiza, de Entre Rios. Colocando os liberais como líderes do processo de derrubada da ditadura de Rosas, Estrada aponta que os emigrados³⁰⁶ “aceptaron el brazo de un caudillo que traía sus milicias vestidas de chiripá y con el cintillo punzó de las montoneras. Esa alianza dió la victoria a la libertad.”³⁰⁷

Em outra passagem de Estrada fica mais clara sua postura de aceitação – um tanto a contragosto, é verdade – da contribuição do federalismo como parte efetiva e atuante da nacionalidade argentina. Segundo o autor, portenhos exilados em Montevidéu tinham que se comprometer a jurar adesão à conciliação depois da queda de Rosas,

uma vez que chegavam à conclusão de que só era possível derrubar Rosas com a ajuda de caudilhos e dos movimentos localistas. Uma tendência não poderia mais viver sem a outra. A partir daí, federalismo e unitarismo eram faces da mesma moeda, compartilhavam a mesma história constituindo, enfim, uma nação. A conciliação entre federalismo e unitarismo, entre as duas correntes tradicionalmente opostas, para derrubar um mal maior representado por Rosas, era o que levaria à concretização do projeto nacional:

... la juventud emigrada formaba en Montevideo una asociación secreta, que la comprometía, bajo juramento, a pronunciar el olvido de los partidos, una vez derrocada la tiranía. La reacción debía producirse por el renacimiento de las pasiones locales en las provincias subyugadas: por el espíritu esencial de la democracia, en los proscriptos adoctrinados por el dolor. La emigración se hallaba débil. Buenos Aires estaba sometido por el ejército de línea y los mil lazos de un despotismo antiguo y arraigado. Los auxilios extranjeros habían fracasado. Era forzoso, por consiguiente, buscar apoyo en la revolución, en los celos provinciales, en la pasión federativa que Rosas comprimía. Un proscrito había dicho: "sólo un caudillo podrá tumbar ese trono". De aquí el movimiento de ideas que inclinó a los emigrados y a las clases cultas de la Republica, cualquiera que hubiera sido su doctrina en lo anterior, a trazar con el sentimiento local, a aliarse con los caudillos que eran la manifestación social genuina y hasta entonces contrarrestada: a conciliar por fin la inteligencia y la fuerza de los pueblos en una unión fecunda que rechazaron los partidos antes y después del año 20 (...) Los republicanos del Plata recogieron una lección grandiosa en la escuela del dolor. Allí aprendieron que la libertad era interés de todos y derecho común, y la vida argentina se reveló en su pujante armonía. Toda reacción contra la dictadura había sido incompleta, artificial: la mitad de la fuerza, la mitad del pueblo. Cuando se reconocieron y congregaron las masas y los pensadores, y resolvieron su eterno antagonismo en lo esencial, la nación de un sólo golpe derrocó la tiranía y se colocó en el desenlace de

*su azaroso drama. – Rosas huyó.*³⁰⁸

Assim como Estrada havia descrito a origem social de Urquiza por suas vestimentas, como foi mencionado mais acima, Levene também destaca o fato de Urquiza ter entrado na cidade de Buenos Aires como Ministro das Relações Exteriores "llevando poncho y sombrero de felpa".³⁰⁹

Quanto à constituição efetiva da nação, Fregeiro salienta que mesmo tendo continuado separadas após a queda de Rosas, o que as províncias mais desejavam era selar o pacto federal e se constituir enquanto uma nação.³¹⁰ O pacto federal estava previsto na Constituição de 1853, e buscava, segundo os autores, sancionar as duas tendências históricas que representavam a nacionalidade argentina: o federalismo e o unitarismo.

Para Levene, a Constituição de 1853 significou a

*expresión auténtica de la historia de un pueblo, de sus costumbres, de su modo predominante de ser y de sentir. Se pregunta Alberdi, si la constitución a dictarse debía ser federal o unitaria. Para contestar a conciencia este punto y proponer una fórmula positiva de solución para nuestras luchas políticas, Alberdi estudia los antecedentes unitarios y federales argentinos. (...) La población y su aumento y la realización de altos fines económicos eran los puntos fundamentales de las "Bases" que fueron los programas de los gobiernos presidenciales desde Urquiza.*³¹¹

O "ciclo revolucionário" estava finalmente encerrado com a Constituição de 1853, tendo sido elaborada, para os autores, uma "Constitución verdaderamente nacional; es decir, aceptada y cumplida por todos los argentinos, aún por aquellos que no concurrieron a su formación."³¹²

Percebemos que os autores dos manuais seguiram a tradição intelectual da elite liberal do século XIX, que representava os federalistas, os caudilhos, os gaúchos e as camadas populares como o retrato da barbárie e como o antimodelo da nação moderna e

civilizada. Isso significa dizer que, de alguma maneira, esses autores encontram-se vinculados ideologicamente àquela elite portenha que advogava a superioridade de Buenos Aires e que defendia a centralização política. Poderíamos, então, dizer que os manuais apresentam uma leitura unitária da história argentina?

Apesar dessa filiação ser bastante nítida, por outro lado não se pode afirmar que as apreciações a respeito do federalismo tivessem sido sempre idênticas àquelas traçadas pela intelectualidade liberal e unitária. Alguns elementos novos com relação à leitura sobre o federalismo argentino foram sendo acoplados à visão anteriormente esboçada, sem trazerem, entretanto, como consequência, um choque que propiciasse uma ruptura abrupta com relação à interpretação anterior. Em seus manuais, em alguns capítulos específicos da história argentina, os autores acabaram conferindo um espaço maior aos federalistas, reconhecendo a importância dos caudilhos no processo de definição do sistema republicano. Isso ocorre quando os autores relacionam o federalismo a posturas antimonárquicas nas duas primeiras décadas do século XIX. Ao fazerem isso, julgaram os unitários, aqueles mesmos personagens que tinham sido eleitos como os “pais da nação”, por sua “incoerência monárquica”.

Este elemento novo na representação do federalismo não é apresentado com a mesma intensidade em todos os manuais. Assim, nos manuais de José Manuel Estrada e de Vicente Fidel López, há uma ligação maior dos autores com os pensadores liberais que expressavam as idéias unitárias. Mesmo assim, esses autores já indicam, mesmo que de maneira sutil e muito nas entrelinhas de seus discursos, a necessidade de reservar um espaço aos federalistas, uma vez que haviam tido uma importância efetiva no processo de definição do sistema republicano e federal. No caso dos manuais de Clemente Fregeiro e de Ricardo Levene, essas associações já se apresentam de forma muito mais clara e definida. Não se trata de uma inversão na interpretação da história argentina, tal como vieram a fazer, posteriormente, os historiadores revisionistas. Essa concessão aos federalistas, aos setores populares, aos caudilhos e gaúchos foi uma maneira de afirmar a idéia de que a Argentina era um país marcado pelo destino republicano e de legitimar o pacto federal consumado com a Constituição de 1853.

A própria interpretação do governo Rosas, apesar de extremamente criticado pelos autores, acabou sendo filtrada por essa leitura. Rosas é apresentado como um ditador, alheio às preocupações do federalismo e do unitarismo, tendências tradicionais e legítimas da história argentina. Reconhece-se, por outro lado, a importância da tendência federalista, visto que um caudilho – Urquiza – representante das forças localistas e das províncias, auxiliou na derrubada do tirano.

Na construção da imagem das tendências unitária e federalista, os manuais acabam reproduzindo a dicotomia da interpretação liberal, ao mesmo tempo que subvertem esta separação clara entre as facções: de um lado temos os unitários, considerados como pais da nação, mas que teriam “errado” em sua opção de defender a Monarquia, postergando, assim, o processo revolucionário e ajudando a manter o antigo regime. Do outro lado, representando o ideal federalista, temos os caudilhos, os gaúchos e os setores populares, representados como personagens que viviam mergulhados num estado de barbárie, mas que, no entanto, negaram a “quimera patriótica dos ilustrados”, não aceitando um rei como garantia da emancipação da colônia.

Ao nosso ver, esse tema representou, para os autores, um “nó histórico” complexo e difícil de ser resolvido dentro da maneira como concebiam a História. Usaram o passado e a História para legitimar os processos políticos vividos no presente e buscaram reconstruir a história, portanto, tendo como objetivo explicar a fórmula alcançada em 1853, período a partir do qual seria reservado à Argentina um futuro promissor. Nesse caso, a prática teleológica marcou profundamente a interpretação do passado, reduzindo todas as contradições de um período complexo como a primeira metade do século XIX a uma explicação dada de antemão pelo próprio presente dos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste trabalho analisar as representações de nação construídas em manuais de História Nacional publicados na Argentina entre 1868 e 1912.

Desde o início da pesquisa atentamos para o fato de que os conteúdos elaborados pelos autores e presentes nos manuais de História Nacional tinham uma conexão estreita com o âmbito mais geral da política argentina durante a segunda metade do século XIX. A elaboração dessas obras se inseria no projeto de estabelecimento de um sistema educacional público desenvolvido pelo Estado recém-instituído e que necessitava de legitimidade política em âmbito nacional. Seus autores estavam engajados política e ideologicamente com os projetos elaborados pelo Estado, tendo ocupado importantes cargos políticos e tendo compartilhado das mesmas idéias liberais.

Dado o imbricamento entre os pressupostos políticos delineados pelo Estado, os posicionamentos ideológicos e os vínculos intelectuais dos autores, foi propósito deste trabalho analisar em que medida os manuais de História Nacional construíram um discurso buscando legitimar o processo de constituição do Estado nacional e criando, para isso, representações de nação argentina.

Devemos assinalar, antes de mais nada, que os autores, com olhos muito cravados no presente, construíram uma leitura do passado essencialmente teleológica. Muitas vezes, imbuídos da preocupação de procurar no passado respostas às motivações do presente, chegaram a negar uma idéia outrora afirmada, apesar da freqüente asseveração – com a única exceção de José Manuel Estrada – de que “não perseguiam senão a mais crua realidade dos fatos”. Assim, o positivismo historiográfico declarado por parte dos autores encerra um aparente paradoxo, na medida em que colocavam, lado a lado no mesmo manual, duas idéias em princípio contraditórias: a de que privilegiavam a objetividade como critério fundamental na constituição de suas obras, respaldados “pelas fontes mais seguras”, e a de que a função da História era servir de exemplo e inspiração na conduta dos indivíduos no presente, banindo, com isso, os “erros” e repetindo os “acertos” do passado. Esta concepção implica, como

sabemos, um tratamento dos fatos com intencionalidade moral e/ou política, atribuindo ao historiador o papel de “juiz da História”, o que exclui, de antemão, toda e qualquer possibilidade de contemplação da objetividade. Entretanto, essa contradição parecia não representar uma fonte de preocupação para os autores dos manuais aqui analisados, uma vez que não questionavam, em seus manuais, a idéia da História enquanto verdade, nem tampouco viam como problemático o tratamento do passado com base nas prerrogativas apriorísticas em geral influenciadas por seus posicionamentos políticos.

Tendo em vista que a pesquisa implicou um trabalho de leitura de fontes que, em sua maior parte concentra-se na narração de fatos, eventos e episódios, essas reflexões foram importantes para dimensionar a carga simbólica contida nos fatos narrados, bem como para apreender as contradições presentes no discurso narrativo e ainda perceber os pontos polêmicos, tratados de maneira mais “obscura”, “oculta” ou “oblíqua” pelos autores.

Um jogo de “sombras” e “luzes” se encontra presente em vários momentos e de diferentes formas ao longo da construção narrativa de todos os manuais analisados.

Como herdeiros de uma tradição intelectual argentina, cuja principal característica foi uma leitura particular da associação iluminista entre as “luzes” e a “razão” e as “trevas” e os “instintos”, os autores relacionaram o conhecimento e a ilustração a um campo luminoso explorado apenas por uma pequena elite política “apta” para dirigir os destinos da nação, os “heróis nacionais”, vistos pelos autores como a “camada culta e sã” da sociedade. Por outro lado, ressaltaram as “penumbras” presentes no ambiente rural, nas ações das camadas populares, nos gaúchos e nos caudilhos das províncias, muitas vezes metaforizados por elementos da natureza, como animais bravios e vendavais, ou puramente taxados como povos bárbaros e carentes de qualquer “raio” de civilização.

Mesmo mantendo essa visão sobre os caudilhos e gaúchos, os autores chegaram, em alguns momentos, a valorizá-los, ao lado do federalismo, em passagens muito específicas dentro dos manuais. Essas passagens relacionam-se à questão das opções políticas para a nação no contexto pós-revolucionário – Monarquia ou República – associadas, nos manuais, respectivamente aos unitários e federalistas.

Realizando uma interpretação que visava legitimar a Constituição de 1853, republicana e federal, lançaram um feixe de luz sobre o palco do federalismo, obscurecendo os unitários, em outro momento considerados pais da nação Argentina. Esse feixe, entretanto, voltava a se apagar ao entrarem nas análises do federalismo de Juan Manuel de Rosas.

De maneira parecida, ao escreverem as Lições da História Colonial, os autores realizaram uma leitura negativa sobre o período, afirmando não terem outro objetivo senão explicar a Revolução da Independência. Nesse sentido, conferiram também um espaço visivelmente menor às primeiras partes dos manuais, que abarcavam, em geral, os marcos cronológicos que se estendiam da Descoberta da América até a Revolução de Maio de 1810. Nem tanto à sombra, entretanto, repousava a Colônia. Ao anunciarem os “prenúncios” da nacionalidade argentina buscando consolidar a idéia da preexistência da nação e de uma inevitabilidade da Revolução, a Colônia passava a ser valorizada como período formador do “caráter argentino”, como sugeria Clemente Fregeiro na sua interpretação do período colonial.

É necessário ressaltar que índios e negros não fizeram parte do projeto de construção da nação argentina. A ausência de uma representação racial na elaboração dos manuais não é gratuita, pois, se por um lado pode-se dizer que uma total escuridão pairou sobre esses personagens, por outro, isto só ocorreu porque existia uma forte clareza, para os autores, de que a origem do caráter argentino ligava-se ao homem branco europeu.

Para finalizar, fazemos uma ressalva quanto a uma última “sombra” presente nos manuais de História Argentina. Trata-se da ausência do tema da imigração nos manuais. Como objetivamos mostrar no primeiro capítulo, a imigração já era evidenciada por alguns personagens ligados às políticas educacionais entre as décadas de 1880 e 1890, como uma ameaça para a identidade nacional. Contudo, nos manuais, esse tema não chega a adquirir relevância. Em geral, a imigração figura como parte do projeto dos homens que lideraram, a partir da década de 1860, o processo da “Organização Nacional”. É possível que este fator esteja relacionado a uma aproximação dos autores das concepções de Juan Bautista Alberdi, idealizador do projeto migratório para a Argentina, que via na

imigração a chave para o desenvolvimento e o progresso da nação. Uma outra possibilidade é o fato desse tema ter sido alvo de maiores atenções por parte dos políticos somente quando passou a ser diretamente associado aos movimentos de esquerda, sobretudo o anarquismo e o comunismo, a partir do início do século XX. Este, entretanto, é um aspecto sobre o qual ainda é preciso se lançar maiores luzes.³¹³

NOTAS

- ¹ Os dados obtidos deste levantamento constam dos *Anexos* no final da dissertação.
- ² Dentre as obras escritas pelo autor destaca-se, principalmente: MITRE, Bartolomeu. *Historia de Belgrano y de la emancipación argentina*. Buenos Aires: Biblioteca de la Nación, 1902.
- ³ CARBONARI, Rosa Maria. "Qué hacemos con la Historia?" In: *Anais do 2º encontro "Perspectivas do Ensino de História"*, USP-FE, 12-15/2/1997. São Paulo: CNPq-FE, 1997. p. 619.
- ⁴ BUCHBINDER, Pablo. "La historiografía rioplatense y el problema de la nación". *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, n. 69, 2ª serie, año 19, 1994.
- ⁵ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989. p. 14.
- ⁶ Idem, *ibidem*, p. 19-20.
- ⁷ HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Trad. Maria Celia Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 19.
- ⁸ CHARTIER, Roger. "O mundo como representação". *Estudos Avançados*, v. 11(5), p. 177, 1995.
- ⁹ Idem, *ibidem*. p. 180-181.
- ¹⁰ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1990. p. 51.
- ¹¹ ROSANVALLON, Pierre. "Por uma História Conceitual do Político". *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh/Contexto, v. 15, n. 30, p. 17-18.
- ¹² BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico*. Uma história do saber escolar. Departamento de História, FFLCH-USP, Doutorado, 1993. p. 3.
- ¹³ OSZLACK, Oscar. *La formación del Estado argentino*. Buenos Aires: Belgrano, 1982. p. 21.
- ¹⁴ Para o autor, os principais problemas que justificam essa

dificuldade foram a debilidade material, resultante dos diferentes interesses econômicos regionais, a não-formação de alianças políticas que arrematasse um sistema de dominação e a opacidade das instituições, que não conseguiram estender o poder do Estado nacional sobre todo o território. Idem, *ibidem*. p. 38.

- ¹⁵ Na Argentina chama-se de Litoral às províncias de Entre Ríos, Santa Fé e Corrientes, que são banhadas pelos rios Paraná e Uruguai.
- ¹⁶ “Geração de 1837” foi uma denominação dada *a posteriori*. Deveu-se ao fato de o grupo ter iniciado suas reuniões em um salão literário em Buenos Aires no ano de 1837. Foi conhecida também como “Associação da Jovem Geração Argentina” ou “Associação de Maio”. Além dos já citados, outros autores, como Bartolomeu Mitre e Domingo Faustino Sarmiento, ainda que não tendo participado do núcleo original, vieram a ser considerados como parte da Geração por compartilharem, em sua essência, da visão marcadamente liberal do grupo. Ver sobre a Geração de 1837: PRADO, Maria Lúcia Coelho. “Mora e Echeverría: duas visões da questão da soberania popular”. In: *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999. p. 74-91, sobretudo p. 78-79. (Ensaio Latino-americanos, 4) SHUMWAY, Nicolás. *La invención de la Argentina: historia de una idea*. Buenos Aires: Emecé, 1993. Cap. 5 e WEIMBERG, Félix. “Los comienzos de la historiografía romántica rioplatense”. In: *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. V. LXI, Buenos Aires, s./d., (p. 143-175).
- ¹⁷ LAFFORGUE, Edmundo. *La escuela popular: su evolución y proyección*. Buenos Aires: Eudeba, 1980. p. 67-68 e SOLARI, Manuel Horacio, *Historia de la educación argentina*. Buenos Aires: Paidós, 1949. p. 106-109.
- ¹⁸ Citado por LAFFORGUE, E. Op. cit. p. 65.
- ¹⁹ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilización y barbarie*. Buenos Aires: Colihue, 1997. (1. ed. 1845).
- ²⁰ LAFFORGUE, E. Op. cit. p. 67.
- ²¹ Os conflitos econômicos giravam sobretudo em torno da luta pela nacionalização dos ingressos alfandegários do porto de Buenos Aires.

- ²² SHUMWAY, N. Op. cit. p. 191.
- ²³ “Buenos Aires é insolentemente rica; a Confederação é desesperadamente pobre, vivendo de crédito de especuladores recentes, capazes de pretensões monstruosas.” HALPERÍN-DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. São Paulo: Círculo do Livro, s./d. p. 205.
- ²⁴ LAFFORGUE, E. Op. cit. p. 84.
- ²⁵ Idem, *ibidem*. p. 133-134.
- ²⁶ Esta postura é defendida por LAFFORGUE, E. Op. cit. p. 134.
- ²⁷ Esta postura é defendida por SOLARI, M. H. Op. cit. p. 170.
- ²⁸ BOTANA, Natalio R. “El federalismo liberal en Argentina: 1852-1930.” In: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). *Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 241. ROJAS, Ricardo. *La restauración nacionalista*. Informe sobre educación. Buenos Aires: Ministerio de Justicia e Instrucción Pública, 1909. p. 362.
- ²⁹ Trata-se da Constituição de 1853, reformada em 1860.
- ³⁰ BOTANA, N. R. Op. cit. p. 235.
- ³¹ OSZLACK, O. Op. cit.
- ³² O período que transcorre entre 1862 e 1880 foi marcado pelas três sucessivas presidências: Bartolomeu Mitre (1862-1868), Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874) e Nicolás Avellaneda (1874-1880).
- ³³ SOLARI, M. H. Op. cit. p. 149.
- ³⁴ Esta perspectiva de que o Colégio Nacional de Buenos Aires é uma continuidade do Colégio fundado no período colonial encontra-se em SOLARI, M. H. Op. cit. p. 57 a 61. Pensamos, no entanto, que essa análise é feita de forma extremamente generalizada, ignorando as profundas modificações que se verificaram nesse amplo período, a começar pela emancipação política do país.
- ³⁵ Decreto nº 5.447, de 14/3/1863. Citado no *site* do Colégio Nacional de Buenos Aires: <<http://www.cnba.uba.ar>>.
- ³⁶ Idem, *ibidem*.

- ³⁷ Discurso proferido em 20/9/1868. Citado por SOLARI, M. H. Op. cit. p. 177.
- ³⁸ Discurso proferido em 2/7/1868, por ocasião do recebimento do título honorário de doutor pela Universidade de Michigan. Citado em LAFFORGUE, E. op. cit. p. 78 e CORBIÈRE, Emilio J. *Mamá me mima, Evita me ama*. La educación argentina en la encrucijada. Buenos Aires: Sudamericana, 1999. p. 17. Na Argentina chama-se de “mestres” aos professores do ensino primário e de “professores” aos do ensino secundário e superior.
- ³⁹ Discurso proferido em 20/9/1868. Citado por SOLARI, M. H. Op. cit. p. 181/182.
- ⁴⁰ PRADO, M. L. Op. cit. p. 82.
- ⁴¹ HALPERÍN-DONGHI, Tulio. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1995. p. 48.
- ⁴² Durante a presidência de Sarmiento o número de crianças que freqüentavam as escolas públicas subiu de 30 mil para 100 mil. SHUMWAY, N. Op. cit. p. 276. Ditou-se a lei 463, de 21 de setembro de 1871, determinando que o Governo Nacional incentivaria financeiramente as iniciativas educacionais do ensino primário desenvolvidas nas províncias. Além disso, Sarmiento aconselhava a criação de Comissões Provinciais com participação popular, para a administração das finanças concedidas pelo governo nacional; entretanto, a Lei 1.420, de 1884, revogou essa medida. CORBIÈRE, E. J. Op. cit. p. 19.
- ⁴³ LAFFORGUE, E. Op. cit. p. 78.
- ⁴⁴ Idem, ibidem. p. 85 e 87.
- ⁴⁵ QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. *Los males de la memoria: historia y política en la Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1995. p. 31.
- ⁴⁶ Idem, ibidem. p. 239.
- ⁴⁷ ROMERO, José Luís. *Las ideas en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Biblioteca Actual, 1987. p. 37-39.
- ⁴⁸ Em 1912, ante as pressões sociais ocorridas na Argentina, exercidas pelos setores oposicionistas e movimentos de esquerda que protestavam contra as restrições à participação política popular, impostas pelo

- regime oligárquico, os próprios conservadores optaram por promover uma abertura política, votando, em 1912, a Lei Sáenz Peña, do sufrágio universal masculino.
- ⁴⁹ BOTANA, Natalio R. *El orden conservador*. La política Argentina entre 1880 y 1916. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986. p. 13-14.
- ⁵⁰ SHUMWAY, N. Op. cit. p. 100.
- ⁵¹ ROMERO, J. L. Op. cit. p. 22 e SVAMPA, Maristella. *El dilema argentino: civilización o barbarie*. De Sarmiento al revisionismo peronista. Buenos Aires: Imago Mundi, 1994. p. 81.
- ⁵² Segundo José Luis Romero, essa geração de homens cumpriu, à sua época, uma “missão histórica” com repercussão de longa data, tendo influenciado sobre as questões econômicas, na composição da sociedade, na vigência dos costumes e na adesão às idéias. Para outra historiadora, a ação dos homens de ‘80 também foi decisiva na área educacional: “La Generación del Ochenta, en la que figuran hombres realmente esclarecidos intelectualmente, sentó las bases de la enseñanza superior, amén de legislar sobre la escuela laica y obligatoria – es cierto –, pero también apta para una alfabetización masiva y una argentinización también acelerada, cuyos frutos todavía hoy disfrutamos.” Respectivamente, ROMERO, J. L. Op. cit. p. 12 e CLEMENTI, Hebe. *Juventud y política en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XX, 1982. p. 131-132.
- ⁵³ ROMERO, J. L. Op. cit. p. 18.
- ⁵⁴ ALBERDI, Juan Bautista. *Fundamentos da organização política Argentina*. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Título original: “Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina”, ou simplesmente “Bases”. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. (1. ed. 1852).
- ⁵⁵ ROCK, David. *Argentina*. 1516-1987. Desde la colonización española hasta Raul Alfonsín. Buenos Aires: Alianza, 1985. p. 208.
- ⁵⁶ Idem, ibidem. p. 190-192.
- ⁵⁷ A historiografia argentina chama de “período aluvial” à etapa de maior entrada de imigrantes do país, ocorrida entre 1870 e 1914.
- ⁵⁸ As cifras são citadas por SVAMPA, M. Op. cit. p. 61.

- ⁵⁹ PIZZURNO, Pablo. *La educación común em Buenos Aires*. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría nacional, 1910. p. 9-10.
- ⁶⁰ CORBIÈRE, E. J. Op. cit. p. 25. Este artigo, que significava ainda uma pequena concessão ao ensino religioso, foi revogado durante o primeiro governo de Yrigoyen.
- ⁶¹ Citado por LAFFORGUE, E. Op.cit. p. 99.
- ⁶² ESTRADA, José Manuel. *La Unión* 25/1/1882. Citado por Solari, Op.cit. p. 214. (Fragmentos).
- ⁶³ PRADO, M. L. Op. cit. p. 94.
- ⁶⁴ ROJAS, R. Op. cit. p. 312.
- ⁶⁵ Esses recursos não impediam, entretanto, que não existissem meios das escolas, sobretudo as particulares e associativas, burlarem a lei. Ricardo Rojas, em seu livro de 1909, em que propõe as bases para uma educação nacionalista, verifica a permanência do ensino religioso e critica a má inspeção nas escolas, fazendo um apelo aos inspetores para que o controle se tornasse efetivo. Idem, *ibidem*. p. 342, nota 1.
- ⁶⁶ TEDESCO, Juan Carlos. *Educación y Sociedad en la Argentina (1880-1945)*. Buenos Aires: Solar, 1993. p. 51-52.
- ⁶⁷ Idem, *ibidem*. p. 58-59.
- ⁶⁸ Idem, *ibidem*. p. 63.
- ⁶⁹ Idem, *ibidem*. p. 37-38.
- ⁷⁰ CORBIÈRE, E. J. Op.cit. p. 59.
- ⁷¹ Discurso pronunciado no Senado da Nação, em 16/7/1870. Citado por SOLARI, H. M. Op. cit. p. 204-205. (Fragmentos).
- ⁷² ROJAS, R. Op. cit. p. 309.
- ⁷³ SOLARI, M. H. Op. cit. p.174.
- ⁷⁴ “Memoria presentada a la Comisión encargada de elaborar un plan de instrucción pública general y universitaria.” Citado por SOLARI, M. H. Op. cit. p. 195. (Fragmentos).
- ⁷⁵ Idem *ibidem*. p. 219.
- ⁷⁶ ROJAS, R. Op. cit. p. 311-312.
- ⁷⁷ OLECHEA y ALCORTA, Baltasar. “Estudio de la historia

- nacional en la enseñanza primaria y secundaria.” In: *El Monitor de la Educación Común*. Buenos Aires, 31 de Maio de 1910, p. 413.
- ⁷⁸ ROJAS, R. Op. cit. p. 370.
- ⁷⁹ LÓPEZ, Lucio Vicente. “Discurso pronunciado por el Dr. Lucio V. Lopez en la Colación de Grados de la Facultad de Derecho el 24 de Mayo de 1890.” In: “Comisión de Homenaje. *Lucio Vicente Lopez en el cincuentenario de su muerte (1894-1944)*. Buenos Aires: Caporaletti, 1944. p. 28. (Grifos nossos).
- ⁸⁰ RIVAROLA, Horacio. *Legislación escolar y Ciencia de la Educación*. 3. ed. Buenos Aires: El Ateneo, 1944. p. 392.
- ⁸¹ A idéia é de François Furet e encontra-se comentada por BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, civilização e trabalho*. São Paulo: Loyola, 1990. p. 61-62.
- ⁸² O escritor do plano e, ao mesmo tempo, idealizador do Colégio Pedro II foi Bernardo de Vasconcelos. Idem, *ibidem*. p. 60.
- ⁸³ Idem, *ibidem*. p. 61.
- ⁸⁴ No primeiro período, em 1856, foi criada, para o ensino secundário, a cadeira especial de História Sagrada, para fornecer a educação religiosa. No segundo período, entre 1920 e 1934 ainda se evidencia a forte presença dos ginásios católicos ante os oficiais. Idem, *ibidem*, respectivamente, p. 61 e 43.
- ⁸⁵ Nikita Harwich Vallenilla. “Imaginario colectivo e identidade nacional: tres etapas en la enseñanza de la historia de Venezuela. In: RIEKENBERG, Michael (Comp.). *Latinoamérica: enseñanza de la historia, libros de texto y conciencia histórica*. Buenos Aires: Alianza Editorial/ FLACSO; Frankfurt: Georg Eckert Instituts, 1991. p. 78.
- ⁸⁶ Idem, *ibidem*. p. 79-80.
- ⁸⁷ VÁZQUEZ, Josefina Zoraida. “Textos de historia al servicio del nacionalismo”. In: RIEKENBERG, M. Op. cit. p. 39.
- ⁸⁸ LÓPEZ, L. V. “Discurso...” Op. cit. p. 25-26.
- ⁸⁹ A Escola Normal do Paraná foi fundada durante a administração de Sarmiento e, a partir de 1886, Pedro Scalabrini, professor de Ciências Naturais, divulgou aí o positivismo, combinado com as

- teorias de Spencer e Darwin, formando uma nova geração de educadores positivistas. SOLARI, M. H. Op.cit. p. 225 a 228.
- ⁹⁰ Citado por SOLARI, M. H. Op. cit. p. 237.
- ⁹¹ ROJAS, R. Op. cit. p. 317. (Transcrito dos *Antecedentes sobre enseñanza secundaria y normal en la República Argentina*, 970 p., mandado reunir em 1903 pelo Ministro da Instrução Pública).
- ⁹² Por esse Plano as Escolas Normais para mestres tinham duração de dois anos e para professores, de três. ROJAS, R. Op. cit. p. 318-319.
- ⁹³ FREGEIRO, Clemente L. "El doctor Vicente Fidel López y un texto de historia argentina." In: *Estudios Históricos sobre la Revolución de Mayo*. Buenos Aires: El Ateneo, 1930. p. 63.
- ⁹⁴ Idem, ibidem. p. 63.
- ⁹⁵ Dados citados por ROJAS, R. Op. cit. p. 318-319.
- ⁹⁶ Citado por ROJAS, R. Op. cit. p. 322.
- ⁹⁷ Idem, ibidem. p. 321-322. Pelo Plano de 1891 o Latim continuava figurando no currículo do ensino secundário, apesar das resistências e tentativas de retirar esta disciplina, considerada por alguns como matéria "inútil".
- ⁹⁸ ROCK, David. Op. cit. 245.
- ⁹⁹ Sobre os festejos do Centenário e sua relação com o culto à pátria, ver: GODOY, Cristina; HOURCADE, Eduardo. [Coord. do Taller de Historia de las Mentalidades]. "La Argentina de 1910: sensibilidad, alegorías, argumentos en torno de un Centenario". *Estudios Sociales*, Santa Fé, n. 4, primeiro semestre, p. 81-95, 1993.
- ¹⁰⁰ Citado por ROJAS, R. Op. cit. nota 1, p. 327.
- ¹⁰¹ BUNGE, Carlos Octavio. "Disciplina Social". In: *El Monitor de la Educación Común*. Buenos Aires, 31 de Maio de 1910. p. 339.
- ¹⁰² OLEACHEA y ALCORTA, B. Op. cit. p. 413.
- ¹⁰³ Idem, ibidem. p. 413-414.
- ¹⁰⁴ Relacionamos a seguir as obras com as referências completas das edições por nós utilizadas: ESTRADA, José Manuel. *Lecciones sobre la Historia de la República Argentina dadas publicamente en 1868*. 3. ed. Buenos Aires: Editorial Científico y Literario Argentino,

1925. 2 Tomos; FREGEIRO, Clemente Leôncio. *Lecciones de Historia Argentina*. Buenos Aires: Librería Rivadavia de G. Mendeský, 1892. 2 Partes (4ª e 3ª ed., respectivamente); LÓPEZ, Vicente Fidel. *Manual de la Historia Argentina*. Buenos Aires: Librerías Anaconda, 1936 e LEVENE, Ricardo. *Lecciones de Historia Argentina*. 16. ed. Buenos Aires: J. Lajouane, 1937. 2 Tomos.
- ¹⁰⁵ Esta característica não foi exclusiva da Argentina. No Brasil a elaboração dos livros de História Nacional também esteve vinculada "à produção do conhecimento erudito elaborado por intelectuais nacionais". BITTENCOURT, C. M. F. *Livro didático...* Op. cit. p. 194.
- ¹⁰⁶ Carta de 17/10/1865. Citada por ZULUAGA, Rosa M. "El primer ensayo de una filosofía de la historia nacional. 'Las Lecciones' de José Manuel Estrada (1866-1869)." *Revista de Historia Americana y Argentina*, Mendoza, año III, Nºs 5 e 6, p. 229-254, p. 238, 1960-61.
- ¹⁰⁷ Carta de 28/10/1865. Idem, ibidem. p. 238/239, nota 29.
- ¹⁰⁸ ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit., T. I, pp. 1-30. (Grifos nossos).
- ¹⁰⁹ ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. I, p. 6. (Grifos nossos).
- ¹¹⁰ Estrada foi professor no ensino normal, secundário e superior e ocupou cargos diretivos escolares, como a chefia do Departamento de Escolas (1869-70), a presidência da Direção de Escolas Normais (1874) e a reitoria do Colégio Nacional de Buenos Aires (1876-78).
- ¹¹¹ GARCÍA-MÉROU, Martín. *Recuerdos Literarios*. Buenos Aires: L. J. Rosso, 1937. p. 48.
- ¹¹² RIVAROLA, Rodolfo. *El maestro José Manuel Estrada*. Lecturas en las Academias. Edição de 1914, p. 10. Apud. ROJAS, Ricardo. "Noticia Preliminar". In: ESTRADA, José Manuel. *La política liberal bajo la tiranía de Rosas*. Buenos Aires: Librería La Facultad, 1927. p. 29-30.
- ¹¹³ Citado por ROJAS, R. "Noticia preliminar". In: ESTRADA, J. M. *La política... op. cit.*
- ¹¹⁴ Esta posição é defendida tanto por ROJAS, R. Idem, ibidem.,

como por ZULUAGA, R. Op. cit.

- ¹¹⁵ Em geral, são consideradas obras fundadoras da historiografia argentina: MITRE, Bartolomé. *Historia de Belgrano y de la emancipación argentina*. Buenos Aires: Biblioteca de la Nación, 1902 e LÓPEZ, Vicente Fidel. *Historia de la República Argentina*. Buenos Aires: Kraft, 1913.
- ¹¹⁶ Estrada. *Lecciones...* Op. cit. T. I, p. 70. Relacionamos a seguir as principais obras de José Manuel Estrada: *Signum Federis* (1859); *El génesis de nuestra raza* (1861); *El catolicismo y la democracia* (1862); *Ensayo sobre la Revolución del Paraguay y la Guerra de 1865* (1865). Quanto às obras didáticas, escreveu, além do manual analisado, 15 conferências sobre o período de Rosas, que foram lidas aos alunos da cátedra de Instrução Cívica do Colégio Nacional de Buenos Aires, em 1873, e reunidas numa publicação intitulada *La Política Liberal bajo la Tiranía de Rosas*.
- ¹¹⁷ FREGEIRO, Clemente L. e BIDAÚ, Eduardo L. *Programa de Historia Nacional. 1º y 2º Año de Estudios. Colegio Nacional de la Capital, Curso de 1885*. Buenos Aires: Imprenta de M. Biedma, 1885. p. 1-18 Nessa época Clemente Fregeiro atuava como professor no Colégio Nacional e posteriormente também deu aulas para o ensino superior, na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires.
- ¹¹⁸ Em 1889 foi publicada uma terceira edição da primeira parte e uma segunda edição da segunda parte. Em 1892 foi publicada a quarta edição da parte I e a terceira edição da parte II, que são utilizadas neste trabalho.
- ¹¹⁹ A única nota com este caráter remete a um livro do próprio autor.
- ¹²⁰ FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. Parte II, p. 115-116.
- ¹²¹ Idem, ibidem. Parte I, p. 6. O educador Pablo Pizzurno, escrevendo em 1910, também dizia que era recomendável que os alunos usassem o livro didático como forma de despertar-lhes o raciocínio, “perviniéndoles contra el aprendizaje mecánico de memoria...” PIZZURNO P. Op. cit. p. 95. Sobre o aspecto da memorização, foi comum, na América Latina, o uso de catecismos que tinham como forma de apresentação de texto um

- sistema de “perguntas e respostas”. Segundo Nikita Hardwich, que estuda os manuais de História da Venezuela, esse método era o mais apropriado para suprir a carência de professores bem preparados – procedendo-se à cópia e memorização das lições – e também a ausência de livros, tendo em vista as baixas tiragens editoriais do período. Além disso, a continuidade da publicação dos catecismos se ligava à manutenção de uma prática de ensino desenvolvida no período colonial. No contexto pós-independência, os catecismos se revestiam de um caráter político, no qual se destacava o culto aos heróis. HARDWICH, N. Op. cit. Na Argentina, tomamos conhecimento de que também existiram os “catecismos políticos”, como demonstra o título da seguinte obra: ESTRADA, S. (Comp.). *Catecismo de historia argentina desde el descubrimiento de América hasta nuestros días: con rasgos biográficos y retratos de Liniers, Belgrano, San Martín, Moreno, Rivadavia, Lavalle, Brown, Dorrego y Rosas*. Buenos Aires: Igón, 1884. Entretanto, nenhum dos manuais aqui analisados adotou a didática do catecismo.
- ¹²² Os textos complementares se referem à vida dos descobridores. Trata-se de excertos das seguintes obras: Vivien de Saint-Martin. *Histoire de la Géographie*; Washington Irving. *Vida y viajes de Cristóbal Colón e Viajes y Descubrimientos de los compañeros de Colón*; Prescott. *Historia del Reinado de los Reyes Católicos*; Quintana. *Vida de Vasco Núñez de Balboa*.
- ¹²³ RIBEIRO, Ana. *Historiografía Nacional (1880-1914)*. De la épica al ensayo sociológico. Uruguay: Academia Nacional de Letras, 1993, p. 37.
- ¹²⁴ FREGEIRO, C. L. “El doctor...” In: *Estudios históricos...* Op. cit. p. 94-95.
- ¹²⁵ FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. Parte I, p. 10. A seguir, as principais obras de Clemente Fregeiro: *Juan Díaz de Solís y el Descubrimiento del Río de la Plata* (1879), *Historia Documental y Crítica* (1893), *Resumen Histórico* (introdução ao Censo de 1895), *La Batalla de Ituzaingó* (1919) e os trabalhos biográficos: *Monteagudo* (1880), *San Martín* (1884) e *Vieytes* (1893). Quanto à sua obra didática, publicou, além das *Lecciones...*, o *Compendio*

de *Historia Argentina*, destinado ao ensino primário. Esse livro, impresso em Paris, foi publicado pela primeira vez em 1877, sem nome de autor. Diferentemente dos livros do ensino secundário, é apresentado em um único volume. Quanto às divisões internas, apresenta duas partes diferentes e bem definidas. A primeira estende-se de 1492 a 1828, isto é, da Descoberta da América às vésperas do governo Rosas, e divide-se em três “livros” (*Descubrimiento y Conquista; La Colonia; La Revolución y La Independencia*). A segunda parte é um sumário histórico de 1830 a 1875. A opção de resumir o período posterior a 1830 deveu-se, segundo o autor, à dificuldade de abordar o período de Rosas e os acontecimentos contemporâneos. Uma terceira edição do manual saiu em 1885. FREGEIRO, Clemente L. *Compendio de la Historia Argentina*. Buenos Aires: Igón Hermanos, 1877.

¹²⁶ FREGEIRO, C. L. “El doctor...” In: *Estudios históricos...* Op. cit. p. 64.

¹²⁷ FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. Parte I, p. 14.

¹²⁸ Nessa polêmica, López defendia uma “versão unitária” da história argentina e condenava a “versão federalista” construída por Fregeiro. Este último autor se defende afirmando que a negação aos princípios federalistas significava uma atitude anticonstitucional, uma vez que a Constituição de 1853 era uma constituição federal. Para Fregeiro, contrariar essa Constituição seria retomar as discórdias da primeira metade do século XIX, anulando a “paz nacional” conquistada em 1853.

¹²⁹ FREGEIRO, C. L. “El doctor...” In: *Estudios históricos...* Op. cit., p. 62.

¹³⁰ Além da edição aqui utilizada, de 1936, temos ainda conhecimento das seguintes edições desse manual: Buenos Aires: Editora de La Facultad, 1920 e Buenos Aires: Talleres Gráficos Argentinos, L. J. Rosso, 1937.

¹³¹ É preciso lembrar que Vicente Fidel López teve uma longa vida, tendo nascido em Buenos Aires, em 1815, e morrido nessa mesma cidade, em 1903. Sua posição familiar era bastante privilegiada, o que foi determinante para a sua formação. Seu pai,

Vicente López y Planes, foi uma figura de destaque no início do século XIX. Escreveu uma poesia chamada *Triunfo Argentino*, que em geral é citada nos manuais, e que retrata a vitória de Buenos Aires sobre os ingleses em 1807. Foi autor também da letra do Hino Nacional, votada em Assembléia Nacional em 1813. Fidel López participou da Geração de 1837 e foi exilado político vivendo no Chile e no Uruguai, durante o governo de Rosas. Finda a ditadura, seu pai foi nomeado governador de Buenos Aires por Urquiza, e Vicente Fidel López, Ministro da Instrução Pública. Outros cargos importantes ocupados pelo autor foram: Ministério da Fazenda na década de 1890, Presidência do Banco da Província de Buenos Aires e Reitoria da Universidade de Buenos Aires. Sobre sua produção intelectual, iniciou a carreira como escritor no periodismo chileno, durante o exílio. Publicou, ainda no Chile, trabalhos historiográficos e literários. Na década de 1870 dirigiu um periódico mensal de história e literatura americana chamado *Revista del Río de la Plata*. Em 1882 travou uma polêmica historiográfica com Mitre (Bartolomé Mitre. *Comprobaciones históricas y nuevas comprobaciones históricas* e López. *Debate histórico: refutaciones a las comprobaciones históricas*) e iniciou, um ano depois, a publicação de *Historia de la República Argentina*, que é sua obra mestra editada em 10 volumes. Em 1889 polemizou com Clemente L. Fregeiro, criticando seu manual de História Argentina, e em 1898 lançou a primeira edição de seu *Manual de la Historia Argentina*. Consultar sobre o autor: ROMERO, Jose Luis. “Estudio preliminar”. In: LÓPEZ, Vicente Fidel. *Memoria sobre los resultados generales con que los pueblos antiguos han contribuido a la civilización de la humanidad*. Buenos Aires: Nova, 1943. p. 11-12; ROJAS, Ricardo. “Noticia preliminar”. In: *Debate histórico*. Buenos Aires: La Facultad, 1921, p. 5-14. BUCHBINDER, Pablo. “Emilio Ravignani: la historia, la nación y las provincias”. In: DEVOTO, F. *La historiografía argentina en el siglo XX*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

¹³² LÓPEZ, V. F. *Manual...* Op. cit. nota 1, p. 387-388. Adolfo Saldías era um advogado liberal que escreveu, na década de 1880,

uma obra sobre Rosas, tendo como objetivo alcançar a “imparcialidade”. Em *La Historia de Rosas y su época*, Saldías defende a tese de que Rosas era a expressão das classes populares contra a minoria ilustrada unitária. QUATROCCHI-WOISSON, D. Op. cit. p. 32.

¹³³ BUCHBINDER, P. “Emilio Ravignani....” In: DEVOTO, F. *La historiografía...* Op. cit. p. 107, nota 24.

¹³⁴ Ver sobre as diferenças metodológicas entre Mitre e López: PLÁ, Alberto J. *Ideología y método en la historiografía argentina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

¹³⁵ Levene havia sido professor de História no Colégio Nacional de Buenos Aires, em 1908, e em 1913 iniciaria a docência em nível superior, ingressando como professor na Facultad de Ciencias de la Educación de La Plata.

¹³⁶ Lembramos que a edição utilizada é de 1937, tratando-se de uma edição aumentada.

¹³⁷ LEVENE, R. *Lecciones...* Op. cit., respectivamente, p. 459-460 (T. I); 228 (T. II); 234 (T. II) e 403 (T. II).

¹³⁸ Ricardo Levene teve uma rápida ascensão em sua carreira, participando de várias instituições que se dedicavam ao ensino e pesquisa de História na Argentina, além de ter representado várias vezes seu país em institutos de pesquisa histórica na América Latina. Iniciou sua carreira como professor do Colégio Nacional de Buenos Aires, na primeira década do século XX. Em 1913 ingressou como docente na Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de La Plata, tornando-se Conselheiro em 1914 e atingindo o Decanato em 1920. Ainda nessa década participou de uma série de atividades acadêmicas, fundando e dirigindo publicações especializadas, além de instituições de fomento à pesquisa, como a Revista *Humanidades* (1921), a Biblioteca de Humanidades (1923) e o Instituto Bibliográfico (1926). No mesmo período tornou-se secretário da Junta de História e Numismática Americana (JHNA), chegando a Primeiro Vice-Presidente da mesma. Levene estreitou relações acadêmicas com outros países da América Latina, atrelando-se aos Institutos

Histórico e Geográficos do Brasil, Peru e Uruguai. Na década de 30 se empenhou na criação de filiais da Junta de História e Numismática Americana pelo país e na transformação da Junta em Academia Nacional de História (1938). Levene idealizou e coordenou uma coleção monumental sobre História Argentina, publicada na década de 1930 com patrocínio financeiro do Governo Federal. A coleção intitula-se *Historia de la Nación Argentina*, e seus volumes foram profusamente utilizados nas escolas argentinas até muito recentemente. Esse projeto já tinha sido formulado por Clemente Fregeiro em 1918 e apresentado à Junta de História e Numismática Americana, tendo sido vetado. Entre 1936 e 1948, Levene presidiu ainda a Comissão Nacional de Museus e Monumentos Históricos, e na década de 1940 cuidou da representação da Academia Nacional de História em âmbito estrangeiro, sobretudo na América Latina. PAGANO, Nora; GALANTE, Miguel. “La Nueva Escuela Histórica: una aproximación institucional; del Centenario a la década del 40”. In: DEVOTO, Fernando. *La historiografía*. Op. cit., sobretudo p. 52-61.

¹³⁹ QUATROCCHI-WOISSON, D. “Historia y contra-historia en Argentina. 1916-30”. *Cuadernos de Historia Regional*, Buenos Aires, n. 9, p. 34 e seguintes, 1987. Apud PAGANO, N. e GALANTE, M. A. “La Nueva Escuela...” In: DEVOTO, F. *La historiografía...* Op. cit. p. 47.

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*. p. 48.

¹⁴¹ LEVENE, R. *Lecciones...* Op. cit. T. I, p.15.

¹⁴² Idem, *ibidem*. T. II, nota 2, p. 496-497.

¹⁴³ Idem, *ibidem*. Prólogo à 1ª ed., p. XVIII, 1912.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*. Prólogo à 12ª ed., p. XL, 1929.

¹⁴⁵ Idem, *ibidem*. Prólogo à 12ª ed. p. XL/XLI, 1929.

¹⁴⁶ Apesar da Independência argentina ter sido formalizada somente em 1816, os historiadores do período assinalaram a Revolução de Maio de 1810 como momento decisivo na divisão da História “antiga” e “moderna” do país.

- ¹⁴⁷ Essa questão é abordada no capítulo 3 deste trabalho.
- ¹⁴⁸ Deve-se alertar, aqui, para o fato de que o primeiro período cobre uma abrangência temporal infinitamente maior do que o período da independência. Para observação desses dados, vide quadro no final do capítulo.
- ¹⁴⁹ Mantemos esta palavra entre aspas por entendermos que se trata de uma idéia concebida pelos autores aqui citados e sobre a qual estamos procurando fazer uma leitura crítica.
- ¹⁵⁰ DOMÍNGUEZ, Luis L. *Historia Argentina; 1492-1820*. Buenos Aires: Imprenta del Orden, 1861. Trata-se de um manual utilizado para o ensino da História Nacional. Esse manual não foi contemplado pelo fato de não termos conseguido localizar a informação sobre o nível de ensino para o qual era destinado.
- ¹⁵¹ Idem, *ibidem*. p. 5.
- ¹⁵² Idem, *ibidem*. p. 6. (Grifos nossos).
- ¹⁵³ ESTRADA, J. M. *Lecciones...* T. I, p. XV (Grifos nossos).
- ¹⁵⁴ BOTANA, N. "El federalismo..." In: CARMAGNANI, M. Op. cit. p. 230-231.
- ¹⁵⁵ FREGEIRO, C. L. Op. cit. Parte I, p. 130.
- ¹⁵⁶ Idem, *ibidem*. p. 170-171.
- ¹⁵⁷ Idem, *ibidem*. p. 171.
- ¹⁵⁸ ESTRADA, J. M. Op. cit. T. I, p. 74-75. Sobre José Manuel Estrada e o "catolicismo-liberal" na Argentina, ver: IGLESIAS, Ricardo, Horacio. "Los católicos-liberales durante la década del '80". In: PUIGGRÓS, Adriana (Dir.). *Sociedad civil y Estado en las orígenes del sistema educativo en Argentina*. Buenos Aires: Galerna, 1991. p. 257-279. Segundo o autor, é necessário distinguir, na Argentina da década de 1880, as diferentes tendências dentro do catolicismo, que iam do "catolicismo ultramontano, identificado en la jerarquía eclesiástica y sostenido en su base económica por los terratenientes más poderosos, a los católicos liberales sin bases socioeconómicas que sustentaron sus proyectos, pero concentraron fuerzas apostando políticamente a opciones más democráticas". p. 263.

- ¹⁵⁹ FREGEIRO, C. L. Op. cit. Parte I, p. 115.
- ¹⁶⁰ ESTRADA, J. M. Op. cit. T. I, p. 147.
- ¹⁶¹ Idem, *ibidem*. p. 102-103.
- ¹⁶² LEVENE, R. *Lecciones...* T. I, p. 168.
- ¹⁶³ Idem, *ibidem*. T. I, p. 272.
- ¹⁶⁴ ESTRADA, J. M. Op. cit. T. I, p. 87-88.
- ¹⁶⁵ LÓPEZ, V. F. *Manual...* p. 100.
- ¹⁶⁶ Idem, *ibidem*. p. 11.
- ¹⁶⁷ LÓPEZ, V. F. Op. cit. p. 101. (Grifos nossos).
- ¹⁶⁸ Segundo López, "el ancho desierto de nuestras pampas hacia imposible esclavizar al hombre. El esclavo huía, tomaba caballo, y se emancipaba. Los intereses del gran cultivo y de los amos no tenían que sujetarlo. Los negros pasaban en recuas, desde nuestro puerto a los cultivos del Perú; y los indios vencidos o empadronados refundieron en la población urbana, y en el servicio doméstico de las familias por falta de tareas agrícolas en que explotarlos." LÓPEZ, V. F. *Manual...* Op. cit. p. 123-124.
- ¹⁶⁹ Idem, *ibidem*. p. 123-124.
- ¹⁷⁰ FREGEIRO, C. L. Op. cit. Parte I, p. 112.
- ¹⁷¹ LÓPEZ, V. F. Op. cit. p. 130. (Grifos nossos). Vale ressaltar aqui o destaque dado pelo autor a Buenos Aires na derrocada do sistema colonial espanhol.
- ¹⁷² Idem, *ibidem*. p. 187-188. (Grifos nossos).
- ¹⁷³ Idem, *ibidem*. p. 188. (Grifos nossos).
- ¹⁷⁴ LEVENE, R. Op. cit. T. I, p. 85-86.
- ¹⁷⁵ Idem, *ibidem*. p. 360.
- ¹⁷⁶ ESTRADA, J. M. Op. cit. T. I, p. 1.
- ¹⁷⁷ LEVENE, R. Op. cit. T. I, p. 129-131.
- ¹⁷⁸ Idem, *ibidem*. p. 132 a 138.
- ¹⁷⁹ Idem, *ibidem*. p. 139-140.
- ¹⁸⁰ A expressão é de José Manuel Estrada.

- ¹⁸¹ LEVENE, R. Op. cit. T. I, p. 449.
- ¹⁸² ESTRADA, J. M. Op. cit. T. I, p. 112.
- ¹⁸³ LÓPEZ, V. F. Op. cit., p. 86-87.
- ¹⁸⁴ FREGEIRO, C. L. Op. cit. Parte I, p. 130-131. Para Fregeiro o período “del coloniaje propiamente dicho” se estende de 1580 a 1810, marcados, respectivamente pela segunda fundação de Buenos Aires e pela Revolução de Maio. O período anterior a 1580 é chamado de “descubrimiento y conquista”. Essas demarcações variam de autor para autor, implicando em conotações interpretativas que acompanham uma ênfase especial que cada autor dá em seu manual. Assim, no manual de Vicente Fidel López, apesar de não estabelecer essa separação explicitamente, localiza três momentos de grande importância rumo à consolidação de uma “nacionalidade colonial”: em primeiro lugar, cronologicamente, a fundação de Santa Fé, em 1573, pelo significado de ampliação da capacidade de exploração dos leitos fluviais e, com isso, da sinalização para o desenvolvimento econômico; a refundação de Buenos Aires em 1580, cidade que é representada como grande porta aberta para o Atlântico e por último, e fundamentalmente, a separação, em 1617, entre província ou *gobernación* do Paraguai ou La Guará e a de Buenos Aires ou Rio da Prata, cuja ênfase sobre este período está ligada, no manual de López, à sua visão extremamente portenha e sobre sua perspectiva rancorosa com relação ao Paraguai pelo fato de Assunção ter assumido o “lugar natural” de Buenos Aires como centro de colonização na região, com o despovoamento dessa cidade em 1541. Em Estrada, a passagem para “el orden legal colonial” se dá no início do século XVII, com base em uma modificação na concepção da constituição real sobre a conquista, encarando-a então como “pacificação” e com o trabalho missionário dos jesuítas. ESTRADA. *Lecciones...* T. I, p. 89 Para Levene, o período colonial pode separar-se pela organização político-administrativa (Adiantados/Governadores/Vice-Reis), pelas razões econômicas, ou por “períodos históricos”. Assim, da Conquista até o início do século XVII, teriam se lançado “las bases de la civilización europea en unión con la cultura indígena”; o século XVII teria sido marcado como momento de fortes lutas econômicas,

- e o século XVIII pela importância das reformas borbônicas e o estabelecimento do Vice-Reinado do Rio da Prata. LEVENE, *Lecciones...* T. I, p. 24-25.
- ¹⁸⁵ LÓPEZ, V. F. Op. cit. p. 161.
- ¹⁸⁶ ESTRADA, J. M. Op. cit. T. I, p. 295.
- ¹⁸⁷ Idem, *ibidem*. p. 296.
- ¹⁸⁸ Idem, *ibidem*. p. 298-299.
- ¹⁸⁹ Idem, *ibidem*. p. 304.
- ¹⁹⁰ Idem, *ibidem*. p. 309.
- ¹⁹¹ Idem, *ibidem*. p. 309-311.
- ¹⁹² FREGEIRO, C. L. Op. cit. Parte II, p. 9-10.
- ¹⁹³ Idem, *ibidem*. p. 14.
- ¹⁹⁴ LÓPEZ, V. F. Op. cit. p. 173 e 174.
- ¹⁹⁵ Idem, *ibidem*. p. 176.
- ¹⁹⁶ Idem, *ibidem*. p. 178.
- ¹⁹⁷ LEVENE, R. Op. cit. T. I, p. 415.
- ¹⁹⁸ FREGEIRO, C. L. Op. cit. Parte I, p. 23-24. (Grifos nossos).
- ¹⁹⁹ LEVENE, R. Op. cit. T. I, p. 430.
- ²⁰⁰ ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. I, p. 237.
- ²⁰¹ FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. Parte II, p. 34.
- ²⁰² Idem, *ibidem*. p. 37
- ²⁰³ Idem, *ibidem*. p. 10.
- ²⁰⁴ ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. I, p. 169-170.
- ²⁰⁵ Idem, *ibidem*. T. I, p. 224.
- ²⁰⁶ SHUMWAY, Nicolás. Op. cit. p. 211.
- ²⁰⁷ MITRE, Bartolomé. *Historia de Belgrano y de la emancipación argentina*. Buenos Aires: Biblioteca de la Nación, 1902.
- ²⁰⁸ LEVENE, R. *Lecciones...* Op. cit. Prólogo à 12ª ed. p. XL/XLI.
- ²⁰⁹ Das quatro obras analisadas, somente a de Vicente Fidel López, *Manual de la História Argentina*, não traz em seu título a palavra *Lecciones*.

- 210 FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. Parte I, p. 19.
- 211 ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. I, p. 223.
- 212 LÓPEZ, V. F. *Manual...* Op. cit. p. 251.
- 213 FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. Parte II, p. 111.
- 214 LEVENE, R. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 187.
- 215 ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. I, p. 239.
- 216 FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. Parte II, p. 48.
- 217 LEVENE, R. *Lecciones...* Op. cit. T. I, p. 298.
- 218 Idem, ibidem. Op. cit. T. I, 261.
- 219 FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. Parte II, p. 73.
- 220 Idem, ibidem. p. 71.
- 221 Idem, ibidem. p. 49.
- 222 LÓPEZ, Vicente Fidel. *Manual...* Op. cit. p. 242-243, nota 1.
- 223 FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. Parte II, p. 57.
- 224 LÓPEZ, V. F. *Manual...* Op. cit. p. 216.
- 225 Idem, ibidem. p. 230.
- 226 ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 26. (Grifos nossos).
- 227 LEVENE, R. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 54.
- 228 FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. Parte II, p. 57.
- 229 LÓPEZ, V. F. *Manual...* Op. cit. T. II, p. 307.
- 230 Idem, ibidem. p. 318.
- 231 FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. Parte II, p. 81.
- 232 Idem, ibidem. p. 26. (Grifos nossos).
- 233 Idem, ibidem. p. 29. (Grifos nossos).
- 234 ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 277.
- 235 Idem, ibidem, T. I, p. 335-336.
- 236 FREGEIRO, C. L. *Compendio...* p. 156-157.
- 237 ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. I, p. 277-279.
- 238 FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. Parte II, p. 34.

- 239 ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 3. (Grifos nossos).
- 240 Idem, ibidem. p. 281.
- 241 LÓPEZ, V. F. *Manual...* Op. cit. T. I, p. 209-210.
- 242 SHUMWAY, Nicolás. Op. cit. p. 38.
- 243 FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. Parte II, p. 131. (Grifos nossos).
- 244 ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. I, p. 381.
- 245 Idem, ibidem. p. 14-15.
- 246 ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. I, p. 182.
- 247 Idem, ibidem. p. 239.
- 248 Idem, ibidem. p. 264-265.
- 249 Idem, ibidem. p. 276-277.
- 250 LÓPEZ, V. F. *Manual...* Op. cit. p. 211.
- 251 ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. I, p. 278.
- 252 Idem, ibidem. T. II, p. 24-25.
- 253 LÓPEZ, V. F. *Manual...* Op. cit. p. 213.
- 254 Idem, ibidem. p. 251-252.
- 255 Idem, ibidem. p. 324.
- 256 Idem, ibidem. p. 249-250.
- 257 Idem, ibidem. p. 299.
- 258 ROCK, David. Op. cit. p. 137.
- 259 LÓPEZ, V. F. *Manual...* Op. cit. p. 341-342.
- 260 Idem, ibidem. p. 349.
- 261 Idem, ibidem. p. 361-362.
- 262 ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. II. p. 101. (Grifos nossos).
- 263 Idem, ibidem. p. 109-110.
- 264 Apud LÓPEZ, V. F. In: LEVENE, Ricardo. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 113, nota 1.
- 265 FREGEIRO, C. L. *Compendio...* Op. cit. p. 193-194.

- ²⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 156-157.
- ²⁶⁷ FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 141.
- ²⁶⁸ LEVENE, R. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 249.
- ²⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 112/113.
- ²⁷⁰ Idem, *ibidem*. p. 343.
- ²⁷¹ Idem, *ibidem*. p. 343.
- ²⁷² FREGEIRO, C. L. *Compendio...* Op. cit. p. 202.
- ²⁷³ ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. I, p. 195.
- ²⁷⁴ Idem, *ibidem*. p. 334-335.
- ²⁷⁵ FREGEIRO, C. L. "El doctor..." In: *Estudios históricos...* Op. cit. p. 77.
- ²⁷⁶ LÓPEZ, V. F. *Manual...* Op. cit. p. 324.
- ²⁷⁷ SHUMWAY, Nicolás. Op. cit. p. 139.
- ²⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 59.
- ²⁷⁹ QUATROCCHI-WOISSON, Diana. Op. cit. p. 21-22.
- ²⁸⁰ Esta vertente é desenvolvida por José María Ramos Mejía, em *Rosas y su tiempo*, obra publicada em 1907. ZIMMERMANN, Eduardo A. "Ernesto Quesada, la época de Rosas y el reformismo institucional del cambio del siglo". In: DEVOTO, Fernando (Comp.). *La historiografía...* Op. cit. p. 23-44.
- ²⁸¹ Idem, *ibidem*. p. 26.
- ²⁸² Sobre o revisionismo histórico, consultar: QUATROCCHI-WOISSON, Diana. Op. cit. e BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola, 1999, sobretudo o capítulo 6.
- ²⁸³ ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 403.
- ²⁸⁴ FREGEIRO, C. *Compendio...* Op. cit. p. 11.
- ²⁸⁵ LEVENE, R. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 414.
- ²⁸⁶ ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 430.
- ²⁸⁷ FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 171.

- ²⁸⁸ Idem, *ibidem*, p.171.
- ²⁸⁹ ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 405-406/435-436.
- ²⁹⁰ LÓPEZ, V. F. *Manual...* Op. cit. p. 388.
- ²⁹¹ LEVENE, Ricardo. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 384-385.
- ²⁹² ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 434.
- ²⁹³ Idem, *ibidem*, p. 434.
- ²⁹⁴ LÓPEZ, V. F. *Manual...* Op. cit. p. 189.
- ²⁹⁵ Idem, *ibidem*. p. 389-390. (Grifos do autor).
- ²⁹⁶ ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T II, p. 431.
- ²⁹⁷ LEVENE, Ricardo. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 387.
- ²⁹⁸ LÓPEZ, V. F. *Manual...* Op. cit. p.382.
- ²⁹⁹ Idem, *ibidem*. p. 383.
- ³⁰⁰ Idem, *ibidem*. p. 385.
- ³⁰¹ ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 444.
- ³⁰² LÓPEZ, V. F. *Manual...* Op. cit. p. 388.
- ³⁰³ Idem, *ibidem*, p. 388.
- ³⁰⁴ FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 171.
- ³⁰⁵ Idem, *ibidem*. p. 169.
- ³⁰⁶ O autor se refere aos intelectuais liberais que se exilaram durante a ditadura, sobretudo em Montevideu, e que, em 1852, uniram suas forças às do exército formado por Urquiza, de Entre Rios, para a derrubada de Rosas.
- ³⁰⁷ ESTRADA, J. M. *Lecciones...* Op.cit. T. II. (Grifos nossos).
- ³⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 458.
- ³⁰⁹ LEVENE, R. *Lecciones...* Op.cit., T. II, p. 449.
- ³¹⁰ FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 181.
- ³¹¹ LEVENE, R. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 465-466.
- ³¹² FREGEIRO, C. L. *Lecciones...* Op. cit. T. II, p. 191-192.
- ³¹³ Sobre o tema, ver o artigo de Fernando Devoto que sinaliza algumas hipóteses sobre a questão da ausência da imigração nos manuais escolares produzidos entre 1912 e 1974. DEVOTO, F.

“Idea de nación, inmigración y ‘cuestión social’ en la historiografía académica y en los libros de texto de Argentina (1912-1974).” *Estudios Sociales*, Santa Fé, n. 3, p. 9-30, Segundo Sem. 1992.

ANEXOS

MANUAIS DE HISTÓRIA ARGENTINA DO SÉCULO XIX

Autor	Título	Edições	Nível	Abordagem cronológica
Luis L. Domínguez	La historia argentina	1861		1492-1820
Jose Manuel Estrada	Lecciones sobre la Historia de la República Argentina	1868 1899 1925	Secundário e Escola Normal	1492-1852
Clemente Leoncio Fregeiro	Compêndio de la Historia Argentina	1877/ 1888	Primário	1492-1875
Lúcio Vicente López	Lecciones de Historia Argentina	1878	Superior (UBA)	1492-1776
Clemente Leoncio Fregeiro	Lecciones de Historia Argentina	1886/1892	Secundário	1492-1885
Alfredo B. Grosso	Nociones de Historia Nacional	1893 1933	Primário	1492-1932
Vicente Fidel López	Manual de la Historia Argentina	1898 1936 1937	Secundário	1492-1880
Mariano L. Pelliza	La historia Argentina desde su Origen hasta la Organización Nacional	1910	Secundário	1492-1862
Martín-García Mérou	Historia de la Republica Argentina	1899 1905	Secundário	1492-1870

MANUAIS DE HISTÓRIA ARGENTINA DO SÉCULO XX

Autor	Título	Edições	Nível	Abordagem cronológica
R. Levene e C. Imhoff	La Historia Argentina en Cuadros para los Niños	1910 1912 1921	Primário	1492-1916
M. Vedia y Mitre	Compendio de Historia Argentina	1911	Secundário e Escola Normal	1810-1910
R. Levene	Lecciones de Historia Argentina	1912 1937 (16ª)	Secundário	1492-1930
J. M. Aubin	Curso de Historia Nacional	1915	Primário	Povos indígenas/ 1492-1914
Rómulo Cárbia	Manual de Historia de la Civilización Argentina	1917	Secundário e Escola Normal	"pré-história"- final do XVI
Rómulo Cárbia	Lecciones de Historia Argentina	1917	Primário	"pré-história"-1916
Roberto Tavella	La Historia de la Patria	s/d	Primário	1492-1895
Alfonso Alcaide	Resumen de Historia Argentina	s/d	Primário	1492-1932
J. Cobos Daract	Historia Argentina	s/d	Secundário e Escola Normal	1810-1815
H. E. C.	Historia Argentina	s/d	Primário	1492-1932
Alberto López Fianza	Apuntes de Historia Argentina	1930	—	1810-1922

FONTES

ESTRADA, José Manuel. *Lecciones sobre la Historia de la República Argentina dadas publicamente en 1868*. 3. ed. Buenos Aires: Editorial Científico y Literario Argentino, 1925. 2 Tomos.

FREGUIRO, Clemente L. *Compendio de la Historia Argentina*. Buenos Aires: Igón Hermanos, 1877.

_____. *Lecciones de Historia Argentina*. Buenos Aires: Librería Rivadavia de G. Mendeský, 1892. 2 Partes (4. ed. e 3. ed., respectivamente).

_____. "El doctor Vicente Fidel López y un texto de historia argentina". In: *Estudios Históricos sobre la Revolución de Mayo*. Buenos Aires: El Ateneo, 1930. p. 63.

LEVENE, Ricardo. *Lecciones de Historia Argentina*. 16. ed. Buenos Aires: J. Lajouane, 1937. 2 Tomos.

LÓPEZ, Vicente Fidel. *Manual de Historia Argentina*. Buenos Aires: Librerías Anaconda, 1936.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERDI, Juan Bautista. *Fundamentos da organização política Argentina*. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. (1ª ed. 1852).
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1983.
- BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. (1914-1945)*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, civilização e trabalho*. São Paulo: Loyola, 1990.
- _____. *Livro didático e conhecimento histórico. Uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutorado em História) – FFLCH-USP, São Paulo.
- BOTANA, Natalio R. *El orden conservador. La política Argentina entre 1880 y 1916*. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986.
- BRAFMAN, Clara. “Les manuels scolaires de lecture d’origine française en Argentine dans la deuxième moitié du XIXe. siècle”. In: *Histoire de l’Education*, n. 69, p. 63-80, jan. 1996.
- BRAVLASKY, Cecília. “Los usos de la Historia en los libros de texto para escuelas primarias argentinas (1916-1930)”. In: CUCUZZA, Héctor Rubén. *Historia de la educación en debate*. Buenos Aires: Niño y Davila, 1996.
- BUCHBINDER, Pablo. “La historiografía rioplatense y el problema de la nación”. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, n. 69, 2ª serie, año 19, 1994.
- BUNGE, Carlos Octavio. “Disciplina Social”. In: *El monitor de la educación común*. Buenos Aires, p. 339, 31 de Maio de 1910.
- CAETANO, Gerardo (Coord.). *Los uruguayos del Centenario: nación, ciudadanía, religión y educación (1910-1930)*. Montevideo: Taurus, 2000.
- CARBIA, Rómulo D. *Historia de la historiografía argentina*. La

- Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1925.
- CARBONARI, Maria Rosa. "Qué hacemos con la Historia?" In: ENCONTRO PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 2., 12-15/2/1997, São Paulo. *Anais...* São Paulo: CNPq/FE - USP, 1997.
- CARMAGNANI, Marcello (Coord.). *Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo, Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1990.
- _____. "O mundo como representação". *Estudos Avançados*, v. 11, p. 5, 1991.
- CHIARAMONTE, Jose Carlos. *Nacionalismo y liberalismo económicos en Argentina: 1860-1880*. 2. ed. Buenos Aires: Hysoanamérica, 1986.
- _____. "Acerca del origen del Estado en el Río de la Plata" In: *Anuário IEHS*, n. 10, Tandil, Instituto de Estudios Histórico-Sociales, Facultad de Ciencias Humanas/Universidad Nacional del Centro, 1995.
- CLEMENTI, Hebe. *Juventud y política en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XX, 1982.
- CORBIÈRE, Emilio J. *Mamá me mima, Evita me ama*. La educación argentina en la encrucijada. Buenos Aires: Sudamericana, 1999.
- DEVOTO, Fernando. "Idea de nación, inmigración y 'cuestión social' en la historiografía académica y en los libros de texto de Argentina (1912-1974)". *Estudios Sociales*, Santa Fé, n. 3, p. 9-30, segundo sem. 1992.
- _____. *La historiografía argentina en el siglo XX*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.
- _____. "Itinerario de un problema: annales y la historiografía argentina (1929-1965)." *Anuario IEHS*, 10, Tandil, Argentina, 1995.
- DEVOTO, Fernando; FERRARI, M. (Comp.). *La construcción de las democracias rioplatenses: proyectos institucionales y practicas políticas, 1900-1930*. Buenos Aires: Biblos, 1994.

- FOSTER, David William. *The generation of 1880: ideology and cultural texts*. Columbia: University of Missouri Press, 1984.
- GAGLIANO, Rafael S. "Nacionalismo, inmigración y pluralismo cultural. Polémicas educativas en torno al Centenario". In: PUIGGRÓS, Adriana (Dir.). *Sociedad civil y Estado en los orígenes del sistema educativo argentino*. Buenos Aires: Galerma, 1991.
- GARCÍA-MÉROU, Martín. *Recuerdos Literarios*. Buenos Aires: L. J. Rosso, 1937.
- GODOY, Cristina; HOURCADE, Eduardo. (Coord. do Taller de Historia de las Mentalidades). "La Argentina de 1910: sensibilidad, alegorías, argumentos en torno de un Centenario". *Estudios Sociales*, Santa Fé, n. 4, p. 81-95, primeiro semestre 1993.
- GOROSTEGUI DE TORRES, Haydeé. *Historia argentina: la organización nacional*. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós, 1992.
- HALPERÍN-DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- _____. *El pensamiento de Echeverría*. Buenos Aires: Sudamericana, 1951.
- _____. *Revolución y guerra, formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. México: Siglo XXI, 1972.
- _____. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1995.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HUALDE, Margarita. "Vicente Fidel López, político y historiador: 1815-1903". *Revista de Historia Americana y Argentina*. Mendoza, n. 11-12, 1967.
- IGLESIAS, Ricardo Horacio. "Los católicos-liberales durante la década del '80". In: PUIGGRÓS, Adriana (Dir.). *Sociedad civil y Estado en los orígenes del sistema educativo argentino*. Buenos Aires: Galerma, 1991.
- LAFFORGUE, Edmundo. *La escuela popular: su evolución y*

proyección. Buenos Aires: Eudeba, 1980.

LÓPEZ, Lucio Vicente. "Discurso pronunciado por el Dr. Lucio V. Lopez en la Colación de Grados de la Facultad de Derecho el 24 de Mayo de 1890". In: *Comisión de Homenaje. Lucio Vicente López en el cincuentenario de su muerte (1894-1944)*. Buenos Aires: Caporaletti, 1944.

MONTSERRAT, Marcelo. *Ciencia, historia y sociedad en la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

NORA, Pierre. *Le lieux de la mémoire*. Paris: Gallimard, 1985.

OLECHEA y ALCORTA, Baltasar. "Estudio de la historia nacional en la enseñanza primaria y secundaria". In: *El Monitor de la Educación Común*. Buenos Aires, p. 431, 31 de Maio de 1910.

OSZLACK, Oscar. *La formación del Estado argentino*. Buenos Aires: Belgrano, 1982.

PELOSI, Hebe. "A perspectiva americana nas Revistas Históricas argentinas da segunda metade do século XIX". *Revista Brasileira de História: confrontos e perspectivas*, São Paulo: ANPUH/Contexto, v. 16, n. 31 e 32, p. 119-142, 1996.

PÉREZ PINO, Armando. "Notas para un estudio crítico de la historiografía argentina del siglo XIX". *Quinto Centenario*, Madrid: Universidade Complutense, 1989.

PIZARRO, Ana. (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994. (Emancipação do Discurso, 2)

PIZZURNO, Pablo. *La educación común em Buenos Aires*. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría nacional, 1910.

PLÁ, Alberto J. *Ideología y método en la historiografía argentina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

PRADO, Maria Lígia C. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual, 1985

_____. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*, São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999. (Ensaio Latino-americanos, 4).

QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. *Los males de la memoria: historia y política en la Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1995.

RIBEIRO, Ana. *Historiografía nacional: 1880-1940*. De la épica al ensayo sociológico. Montevideo: Ediciones de La Plata, 1994.

RIEKENBERG, Michael (Comp.). *Latinoamérica: enseñanza de la historia, libros de texto y conciencia histórica*. Buenos Aires: Alianza Editorial/ FLACSO; Frankfurt; Georg Eckert Instituts, 1991.

RIVAROLA, Horacio. *Legislación escolar y Ciencia de la Educación*. 3. ed. Buenos Aires: El Ateneo, 1944.

ROSANVALLON, Pierre. "Por uma História Conceitual do Político". *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/ Contexto, v. 15, n. 30, p. 17-18, 1995.

ROCK, David. *Argentina. 1516-1987*. Desde la colonización española hasta Raul Alfonsín. Buenos Aires: Alianza, 1985. p. 208.

ROJAS, Ricardo. *La Restauración nacionalista*. Informe sobre educación. Buenos Aires: Ministerio de Justicia e Instrucción Pública, 1909.

_____. "Noticia preliminar." In: MITRE, Bartolomeu. *Debate histórico*. Buenos Aires: La Facultad, 1921.

_____. "Notícia Preliminar", In: ESTRADA, José Manuel. *La política liberal bajo la tiranía de Rosas*. Buenos Aires: Librería La Facultad, 1927.

ROMERO, Jose Luis. "Estudo preliminar". In: LÓPEZ, Vicente Fidel. *Memoria sobre los resultados generales com que los pueblos antiguos han contribuido a la civilización de la humanidad*. Buenos Aires: Nova, 1943.

_____. *Las ideas políticas en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1981.

_____. *Las ideas en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Biblioteca Actual, 1987.

SARLO, Beatriz. *La máquina cultural: maestras, traductores y vanguardistas*. Buenos Aires: Planeta Argentino, 1998.

- SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilización y barbarie*. Buenos Aires: Colihue, 1997. (1ª ed. 1845).
- SCOBI, James R. *La lucha por la consolidación de la nacionalidad argentina*. Buenos Aires: Solar, 1964.
- SHUMWAY, Nicolás. *La invención de la Argentina: historia de una idea*. Buenos Aires: Emecé, 1993.
- SILVA, Marcos (Org.). *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- SOLARI, Manuel Horacio. *Historia de la educación argentina*. Buenos Aires: Paidós, 1949.
- SVAMPA, Maristella. *El dilema argentino: civilización o barbarie. De Sarmiento al revisionismo peronista*. Buenos Aires: Imago Mundi, 1994.
- TEDESCO, Juan Carlos. *Educación y Sociedad en la Argentina (1880-1945)*. Buenos Aires: Solar, 1993.
- TERÁN, Oscar. *Positivismo y nación en la Argentina*. Buenos Aires: Puntosur, 1987.
- WEINBERG, Félix. "Los comienzos de la historiografía romántica rioplatense". *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*. Buenos Aires, v. LXI, 1988.
- ZULUAGA, Rosa M. "El primer ensayo de una filosofía de la historia nacional. 'Las Lecciones' de José Manuel Estrada (1866-1869)". *Revista de Historia Americana y Argentina*, Mendoza, año III, n. 5 e 6, p. 229-254, 1960-61.